

2 Ao dia dezenove do mês de Fevereiro de dois mil dezesseis, às nove horas, no plenário
3 da Casa de Direitos Humanos – sede do CEAS/MG, realizou-se a ducentésima oitava ,
4 Plenária Ordinária do CEAS, coordenada pela vice- presidente Simone Aparecida
5 Albuquerque, onde estavam presentes os seguintes conselheiros titulares: Rodrigo dos
6 Santos – ASSPROM, Gesiane Lima – Cáritas, Cristiany Felipe – IMSNS, Simone
7 Albuquerque - SEDESE, Luiz George M. da Trindade - CMAS de Lagoa Santa, Ronaldo
8 Gonçalves de Oliveira – CMAS JF, Rosilene Ap. Tavares – CRESS, Marta Elizabete
9 Souza – SES, Josiany Vieira de Souza – ACONESQUISTAC, Hermellis M. T. de Campos
10 - CMAS São Francisco de Paula, Leonardo Couri – SEDA, Leonardo Ladeira – Seplag,
11 Soyla R. dos Santos Pereira – CMAS Paracatu, Volney Costa – PSIND, Walter Figueiredo
12 – FEAPAES – Wilson de Sales Lana – SEF, Gabriella Nair F. N. Pinto – SEPLAG-
13 Conselheiros suplentes– Maria da Páscoa Andrade - COGEMAS, Érica Andrade –
14 CRPMG, Marta Maria V. Castro da Silva - SEDESE, Dayse C. Maciel – SEE, Isabela de
15 V. Teixeira – SEDESE; Membros da Secretaria Executiva: Consolação Cifani;
16 NilceAraújo, Ângelo Machado, Vera Lúcia Rodrigues, Adelmira Serqueira, Rosalice
17 Tassar, Regina Caldeira, Leonardo Lobato e Raquel Trindade e Rosângela Silva.
18 **CONSOLAÇÃO:** De todos os conselheiros. O único que teve retorno foi o conselheiro
19 Wilson. Eu até dei a devolutiva por e-mail, para todos, que foram feitas as correções
20 daquelas palavras, que realmente mudariam o sentido da frase. Então, no mais, nenhum
21 outro conselheiro retornou com qualquer observação em relação às atas. **SIMONE:** Então
22 vamos colocar em votação as atas das plenárias 203ª, 204ª, 205ª, 206ª e 207ª. Os
23 conselheiros favoráveis permaneçam como estão. Contrários? Abstenção? Aprovadas.
24 Justificativa de ausência eu também vou passar para a nossa secretária executiva.
25 **CONSOLAÇÃO:** Justificaram ausência na reunião de hoje: Ítalo – CMAS BH, suplente;
26 Lúcia Elena – COGEMAS, titular, por emergências no município; Ronaldo e Sylvania foram
27 só ontem; E também a Magda Lúcia – Saúde, porque ela está de férias. **SIMONE:** Muito
28 obrigada. Agora eu vou fazer o rito de posse dos conselheiros. Quero empossar aqui a
29 conselheira Dayse Canesso Maciel, da Secretaria de Estado da Educação. Podemos
30 aplaudir a Dayse, não é gente? **APLAUSOS.** Muito bem-vinda. Também quero empossar
31 a conselheira Gabriela Nair Figueiredo, da Secretaria de Planejamento. **VOZES AO**
32 **FUNDO** Está bom! À tarde a gente empossa. Então eu vou empossar você Leonardo. Eu
33 vou empossar o Leonardo Carvalho Ladeira. Muito bem vindo, parabéns. **APLAUSOS.** Eu
34 quero também empossar o conselheiro Leonardo Koury Martins, que é da SEDA. Muito
35 bem-vindo. **APLAUSOS.** Empossar também lá da SEDESE, a Maira da Cunha Pinto
36 Colares. Muito bem-vinda. Eu tenho a honra de empossar mais uma vez o conselheiro
37 Ronaldo Gonçalves de Oliveira, do CMAS Juiz de Fora. **APLAUSOS.** Também quero
38 empossar a conselheira do CRESS, nossa querida Rosilene Aparecida Tavares.
39 **APLAUSOS.** E também empossar a conselheira da SEAPA, Vera Cristina Cordeiro de
40 Sousa. **APLAUSOS.** Eu vou então fazer uma rodada aqui de apresentação para que a
41 gente possa se conhecer. Meu nome é Simone. Eu sou subsecretária de assistência
42 social, e aqui eu represento a bancada do governo. **RONALDO GONÇALVES:** Eu
43 represento o CMAS de Juiz de Fora. Eu sou da sociedade civil, viu? Obrigado pela
44 lembrança. **HERMELLIS:** Bom dia á todos (as). Eu sou gestor no município de São
45 Francisco de Paula, e represento aqui no Conselho o CMAS de São Francisco de Paula.
46 Também estou como vice-presidente do COGEMAS aqui de Minas. **MAÍRA COLARES:**

47 Bom dia á todos (as). Estou na Superintendência de Política de Assistência Social da
48 Subsecretaria de Assistência Social – SEDESE. **WILSON:** Bom dia á todos (as). Eu
49 trabalho na Secretaria de Estado da Fazenda. Sou representante do governo também.
50 **ROSILENE:** Bom dia á todos (as). Eu sou assistente social, trabalhadora do SUAS. Estou
51 representando o CRESS. Eu falo também da minha grata satisfação em fazer parte deste
52 Conselho, mais uma vez. Agora eu faço parte enquanto sociedade civil, no outro
53 momento eu fiz parte enquanto governo. **LEONARDO KOURY:** Eu sou assistente social,
54 e estou como superintendente de segurança alimentar sustentável na Secretaria de
55 Desenvolvimento Agrário, representando o governo. **LEONARDO LADEIRA:** Eu trabalho
56 no gabinete da Secretaria de Planejamento de Gestão. Eu também quero demonstrar a
57 minha satisfação. Acompanhei um pouco o trabalho com o tempo pela SEPLAG, mas é a
58 primeira vez que eu vou participar como conselheiro. Estou muito feliz. **JOSIANE:** Eu sou
59 da Comunidade Quilombola do Vale do Mucuri, representando aqui a ACONESQUISTAC
60 – Associação Negra Quilombola de Santa Cruz. **PÁSCOA:** Eu sou gestora do município
61 de Piracema, e represento aqui o COGEMAS. Sou assistente social também. **ÉRICA:**
62 Estou aqui enquanto representante do Conselho de Psicologia, na categoria de
63 trabalhadores e pela sociedade civil. **SOYLIA:** Eu sou assistente social, e represento o
64 CMAS de Paracatu, noroeste de Minas. **GEISIANE:** Bom dia a todos (as). Eu sou
65 assistente social, e represento a entidade Cáritas Brasileira, regional Minas Gerais,
66 representando as entidades de assistência social pela sociedade civil. **RODRIGO:** Bom
67 dia á todos. Eu represento aqui a Associação Profissionalizante do Menor, de Belo
68 Horizonte – ASSPROM. Sou da sociedade civil. **WALTER:** Bom dia. Eu represento a
69 Federação das APAES, e sou vice-presidente da APAE de Santa Luzia. **DAYSE:** Bom
70 dia. Eu sou bióloga, professora. Sou suplente e faço parte da equipe de educação integral
71 na Secretaria do Estado. **VOLNEY:** Bom dia. Eu represento a sociedade civil e o
72 Sindicato dos Psicólogos de Minas Gerais, representando o segmento de trabalhadores.
73 **MARTA ELISABETE:** Bom dia. Eu trabalho na Secretaria de Estado de Saúde, na
74 coordenação da saúde mental. Eu represento aqui o governo. **ISABELA:** Bom dia. Eu
75 represento aqui o governo, trabalho como diretora de monitoramento na Subsecretaria de
76 Assistência Social na SEDESE. **VERA:** Bom dia á todos. Eu represento o governo. Eu
77 sou da Secretaria da Agricultura, suplente do Leonardo. **CONSOLAÇÃO:** Eu sou
78 assistente social e a secretária executiva aqui do Conselho. **MARTA SILVA:** Bom dia. Eu
79 sou suplente, represento a SEDESE neste Conselho. **SIMONE:** Eu quero dizer que é
80 muito bom, bom demais da conta, escutá-los, ver que esse Conselho ele reúne aqui
81 pessoas muito importantes, pessoas que tem uma história grande de vida, de luta, de
82 trabalho. De fato, sejam muito bem vindos. Eu quero também apresenta-los nossa futura
83 conselheira. Não é Sandra? Por favor, Sandra, levante-se para que todos possam
84 conhecê-la. Eu quero apresentar a conselheira Sandra Regina Barbosa. Eu só não vou
85 empossá-la hoje porque chegou essa semana, não deu prazo para o rito. A Sandra é uma
86 pessoa muito querida, muito especial. Eu tenho certeza que vai agregar muito valor ético,
87 político e técnico aqui no Conselho. A Consolação vai dar um informe acerca da sala aqui
88 do Conselho Estadual. A equipe da secretaria executiva vivenciou uma situação de
89 urgência, que foi a chuva caindo aqui dentro. Então ela vai informar sobre isso e depois
90 os encaminhamentos que nós estamos tomando. **CONSOLAÇÃO:** Por causa de um
91 defeito na reforma do prédio, parece que eles colocaram a calha presa em um lugar, não
92 entendo bem das questões do telhado. A água está escorrendo toda para dentro do

93 telhado e indo para a laje. Então minou a água e o gesso igual esse aqui foi filtrando essa
94 água. A gente chegou um dia e um pedaço tinha caído e a sala toda alagada. Agora com
95 outras chuvas fortes, outras partes sala também caíram. É em uma sala, tá gente? É a
96 sala onde eu fico e alguns técnicos. A parte do administrativo não teve esse problema. A
97 Casa já está providenciando, vendo com a empresa que entregou essa obra. Inclusive,
98 teve problemas nessa empresa. Eles nem receberam a entrega da obra por causa de ar
99 condicionado que não funciona. Tem uma série de outros pequenos ou grandes
100 problemas em relação à reforma que foi feita aqui. Nós estamos esperando uma
101 avaliação para que se inicie a reforma da sala para que a gente possa voltar. Então a
102 secretaria executiva está dividida, uma parte se encontra no 4º andar, na sala um. E a
103 outra está no 7º andar, a parte administrativa. Ontem na reunião da mesa diretora isso foi
104 comunicado, e a Simone se comprometeu até em ajudar agilizar nesse processo.

105 **SIMONE:** Vou passar agora para a conselheira Páscoa, para fazer os informes do
106 COGEMAS. **PÁSCOA:** Bom dia á todos. A gente vai ter o 1º Encontro Estadual de
107 Gestores Municipais de Assistência Social de MG. A data é dia 29 de fevereiro e 1º de
108 março de 2016. O local é no auditório JK, na cidade administrativa, rodovia Américo
109 Genetti, s/n, bairro Serra Verde, Belo Horizonte. Na segunda feira, dia 29, as 08h30min o
110 credenciamento; Às 09 horas abertura; Às 10 horas mesa temática: “Cofinanciamento do
111 SUAS e o aprimoramento da gestão por meio dos blocos de financiamento. Portaria
112 113/2015”. O palestrante será a Lúcia Elena Vaz – Diretora do Fundo Nacional de
113 Assistência Social do MDS. De 12 às 14 horas é o almoço. Às 14 horas é o debate; Às 16
114 horas o coffe break: Às 16h30min mesa temática A – “Regionalização da proteção social
115 em Minas Gerais”. Palestrante: Simone de Albuquerque – Subsecretária de Estado de
116 Assistência Social da SEDESE e representante do COGEMAS. Às 17h30min é o debate;
117 Às 18 horas o encerramento. No dia 01/03 às 09 horas é a mesa temática: “Plano
118 Decenal de Assistência Social – O SUAS que temos e o SUAS que queremos.”
119 Palestrante: José Cruz – Diretor de gestão do SUAS do MDS e a Odaisa – PUC São
120 Paulo, representantes da SEDESE MG e debatedor representante do COGEMAS. Às 14
121 horas é o almoço; Às 16 horas considerações finais e encerramento; Às 16h30min coffe
122 break. Isso pra gente vai ser maravilhoso. Está todo mundo na expectativa de
123 conhecimento sobre o Bloco de Financiamento. Eu como gestora estou vendo a
124 movimentação na rede social, todo mundo “doidinho” para acontecer, né Simone? Então a
125 gente espera todo mundo lá. **HERMELLIS:** A nossa expectativa é realmente como a
126 Páscoa falou, de conversar um pouco sobre essa portaria que a ministra Tereza Campello
127 assinou no final do ano passado. Então é uma novidade, onde traz o cofinanciamento da
128 assistência social por estes blocos. Então os gestores estão aptos para o conhecimento,
129 para aprofundar mais. A gente tem pautado mais trazer assuntos realmente relevantes
130 aos nossos encontros aqui, para que a gestão possa aprimorar cada vez mais. O gestor lá
131 na ponta fazer cada vez mais o seu trabalho de forma eficaz e que atinja realmente os
132 seus objetivos. **SIMONE:** Agora são os informes da SEDESE. Depois eu vou para todos
133 os outros conselheiros. Eu vou começar aqui, mas depois se os conselheiros do governo
134 também quiserem complementar. Primeiro, eu quero informar que foi sancionada em
135 janeiro desse ano a lei dos serviços da proteção especial. Depois tem que distribuir para
136 todos os conselheiros. É muito importante. A gente pactuou aqui no Conselho, o Conselho
137 deliberou sobre o Plano Estadual de Regionalização. Claro, o Plano Estadual ele aponta
138 para que a gente implante no Estado de Minas Gerais o Programa Estadual de Família

139 Acolhedora, com uma clara decisão de que nós não vamos institucionalizar crianças por
140 qualquer motivo em Minas Gerais, viu Marta? **APLAUSOS.** A luta é grande! Então é muito
141 importante. Nós já começamos lá pela nossa própria casa, a FUCAM. Nós começamos a
142 desinstitucionalização das crianças e dos adultos, infelizmente. É uma legislação
143 importante, e agora a lei será tema no debate com o COGEMAS. Uma coisa é a lei, outra
144 coisa é a implementação dela. Nós vamos precisar de muitos aliados do CRESS, do
145 Conselho de Psicologia, do PSIND, dos gestores. É mais fácil institucionalizar, nós
146 sabemos disso. A lei é uma direção, mas não tem hegemonia. Nós vamos ter que
147 construir a hegemonia no cotidiano, na prática. Então depois nós vamos pautar e trazer,
148 para que os senhores possam conhecer melhor como vamos ofertar o curso aqui em
149 Minas Gerais. A proposta é que a gente descentralize para 21 polos em todo o Estado,
150 descentralizando mais ainda a capacitação dos trabalhadores. Também quero informar
151 aos conselheiros que no dia 02 de março nós vamos fazer uma oficina sobre supervisão
152 técnica no SUAS. Nós vamos reivindicar a supervisão técnica nos municípios, em todas
153 as regionais do Estado. Isso é uma reivindicação histórica dos trabalhadores. Os
154 trabalhadores se sentem muito sozinhos no seu cotidiano. Então a presença da
155 supervisão técnica aos municípios vai dar um up ground muito importante para gente
156 melhorar as ofertas do SUAS no Estado. Outra coisa. Nós estamos conversando com a
157 secretaria executiva do Conselho para orientar os Conselhos para o uso dos recursos, da
158 responsabilidade do Conselho com a liberação dos saldos, com a reprogramação dos
159 saldos. Esse é um assunto que a gente vai pautar na comissão de acompanhamento de
160 Conselhos, e que eu tenho certeza que vai colaborar muito para o andamento do
161 programa de qualificação do SUAS. Eu vou passar para a Maira, depois para o Léo, se
162 ele quiser, para dar os informes dos Fóruns Regionais. Eu não sei se a gente tem
163 especificamente sobre o Fórum que aconteceu na zona da mata. Eu não sei se vocês têm
164 condições agora de informar sobre isso. Eu Acho legal dar um panorama geral de como é
165 que. É tipo um orçamento participativo que o Estado está fazendo. Então eu vou passar
166 para a Maira, depois para o Léo. A Isabela também está inscrita. **MAIRA:**Bom dia. Na
167 verdade o Fórum Regional do Governo foi uma estratégia de garantir o planejamento das
168 intervenções do Estado, a partir das especificidades dos territórios em Minas Gerais.
169 Entendendo o território não apenas como espaço geográfico, mas o espaço que tem
170 também características específicas em relação à população, a atividade econômica, as
171 questões culturais. O governo do Estado percebeu que historicamente as emendas
172 parlamentares não eram muito transparentes, do ponto de vista dessa execução. Então
173 considerou-se que é importante compartilhar com a população ali daquela região quais
174 eram os investimentos, inclusive das emendas parlamentares. Essa foi uma demanda
175 inclusive que apareceu nos Fóruns Regionais, porque às vezes isso não fica muito claro
176 nos territórios. Na ultima rodada que a gente retornou aos territórios para fazer as
177 devolutivas. Cada território definiu algumas prioridades dentro das políticas públicas, de
178 saúde, educação, segurança, assistência, trabalho e emprego, esporte. Os gestores
179 estaduais retornaram com as devolutivas em relação às quais ajustes foram possíveis
180 serem feitos, do ponto de vista do planejamento orçamentário da gestão de 2016, e quais
181 estariam sendo realizados ao longo dos próximos anos de governo. A estratégia era de
182 facilitar e ter transparência em relação aos investimentos, inclusive de emendas
183 parlamentares. Eu vou passar para o Leonardo, para ele fazer as complementações.
184 **LEONARDO:** Na verdade, a Maira já esclareceu muito bem o posicionamento dos Fóruns.

185 Ela acompanhou também e sabe como é que funciona. A única coisa que eu teria que
186 acrescentar é que, foi em uma semana antes do carnaval que teve a terceira rodada do
187 Fórum, Ronaldo. A primeira rodada foi mais política, o governador que foi. A segunda
188 rodada foi a escala das prioridades. Você participou? E na terceira rodada que foi as
189 devolutivas. Só que o Estado não conseguiu fazer as devolutivas de tudo. O Estado
190 selecionou as propostas que vieram da ultima rodada e dividiu mais em propostas
191 relacionadas á gestão e custeio, propostas de problema pessoal, e problemas de
192 investimento. Coisas que tem que gerar um investimento do Estado. Na terceira rodada,
193 que termina na próxima semana, eles estão dando retorno só da gestão e de pessoal. A
194 parte de investimento o Estado não teve condições ainda de dar um retorno, até porque
195 sabido por todos que o Estado não tem capacidade de investimento nenhum para esse
196 ano. Nenhum investimento possivelmente será realizado, a exceção das emendas
197 parlamentares. A emenda parlamentar, Ronaldo, você deve saber muito bem que não é o
198 Estado que decide executar a emenda parlamentar, é uma forma de funcionamento do
199 nosso sistema político. Então a Assembleia pode indicar emendas, e essas emendas
200 podem ser de investimento. O Estado só está tentando garantir um bom
201 acompanhamento e transparência do que está sendo feito. As secretarias tem que dar um
202 ok e tudo mais. Então isso está se dando também notícia. A quarta rodada que vai
203 começar agora em março é que vai tentar dar mais uma visão dos investimentos que são
204 possíveis e que o Estado tem planejado, até a partir das prioridades da educação e da
205 saúde, porque são áreas que tem um recurso garantido. Então é onde ainda tem alguma
206 capacidade de fazer investimento. Eles vão abrir isso lá na quarta rodada e vão ter mais
207 elementos, para a partir das prioridades feitas na segunda rodada, requalificar as
208 necessidades de investimentos nas grandes regiões. Ok? É isso então o que eu tinha
209 para esclarecer. **MARTA:** Eu queria só fazer uma pergunta dentro disso que você colocou
210 dessa dificuldade que a gente sabe dos investimentos. Vai ser contemplado também
211 aquilo que já estava em andamento? Às vezes de gestão anterior, em termos de obras
212 que estavam em andamento e no momento estão paradas. Eu estou falando isso, Maira,
213 porque no que tange a saúde, a demanda que nós tivemos em relação à saúde mental foi
214 uma coisa que me impressionou demais. Eu só queria perguntar se isso é real mesmo. Eu
215 fiquei respondendo direto, claro, as informações. Era só isso o que eu queria saber.
216 **LEONARDO:** É isso que é a grande novidade dessa experiência. Na verdade, aqui da
217 cidade administrativa a gente não consegue enxergar esse Estado de Minas no tamanho
218 que é não. Então os Fóruns Regionais abriram essa caixa preta da situação. E você viu
219 então o quanto é grave a situação da saúde mental que apareceu e que tem que ser
220 direcionada. **VOZES AO FUNDO** Só para esclarecer gente. Os investimentos desde 2008
221 nós vemos essa crise. Não é recente não! Desde 2009 o Estado não investiu em nada.
222 Todo o investimento do Estado de 2010 até 2014 foi investimento com operação de
223 crédito, ou seja, dinheiro emprestado. Por causa da situação com o gasto do pessoal que
224 cresceu nos últimos anos e atingiu o limite da lei de responsabilidade fiscal, fica impedido
225 até de fazer novos empréstimos. Então agora que o governador está negociando no
226 governo federal. Já conseguiu obter o resultado para o pagamento dos juros da dívida.
227 Então isso vai dar um pouco de gás. Todo mundo sabe que o Estado está fazendo a
228 proposta administrativa, que vai tentar recuperar um pouco essa lei de responsabilidade
229 fiscal. E também, possivelmente, vai recuperar a capacidade de fazer investimentos com
230 operações de créditos. Mas o Estado se compromete a fazer essa definição toda nos

231 Fóruns. Por isso que o Estado resolveu não parar e esperar o dinheiro para fazer o Fórum
232 de investimento. Ele já vai continuar discutindo para na hora que vier, já está tudo
233 articulado. Entendeu Ronaldo? Eu admito que a transparência desse processo embora
234 seja tudo com a sociedade, ainda não está mesmo estruturada para eu te falar aonde
235 você entra pra saber onde está tudo resolvido o da Mata. Não tem isso ainda. Teremos
236 em breve, se Deus quiser. **RONALDO:** Eu fico muito honrado em ter sido reconduzido a
237 este nobre colegiado, com as pessoas que já faziam parte e as que estão chegando
238 agora. Para mim é um presente muito grande participar dessa política que eu não faço
239 parte dela, ela já faz parte de mim. Eu gostaria de parabenizar a primeira fala da nossa
240 vice-presidente, quando ela coloca que acredita que o controle social se faz quando você
241 tem realmente transparência. O controle social ele não se faz só por fiscalização através
242 do caderno do Tribunal de Contas, quando cabe ao Conselho fiscalizar e ajudar na
243 elaboração e na destinação dos recursos que são direcionados a assistência social do
244 Estado de Minas Gerais. Ontem eu não pude vir, porque ontem eu tomei posse como
245 conselheiro titular. Eu correria o risco, ainda que tenha sido eleito aqui no final do ano
246 passado, poderia não assumir se não fosse eleito no meu CMAS de Juiz de Fora. E que
247 bom! Foi por unanimidade que fui indicado á recondução de representar o Conselho de
248 Juiz de Fora nesse nobre colegiado do Estado. Com relação aos Fóruns Regionais o que
249 me chamou atenção, primeiro foi a contextualização. Talvez seja isso. Eu não sei, porque
250 não participei das duas últimas, quando aconteceu a prestação de contas. É transparente
251 a suplementação no orçamento, ou ele é direcionado através de emendas parlamentares
252 que não tem legislação que a gente possa impedir. Eu vou chamar de “O dono da
253 destinação do dinheiro de cada deputado”. Ele direciona alguns. Tem até bom censo sim
254 quando ele direciona para a proteção social básica e deixa o Conselho definir. Eu acho
255 que deveria ficar explicito, é para entendimento de onde estão chegando esses recursos,
256 porque eu fiquei assustado. Mas já deduzi que seria, até pela distribuição e pelo foco. Eu
257 vou chamar a atenção aqui para o microterritório em Juiz de Fora, foram seis milhões
258 quatrocentos e noventa e três mil e trezentos, e mais de 10% desse valor foi para uma
259 instituição que eu vou colocar para vocês. Nada contra, mas a prioridade nosso aqui é a
260 inclusão social. A gente trabalha com as pessoas. A APAE de Juiz de Fora recebeu
261 quinze mil reais. O abrigo Santa Helena foram cinquenta mil. E o que mais recebeu foi em
262 defesa dos animais, oitocentos e onze mil reais. Gente, eu fiquei assustadíssimo com
263 isso. Nada contra os animais, mas eu estou aqui lutando com as pessoas. Eu estou
264 lutando aqui pelas famílias mais vulneráveis socialmente do nosso Estado. Então isso me
265 deixou estarecido! Eu falei: “Não pode ser investimento do Estado”. Eu jamais iria
266 concordar com isso. Então quando vocês trazem de maneira bem transparente, muito
267 bem colocado, me sinto contempladíssimo com as explicações de vocês, mas deveria ser
268 explicito. Nós tivemos lá a presença do secretário André Quintão, e nisso parece que é o
269 Estado que está fazendo. E não é emenda parlamentar, porque emenda parlamentar ele
270 manda para onde ele quiser. Um trabalho que a gente está tentando em Juiz de Fora é a
271 sensibilização, coisa que já nasceu aqui também desse Conselho Estadual, de fazer esse
272 trabalho de sensibilização junto com a Assembleia Legislativa e mostrar o papel do
273 Conselho, mostrar o Plano Estadual de Assistência Social, ou um Plano Plurianual que
274 deve ser de Estado e não de governo. Que a gente consiga com esses parlamentares
275 conscientização do que realmente é necessário para a assistência social dos 853
276 municípios que fazem o Estado de Minas Gerais. Eu continuo estarecido e não sei o que

277 fazer. Agradeço. Estou contemplado, mas continua me chamando muita atenção. Muito
278 obrigado pelas explicações. **MAIRA:** Ronaldo eu só queria acrescentar e trazer outra
279 informação. Essa sua observação é importante de levar inclusive para a SEPLAG, pra
280 talvez no informativo adequar melhor a informação. A emenda parlamentar todos sabe
281 que é um dispositivo legal, enfim. No final do ano passado a SEDESE teve uma iniciativa
282 de junto aos gabinetes dos deputados estaduais fazer uma ampla explicação. Nós
283 fizemos reuniões na Assembleia Legislativa, nós fizemos informativos falando sobre o
284 SUAS, buscando que as emendas fossem destinadas as políticas sociais e que no âmbito
285 da assistência elas incorporassem o SUAS. Então nós apresentamos a Proteção Básica,
286 Especial, Média e Alta Complexidade, que tipo de gastos poderiam ser investidos, que
287 tipo de entidade. No ano passado a gente fez uma abordagem na Assembleia buscando
288 essa garantia de que as emendas fossem incorporadas nas políticas públicas, na lógica
289 das políticas públicas, destinadas ao Fundo, com critérios, que os Conselhos fossem
290 envolvidos. A gente teve essa tentativa, e acredito que esse ano a gente fará de novo
291 para irmos mudando aos poucos essa cultura de política. Institucional. **SIMONE:** É
292 importante essa observação que o Ronaldo fez pra nós. Qualquer um que pegar a forma
293 como é que está escrita aqui, de uma forma tão aleatória por território, que não sabe de
294 onde veio, pra onde que foi, e quem está apoiando os animais. Então realmente, eu acho
295 que é uma observação importante pra gente poder comunicar corretamente com os
296 cidadãos, não é Léo? E você pode deixar Ronaldo, nós conselheiros governamentais
297 vamos levar a observação feita por você. Outra questão que o Ronaldo traz e que eu
298 acho que devemos colocar como ponto de pauta. Ele está perguntando como que nós
299 vamos conciliar. Como que nós vamos conciliar o debate setorial com o debate do
300 território? Teve conferência regional, teve conferencia estadual. Esse é um esforço que
301 nós da SEDESE estamos fazendo. No dia em que a gente pautar aqui nós vamos trazer
302 para vocês verem. Nós tentamos articular a deliberação das conferências regionais com
303 as deliberações do Fórum. Vocês vão ver que elas casam bastante, as demandas com o
304 deliberado pela conferência estadual. Nós do órgão gestor que temos que observar e
305 tentar concatenar todas as demandas da população. De qualquer forma Ronaldo, muito
306 obrigada. A gente pauta isso para o próximo pleno. Está inscrito o Wilson e o Rodrigo
307 nesse tema. **WILSON:** Eu só queria fazer uma observação. Quando se investe em
308 animais, vamos dizer assim, você está investindo na saúde humana também. O cão, gato,
309 eles são hospedeiros de uma série de doenças que são transmitidas para o homem. Hoje
310 tem um problema serio de animais abandonados, que provocam acidentes de trânsito,
311 etc. Eu só queria direcionar esse pensamento a você Ronaldo. Quando se fala em
312 investimento em animais, é um investimento em ser humano também. **VOZES AO**
313 **FUNDO** Tudo bem. **SIMONE:** Rodrigo e depois Sandra. Depois eu vou finalizar porque
314 vamos pautar tá? **RODRIGO:** Eu queria falar com a Maira e com a Simone. Realmente, o
315 trabalho de vocês apareceu. Lá na entidade que eu trabalho nós tivemos duas
316 assessorias consultando a gente em relação à emenda. A gente vai acumulando capital e
317 a gente acaba dando retorno para eles. Porque vocês não mandam isso lá para o Fundo?
318 Ai coloca o deputado para falar com o presidente da gente, o nosso patrão, essas coisas
319 que vocês sabem como é que é. Ano passado quando um deputado pediu a negativa
320 nossa eu falei: “Não. Manda isso lá para proteção social básica”. Eu lembro que ano
321 passado foi apresentado aqui da proteção básica social especial, e eu queria pedir
322 Simone, Maira, Isabela, Marta, vocês da SEDESE. Eu não sei se vocês conseguem isso

323 para gente, mas um mapa do Estado. Eram duas concorrendo porque sabia que a gente
324 tinha um trabalho bacana. É só uma sugestão, sabendo que vocês tem uma diretoria que
325 acompanha a gente, e também levando em consideração o trabalho belíssimo do MDS.
326 Eu tenho certeza que isso tem dedo da Simone também. É um caderno que vem
327 mapeando o país, que mostra as ausências das políticas públicas de inclusão produtiva.
328 Está com vocês aí. Agora, que o trabalho está sendo feito, está. Tem essas nuances de
329 procedimentos que a gente recebe, e muitas das vezes não queremos nem receber. Eles
330 já vêm com o negócio meio que pronto, meio que forçando a barra, com certa arrogância
331 pra cima da gente. “Nós vamos fazer”. “Mas espera aí, a emenda é pra gente entidade,
332 não é pra vocês”. É isso o que eu queria trazer para vocês. Obrigado. **SANDRA:** Bom dia.
333 É porque eu não consigo, ainda sem estar empossada, mas já conselheira, quando o
334 tema é a emenda parlamentar. Eu venho do Conselho Municipal com uma longa trajetória,
335 a Simone já conhece. Um dos pontos mais agudos que aconteceu no Conselho Municipal
336 foi justamente isso. Eu parabeno você Ronaldo de trazer, porque a gente, na época,
337 voltou quinhentos mil reais para o governo federal. Foi triste, mas era instituição da
338 sociedade civil, do meu segmento. É aquilo que a gente fala: “Às vezes tem que ferir na
339 própria carne, na própria pele”. Voltou para três instituições, mas a gente não deixou. O
340 quê que a gente fez? A gente não só devolveu, nós fizemos um seminário em Belo
341 Horizonte. Chamamos o Sérgio Miranda, saudoso, chamamos o André Quintão,
342 chamamos a Eleonora Esquetino e chamamos o Ministério Público. Fizemos um
343 seminário. Tem um produto, não avançou, porque o mandato muda, tem outras
344 prioridades até pra gente. Nós temos que fazer uma resolução dando trato de como
345 destinar esse dinheiro da emenda. Não é que ele tem que voltar, porque ele é legal. Eu
346 não vou falar que a gente considera, porque tem outros termos que a gente acha é esse
347 dinheiro, mas a gente não avançou nisso. No município foi um momento muito difícil pra
348 gente, tivemos que tomar essa decisão, governo e sociedade civil. A gente devolveu esse
349 recurso, mas assim, não foi “devolveu e vai embora”. Eu tive perseguição pessoal e
350 institucional sobre isso com o pessoal, mas a gente bancou. Justamente pra gente dar um
351 trato e um destino. Se a gente não pode mexer, e ele é legal, como que a vamos
352 sensibilizar esses deputados? Eles também têm análise de conjuntura, de prioridade, de
353 necessidade. A gente está fazendo todo esse trabalho. O Conselho Estadual tem que se
354 posicionar, como na época o Conselho Municipal se posicionou. Desculpa, não é a
355 matéria de discussão agora. Quando falou da emenda, eu falei: “Eu não consigo. Me dê
356 dois minutos da palavra, por favor”. Obrigada. **SIMONE:** Obrigada Sandra. Esse assunto
357 voltará outras vezes aqui, viu gente? Eu só vou dar um último informe aqui. Eu vou passar
358 para a Érica e também para o Rodrigo. Eu queria justificar e esclarecer acerca do decreto
359 Estadual n.º 46938/2016, que alterou o Decreto n.º 45618/2011, que regulamenta as
360 diárias no Estado de Minas Gerais. Esse decreto saiu esse ano. Nós fomos
361 operacionalizá-lo pela primeira vez. Nós temos no sistema de passagens do governo do
362 Estado duas modalidades, dois conceitos. Um conceito é de diária. No conceito de diária
363 está junto o dinheiro de alimentação estadia. Então o que esse decreto fez? Primeiro ele
364 estabeleceu que não pode receber diária igual, estadia mais alimentação para quem mora
365 na região metropolitana. É claro, vocês imaginam. Um decreto sai, nós vamos
366 operacionalizar o decreto. O parecer jurídico está aqui na minha mão. O parecer jurídico
367 diz que: “O dinheiro de alimentação mais hospedagem”. Então, claro, solicitei para
368 separar, que não utilizássemos dentro do sistema o conceito de diária, que nós

369 utilizássemos colaborador eventual. Então poderíamos pagar a passagem mais a
370 alimentação. Até que isso fosse esclarecido, ontem fomos procurar no SIAF a justificativa
371 do elemento de despesa, onde que eu vou arrumar dentro do SIAF um elemento de
372 despesa pra me pagar alimentação para os conselheiros. Enfim, conseguimos realizar
373 isso. Nós temos três conselheiros aqui nessa situação. Dois conselheiros receberam, e
374 apenas o conselheiro Volney não recebeu. Exatamente porque teve um problema da
375 informação do CPF dele no SIAF. Não é um problema do conselheiro, é um problema do
376 SIAF. Então eu queria pedir, por favor, aos membros do Fórum dos Trabalhadores, a
377 nossa querida Rosilene, a representante do Conselho de Psicologia e ao Sindicato, que
378 retratassem isso no Fórum dos Trabalhadores, porque ontem isso correu no Fórum dos
379 Trabalhadores. Eu fui acionada tarde da noite por vários trabalhadores. Então eu peço.
380 Nós também vamos fazer uma nota, vou encaminhar para vocês para que vocês circulem.
381 Vocês podem ter certeza, isso não vai acontecer. Nós já regularizamos. Já criamos
382 consenso dentro do próprio governo do Estado de como vamos operacionalizar o decreto.
383 Então, agradeço a todos. Eu quero passar para conselheira Érica. **ÉRICA:** Eu queria fazer
384 um convite. Apesar de que as inscrições já estão até encerradas de tanta gente que se
385 inscreveu. A gente vai ter semana que vem o 2º Encontro Mineiro dos Trabalhadores do
386 SUAS. Dia 26, sexta-feira, das 09 às 17 horas, na PUC. Contamos com mais de
387 quinhentos inscritos, muitos psicólogos vindo. A gente queria também salientar e
388 agradecer a SEDESE e ao CEAS, que disponibilizaram a mala direta. Então conseguimos
389 convidar diretamente os gestores. A gente disse: “É uma capacitação, gratuita. Só libera o
390 carro para o trabalhador vir”. Eles apoiaram muito essa causa. A gente vai ter na parte da
391 manhã o credenciamento e a abertura, pelo CRP. A Simone vai fazer uma fala também
392 nessa abertura. E a Rosana Fonseca, que tem um blog de psicologia no SUAS, ela é da
393 Bahia, vai falar sobre a prática. Ela trabalha com consultoria, então tem bastante
394 afinidade. Depois o debate e a tarde as oficinas temáticas. São dez oficinas simultâneas.
395 Para cada uma, cinquenta pessoas vão participar, basicamente. E os mais diversos
396 temas: “Atuação interdisciplinar e o trabalho social por família; Proteção básica especial;
397 Proteção socioassistencial no meio rural. Vai estar eu e o Volney; Metodologia de trabalho
398 social com famílias; A questão de gênero sócio familiar; O trabalho do CRAS conectado
399 com o conhecimento do território; A formação acadêmica dos psicólogos para atuação no
400 SUAS; Elaboração de documentos no SUAS; Trabalho social com criança, adolescente e
401 população em situação de rua; Prevenção e violação de direitos na proteção
402 socioassistencial”. Na parte da tarde é a apresentação do que foi discutido nessas
403 oficinas. Não é dizer o que o psicólogo tem que fazer. A gente vai construir juntos e
404 apresentar na parte da tarde o que estamos vendo. A gente conta com pessoas do
405 Estado inteiro. São psicólogos do Estado inteiro que vão. É importante salientar que esse
406 é um evento preparatório para o pré-congresso e depois para o COREP. Esse ano é um
407 ano de eleição do CRP, e aí dentro desse pré-congresso, a gente consegue as
408 deliberações e as propostas que vão guiar a próxima gestão do CRP. É importante
409 também os psicólogos estarem atentos e fazerem essa construção política. Participar do
410 CRP, participar dos Congressos e participar do Congresso Nacional de Psicologia. Assim
411 como as nossas conferências, a gente tem esse compromisso de fazer o que a base quer
412 e ter essa discussão com os psicólogos diretamente. E aproveitando, foi até o Volney que
413 deu a ideia da gente distribuir a cartilha: “A psicologia da população em situação de rua”.
414 A gente tem vinte exemplares aqui. São poucos porque já encerrou a questão da

415 publicação. A gente queria deixar bem claro que é para deixar com a entidade, né
416 Volney? Deixar com a instituição, com a secretaria. Temos vinte exemplares da cartilha e
417 vinte exemplares do jornal do psicólogo. Isso está disponibilizado em PDF. É só entrar no
418 site do Conselho, baixar e replicar. Por favor, tá? Obrigada. **ROSILENE:** Simone você
419 tocou em um assunto que eu tinha até discutido isso ontem. Eu não sei se está discutido,
420 mas também é pra gente pensar para o futuro. É a questão da passagem dos
421 deslocamentos. Por exemplos, Montes Claros são quase sete horas de viagem, ônibus
422 convencional. A diferença do ônibus convencional pelo leito é no máximo quarenta reais.
423 Eu não sei se nesse decreto foi discutido isso. Se não foi, é pra gente pensar para o
424 futuro. É uma viagem longa, participar de reunião o dia todo é cansativo. É isso. **SIMONE:**
425 Inclusive tem outras questões. Tem essa, tem também a dos conselheiros que podem
426 utilizar de condução da entidade e que nós temos dificuldade de pagamento. Eu acho que
427 podemos e devemos sim discutir como viabilizar da melhor forma possível. Isso
428 aconteceu também no Conselho Nacional, viu gente? Nós fomos trazendo para a pauta
429 demandas dos conselheiros, e levamos para discussão. Vamos ter que discutir isso no
430 CSC. Lá no CSC a subsecretária tem muita disposição. É uma pessoa que tem muita
431 disponibilidade para discutir. Eu acho extremamente viável. Eu acho que devemos fazer
432 essa discussão sim. Essa é uma questão que foi trazida por você, mas também pela
433 algumas vezes pela conselheira Geisiane. Ela também sofre do mesmo problema, fora o
434 nosso conselheiro Ronaldo que viaja dez horas. Eu sei. Eu vou discutir com a
435 Consolação, com a nossa presidente, uma forma da gente organizar e levar essa
436 demanda pra gente discutir dentro do governo. Tem mais algum conselheiro que gostaria
437 de dar informe? Não? Então vamos passar para o nosso ponto de pauta, que é o relato
438 das comissões, não é? Eu vou passar para a conselheira Isabela, pra ela fazer o relato da
439 comissão de orçamento e financiamento. **ISABELA:** Simone se puder passar outra
440 comissão na frente, porque a Nilce foi fazer um ajuste no relato da comissão. E eu estou
441 sem ele aqui. **SIMONE:** Qual comissão que está preparada gente? Comissão de política
442 então, por favor. **MARTA SILVA:** Bom dia á todos (as). Ontem na reunião da comissão de
443 política, estivemos presentes a Érica, Luiz George, eu, Rosilene, Marta Elisabete, Maira,
444 Sandra. Ainda que ela não estivesse sido nomeada para esse Conselho, mas ela já
445 participou da comissão e já fez todas as suas contribuições. O que nós discutimos ontem,
446 né? Foi o processo de escolha da coordenação das comissões. Como resultado da
447 discussão, com base no regimento interno, e com base nas discussões da comissão. Nós
448 tivemos um indicativo de que a comissão de política permaneceria na coordenação do
449 âmbito governamental. Nessa perspectiva, eu fui eleita como coordenadora. Como
450 coordenadora adjunta a Érica, que representa o CRP. Na comissão ontem tivemos que
451 tratar de dois assuntos. Todos os dois muito relacionados a gestão de RH do SUAS. O
452 primeiro é uma denúncia que este Conselho vem dando tratamento desde agosto de
453 2015, com relação ao município de Guanhães. A gente já discutiu em outros momentos
454 isso aqui. A gente já teve alguns encaminhamentos. É uma denúncia anônima, mas com
455 certeza fruto de mobilização dos trabalhadores daquela região, com relação à
456 participação dos trabalhadores em conferências, com relação ao turno de trabalho, com
457 relação às condições de trabalho daqueles trabalhadores. Como já tinha sido acionado o
458 CRESS de Minas Gerais, e já tinha sido acionado o Conselho Municipal de Guanhães
459 para prestar os esclarecimentos sobre a denúncia que estava relatando para o Conselho.
460 Também já tinha sido acionada a SEDESE e o Conselho Tutelar do Município, solicitando

461 esclarecimento sobre aquelas denúncias. O Conselho já tinha tomado providência nesse
462 sentido, e na reunião estávamos recebendo uma devolutiva das providências. A gente
463 discutiu na reunião que existem pontos ainda a serem melhores esclarecidos pelo próprio
464 CMAS. A gente entendeu que ele não fez uma função fiscalizadora, que era o que a gente
465 estava pedindo, para ele averiguar um pouco mais com detalhamento a denúncia. O
466 encaminhamento que a comissão propõe é que a gente retorne para o Conselho
467 Municipal, com base na resposta anterior e com base nas normativas que a gente já tem
468 no campo da política de assistência social, com relação o controle social e recurso
469 humano, é que o Conselho Municipal volte e verifique a situação do recurso humano. Se
470 ele está comprometendo os serviços, como que estão as condições de trabalho dos
471 trabalhadores nos serviços, como que estão as situações do trabalhador, os vínculos,
472 para gente ter então uma melhor posição e que medidas a serem tomadas; Reiterar ao
473 Conselho Tutelar a denúncia com relação a adolescentes em cumprimento de medidas
474 socioeducativas, porque ficou vaga a denúncia. A gente precisa de um melhor
475 esclarecimento; A gente pediu que o Conselho Tutelar verificasse isso. A secretaria
476 executiva fez contato e a gente vai reiterar, para que o Conselho Tutelar nos deem
477 respostas. Nós vamos informar ao denunciante as medidas que estamos adotando; E que
478 o CRESS dê uma devolutiva pra gente. A conselheira ficou de acompanhar isso, essa
479 devolutiva, com relação ao que a gente pediu para o CRESS fazer uma avaliação. A
480 comissão considerando este e outro ponto da pauta tem recebido e tratado de forma
481 corriqueira as condições dos trabalhadores do SUAS. A gente achou interessante pontuar
482 isso, não para denúncia, mas para gente trazer uma discussão dentro da comissão sobre
483 as normativas, sobre os encaminhamentos, propor para este Conselho um trato sobre
484 isso. Então o quê que colocamos como encaminhamento? Nós vamos levantar as
485 deliberações da conferência estadual, com relação aos trabalhadores e a própria
486 comissão. E vamos solicitar que as entidades que tenham assento no Conselho que
487 representam os trabalhadores, fazer uma discussão com a comissão sobre o tema. E
488 também, convidar o Fórum de Trabalhadores para fazer uma apresentação sobre o
489 panorama de discussões que o Fórum Estadual de Trabalhadores tem colocado sobre o
490 tema: "Recursos humanos e os trabalhadores do SUAS". Esses foram os
491 encaminhamentos que a comissão propôs e traz para essa plenária. No outro tema, o
492 CRESS encaminhou pra gente que, um concurso público está intitulado um cargo que
493 está como assistente social, mas como requisito de escolaridade o nível médio. Menciona
494 na descrição das atividades deste auxiliar de assistente social algumas atividades que
495 são características do campo administrativo. Segundo a própria análise que o CRESS já
496 tinha encaminhado pra gente. Então o quê que o CRESS pede? Pede que este Conselho
497 Estadual oriente os municípios para quando da convocação para concursos públicos que
498 este tipo de situação não ocorra novamente, porque não existe auxiliar de assistente
499 social dentro das normativas que a gente já vem trabalhando, seja em nível superior, seja
500 em nível médio, como trabalhadores do SUAS. Nós fizemos uma discussão sobre essas
501 normativas que já estão claramente colocadas e já divulgadas por ai. Além de que a gente
502 fez uma discussão sobre a utilização dos recursos para pagamento dos trabalhadores em
503 cargos que não existem e em profissões que não são vinculadas ao SUAS. Como
504 encaminhamento, nós propusemos que este Conselho elabore uma nota técnica sobre o
505 assunto, encaminhando essa nota técnica ou ofício para Novo Cruzeiro, porque o certame
506 ainda está em vigor, o concurso ainda está ocorrendo no município, orientando no sentido

507 de que isso não é uma profissão, uma atividade do campo do SUAS. Nós vamos orientar
508 com relação às normativas do CNAS, com relação ao art. 6º da LOAS, com relação a
509 vedação de utilização dos recursos. Então nessa nota técnica todas essas
510 argumentações devem constar. O que a comissão propõe para este Conselho é que a
511 gente tenha uma divulgação dessa nota técnica, porque tem sido recorrente. O CRESS
512 também tem mostrado recorrentemente situações referentes a isso. Nós vamos dar um
513 retorno para o CRESS informando sobre isso, mas também solicitando que o CRESS
514 notifique o MP sobre essa situação. O outro ponto que a comissão discutiu foi em relação
515 ao próprio planejamento da comissão. A gente discutiu que a vamos trabalhar isso na
516 próxima reunião. Mas também colocamos dentro da necessidade de planejamento que
517 precisamos fazer um debate conjunto com a comissão de normas, quando a gente ter
518 uma tratativa em relação às PCHS, as barragens, pra gente fazer um trabalho conjunto
519 entre normas e políticas, discutindo isso de uma nova forma aqui no Conselho. Além de
520 convidar uma exposição do representante do Grupo de Trabalho que o governo instituiu, e
521 que está sendo coordenado pela SEDPAC, sobre a proposta de lei referente os direitos
522 atingidos por barragens. Esse Grupo de Trabalho tem trabalhado isso. A SEDESE já tinha
523 discutido isso, segundo a Maira colocou. Mas a gente podia trazer também esse debate
524 para o Conselho Estadual. É isso. Tem algum conselheiro que quer complementar com
525 relação ao relato do debate da comissão? **ROSILENE:**Só para esclarecer. O CRESS vai
526 fazer um movimento político. Não tem como o CRESS entrar como uma ação no
527 Ministério Público. A gente está fazendo um movimento político. É fazer uma reunião,
528 conversar com o Ministério Público. Ele realmente quem notifica o município e o Conselho
529 Municipal para que tome as devidas providências. **VOLNEY:**Com relação essa demanda
530 para o Fórum Estadual dos Trabalhadores. **RONALDO:** classificação brasileira de
531 ocupação emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, essa função. Então, já fere. Eu
532 acho que isso é até mais fácil de resolver. É uma relação capital e trabalho. Então, o
533 empregador e empregado. **ROSILENE:** Nós do serviço social não temos o sindicato. O
534 CRESS não tem que entrar com uma ação trabalhista, isso seria o sindicato. O que pode
535 são, os próprios assistentes sociais se mobilizarem coletivamente. O que a podemos
536 fazer é mobilizar, orientar, não o CRESS entrar com a ação. **SIMONE:**Gente, olhem só.
537 Ontem eu falei e vou repetir. Se for dinheiro do governo federal ou estadual, não pode de
538 jeito nenhum. Está no art. 6º da LOAS o que é equipe de referência. A equipe de
539 referência não consta auxiliar de serviço social. Se for dinheiro do município, ai realmente
540 há uma discussão. O Conselho pode orientar o CRESS para ele entrar ou não entrar. Se
541 ele vai entrar ou não entrar, ai já é uma decisão do próprio Conselho Regional. Mas eu
542 quero chamar atenção sobre isso. Se for dinheiro do governo federal, ele não pode. Não é
543 permitido pelas normativas do SUAS. Então rapidamente, antes de qualquer coisa, nós
544 temos que nos posicionar com relação às normativas do SUAS e ao cofinanciamento do
545 próprio SUAS. Uma discussão que o próprio Fórum dos Trabalhadores tem que fazer é
546 com relação às normativas do SUAS. Tem que divulgar as normativas. A divulgação é
547 bastante importante até para que os trabalhadores utilizem da informação como
548 instrumento mesmo de pressão. Eu relatei na reunião do governo que nós também
549 recebemos essa denúncia na SEDESE. Vocês podem ter certeza de que nós vamos
550 colocar que, se for dinheiro do governo federal ou estadual, isso não pode, de jeito
551 nenhum. Tem mais alguma questão com a comissão de política? Então eu vou passar
552 para a comissão de normas. Rodrigo você está preparado ai? **RODRIGO:** Sim. O primeiro

553 ponto da comissão de normas foi a deliberação e encaminhamento da recondução da
554 coordenação. No caso, a minha recondução. Eu queria dizer a todos que eu fico muito
555 satisfeito, muito grato. Mas é uma coordenação compartilhada com todos os conselheiros,
556 todos os meus colegas, porque na comissão de normas a gente tem várias situações que
557 cada um contribui na sua formação, com sua dedicação e conhecimento. Nós temos esse
558 ano de planejamento da comissão de normas leis do programa de barragem, benefícios
559 eventuais, a lei estadual de assistência social. Então a comissão como encaminhamento
560 traz que nos próximos meses ela se reunirá para elaborar o planejamento específico, de
561 acordo com o regimento interno do CEAS. Então é isso aí gente. Eu franquio a palavra
562 para algum conselheiro que quiser falar. Foi o que nós discutimos no dia de ontem.
563 Obrigado. **LEONARDO CARVALHO:** Eu só queria fazer uma observação. Eu não sei se
564 tem alguma inteiração Simone, acredito que não, porque está na fase ainda de discussão.
565 Foi formado um Grupo de Trabalho sobre política de atingidos no governo do Estado de
566 Minas Gerais. Esse Conselho não tem conhecimento ainda, é bom que tenha. É uma
567 coisa que não vai mexer na estrutura do PAS, está na lei, vai continuar sendo assim. Mas
568 ele vai ampliar muito a capacidade de estruturação, de como é essa relação de atingidos,
569 a definição, o conceito de atingidos, amplia bastante qual que é o papel do empreendedor
570 e tudo mais. Inclusive está na fase final para encaminhar para a Assembleia o PL. Então
571 eu gostaria de sugerir que acompanhasse. Como estou chegando hoje eu não sei se esse
572 assunto já passou por aqui. Se não passou, eu me disponho a trazer o assunto aqui na
573 próxima reunião. Eu acho que é importante e a gente ganha muito se todo mundo estiver
574 junto. É uma pauta do MAB. Vocês sabem que é o MAB é um movimento social que tem
575 muita relevância para o governo. Ajudou muito a eleger esse governo que nós estamos
576 atualmente. E cobra a conta muito do governo. Eles têm uma pauta enorme com o
577 governo, a gente tenta responder com o apoio da SEDESE também. E esta é uma das
578 pautas com dificuldade, pois demora muito, mas já caminhou. A gente já está com a
579 proposta de PL formatada. Possivelmente até na próxima reunião aqui ela já está na
580 pauta da Assembleia. **LEONARDO KOURY:** Já foi trazido de nós do governo para o
581 CEAS. Não houve uma participação na verdade do CEAS. Eu acho que pelo processo
582 mesmo das conferências, de outras atribuições. Inclusive já houve reunião do GT Jequitáí
583 com o MAB. O processo tem uma grande participação do MAB. Eu vi que vai ter aqui às
584 16 horas barragem e SUAS. Eu acho que da pra gente esclarecer melhor. É bacana
585 trazer a Letícia, que é de uma grande construtora junto com a gente do processo de
586 construção do plano de atingidos por barragem, identificando de fato quem é atingido,
587 quem tem direito. E aí a gente sabe que no caso de barragem os atingidos são os mais
588 pobres. É igual à SAMARCO fala: “Os atingidos são eles”, não é? Da pra gente identificar
589 inclusive o papel do SUAS na assistência social dentro desse processo, e da articulação
590 com outras políticas sociais que são necessárias no momento onde as pessoas estão
591 perdendo o direito, não só de sua propriedade, mas do seu território, de relação
592 estabelecidas. **SIMONE:** A gente discutiu muito isso na comissão de normas hoje. Esse
593 assunto volta mais duas vezes na pauta desse Conselho no dia de hoje. Aqui por
594 enquanto o Rodrigo está fazendo o relato, mas depois a Rosa vai apresentar. Eu acho
595 que é muito importante pra nós localizarmos como está esse debate hoje. Nós temos que
596 rapidamente, aí já no próximo pleno, marcar com a comissão de política e a comissão de
597 normas, uma reunião conjunta. E convidar um integrante. Eu acho que a Marta colocou
598 isso na fala dela e o Rodrigo também. Nós temos que chamar aqui um representante do

599 Grupo, pra gente também ver se o Conselho quer avançar também. É uma chance
600 enorme de a gente avançar na nossa competência. Então fica aqui registrado e nós
601 vamos encaminhar sim a reunião conjunta. É claro que já estão convidados os dois
602 Leonardo para a nossa discussão. Qual comissão está pronta? Orçamento, Isabela.
603 **ISABELA:**Participaram da reunião ontem a Cristiane, eu e a Geisiane, que teve uma
604 participação primeira na de apoio e depois foi lá com a gente fechar. Nós temos mais são
605 pontos de informes mesmo. A gente não tem ponto pra trazer para deliberação. Em
606 relação à coordenação da comissão, continua sendo eu a coordenadora. Foi uma
607 recondução. Como ponto de discussão a gente analisou a resolução do Conselho do ano
608 passado, que aprovou uma proposta de orçamento para 2016 para FEAS, comparando o
609 que o Conselho tinha aprovado com o que de fato foi aprovado na lei orçamentária anual,
610 pela Assembleia Legislativa em janeiro desse ano. Pela comparação que a gente fez o
611 que foi observado, é que teve uma pequena diminuição do orçamento de trezentos e vinte
612 oito mil, quatrocentos e dez reais. Essa diminuição ela foi na ação orçamentaria do Piso
613 Mineiro da Assistência Social fixo. Foi uma diminuição pequena. Dentro da proposta de
614 orçamento, o orçamento original do Piso fixo era de cinquenta e quatro milhões. Foi
615 proposto um aumento de cinquenta e oito milhões para tentar aumentar o repasse para os
616 municípios. Essa redução de trezentos e vinte oito mil vai impactar o pagamento do Piso,
617 tal como ele é feito. O que vai gerar é um ajuste na proposta que a SEDESE tem discutido
618 já no critério de partilha, que vão ser levados pra CIB e depois para este Conselho
619 deliberar encima desse recurso novo. Então, na verdade, no conjunto a gente teve um
620 aumento do Piso Mineiro. Teve essa diferença na proposta aprovada, mas o saldo é
621 bastante positivo. A gente teve um aumento dos recursos dentro do Piso fixo. A gente
622 teve também um aumento dos recursos por meio da criação do Piso Mineiro de
623 Assistência Social variável, que também tem um aporte novo. O Piso variável tem uma
624 parte dos recursos que é destinado a série histórica, que são estes cofinanciamento
625 anteriores ao Piso Mineiro, anteriores ao SUAS que o Estado já fazia para os municípios.
626 **VOLNEY:**Se não me engano, está faltando a prestação de conta do ultimo trimestre.
627 Seria o de 2015, não está? Tem previsão para apresentar? Vão apresentar as duas
628 juntas? A do primeiro trimestre de 2016 e a ultima de 2015? **ISABELA:**Isso também a
629 gente conversou na comissão. Na verdade está faltando as prestações do terceiro e do
630 quarto trimestre de 2015, que vão vir para a próxima plenária. A gente está fechando a
631 prestação de contas. No nosso planejamento a gente organizou para fazer a análise de
632 prestação na próxima plenária. **RONALDO:** Quando você diz esse déficit de trezentos e
633 poucos mil, apesar dos aportes, isso já esta sendo considerado aporte, de manutenção do
634 Piso Mineiro, de manutenção das outras políticas. Ele foi distribuído em porcentual? E
635 outra coisa. Já está dentro dessa reprogramação do exercício anterior encima da
636 prestação de contas do terceiro e quarto trimestre. O saldo já foi reprogramado para
637 agora? Me parece que ficam os primeiros meses para restos a pagar. E ai se já está
638 sendo considerado isso. **ISABELA:** Em relação a essa diferença de trezentos e vinte oito
639 mil, na verdade o que a gente imagina é que aconteceu um corte linear no orçamento do
640 Estado. A gente não compreendeu. Talvez tenha saído do Piso Mineiro porque era a ação
641 que tinha mais recursos. Do ponto de vista de manutenção das ações, não traz nenhum
642 prejuízo. É um recurso novo que a gente trouxe. Então o que vai ter que ser feito é uma
643 adequação. Quando foi feito esse cálculo para chegar aos cinquenta e oito milhões, a
644 gente tinha uma proposta pensada na SEDESE. A gente vai ter que adequar um pouco,

645 tendo em vista esse decreto. Mas não afeta a continuidade de nenhuma das ações que já
646 existia. Em relação à reprogramação de saldos. O governo do Estado ainda não
647 apresentou a proposta de reprogramação de saldos aqui para o Conselho. E ai gente já
648 leva isso também como um ponto para talvez trazer junto com a prestação de contas, as
649 análises dos saldos e uma proposta de reprogramação. **SIMONE:** Eu vou falar com o
650 Ronaldo. O problema Ronaldo é de gastar o dinheiro. Esse ano se a gente não ficar
651 esperto, a gente não gasta um orçamento. É o maior orçamento do Fundo Estadual de
652 Assistência Social, e vai requerer de nós muita agilidade para gastar. Mas pode deixar
653 que a gente vai se ocupar com carinho disso. Mais alguém quer discutir? **LEONARDO**
654 **CARVALHO:** Simone eu só faria uma observação, de quem está observando o
655 orçamento do Estado inteiro. E ai é no sentido do otimismo. Por favor, não me entenda
656 como defensor de ninguém aqui, mas ao mesmo tempo defendendo todo mundo. Eu
657 acredito, até por observar em um período de oito anos que eu trabalho no Estado, que
658 nunca teve um ambiente tão propício para o desenvolvimento social, para a assistência
659 social. Propício por quê? Junta a cobrança de vocês, o controle social que já era bem
660 estruturado, mas tinha pouca resposta, com vontade política. É um papel fundamental do
661 secretário André. Por mais que a Simone está falando que não executou tudo, Simone, eu
662 acho que vocês foram a secretaria que mais executou no Estado. E isso é muito bom.
663 **APLAUSOS.** O primeiro ano de governo é sempre um ano morto para a maior parte das
664 pessoas. A saúde e educação não pode morrer né gente? Se não todo mundo morrer.
665 Então tem que trabalhar e continuou trabalhando. A segurança também não poderia
666 morrer, embora tenha algumas críticas. Mas o desenvolvimento social foi na minha
667 opinião o grande destaque. Eu acho que as provas disso, as respostas disso, é o que a
668 Isabela falou, contingenciou de um a mais que está reprogramado. Sabe como é feito o
669 orçamento do Estado para o resto? No máximo o limite que foi autorizado há dois anos.
670 Então se aprovou a mais para o Piso. Eu acho que é o único caso que eu conheço que
671 aprovou a mais. Pode ter outro que eu não conheço, mas isso é bom ressaltar. A
672 execução exatamente do Piso depende muito dos municípios, depende muito de vocês. O
673 secretário foi muito corajoso. Ano passado eu acompanhei, eu participei das reuniões
674 principais que ele fez. Ele foi muito corajoso em mostrar quem não estava executando, e
675 ai como ele iria defender mais dinheiro para quem não está conseguindo executar o
676 dinheiro que já recebeu. Então ele foi corajoso em fazer isso. O efeito eu acho que deu,
677 as pessoas comprometeram. Tem que comprometer ainda mais para conseguir executar.
678 A Simone está falando que vai ser difícil executar isso tudo. Mas se vocês quiserem vocês
679 tem que sair do Conselho que vocês estão participando com essa mensagem, de que
680 precisa ser junto o trabalho. Precisa todo mundo colaborar para conseguir executar o
681 dinheiro, que felizmente o governador está conseguindo priorizar sim nesse governo.
682 **SIMONE:** Obrigada, viu Leonardo? **RISOS** Como a gente estava falando, da
683 reprogramação do recurso federal. Recurso estadual querido, nós gastamos foi tudo! E se
684 mais aparecesse, mais gastaríamos né? Nós ficamos no ano passado todo criando as
685 condições para fazer isso. Os que nós já fizemos na área orçamentária financeira,
686 sinceramente, vocês vão ficar loucos quando souberem. Mas de fato, estamos fazendo
687 Fundo a Fundo. Só faltam noventa e três municípios pra gente credenciar o CNPJ, no
688 CAGEC. Nós fizemos todo um esforço. Nós eu falo, não é só o governo estadual, é o
689 COGEMAS também. Os municípios tem tido um papel importantíssimo pra gente
690 melhorar a questão financeira do SUAS no Estado. Então de fato, nós temos muito que

691 comemorar. Com certeza que na próxima nós vamos se preparar melhor, não é Isabela?
692 Para que vocês de fato possam acompanhar os avanços que a gente tem obtido na
693 política do governo do Estado. Tem mais alguém? Então agora vamos ter o relato da
694 comissão de apoio aos Conselhos. **WALTER:** Mais uma vez bom dia. O primeiro ponto é
695 a definição da coordenação da comissão. Nós encaminhamos para deliberação para
696 plenária a indicação do coordenador Ítalo, e como adjunto o conselheiro Walter, que sou
697 eu. Peço desculpas, por ainda estou em fase de aprendizado aqui do funcionamento do
698 Conselho Estadual pelas falhas que posso cometer. O ponto dois, ponto três, ponto
699 quatro e ponto sete, nós não vamos ler porque ainda está em fase de levantamentos e de
700 estudos pelos técnicos da secretaria executiva. Com relação ao ponto cinco o tema seria:
701 “Avaliar a necessidade de rever o modelo de estruturação das URCMAS, de forma para
702 contribuir mais efetivamente para o desenvolvimento da assistência social”. Este ponto
703 cinco está associado com o seis, que também está na mesma direção. Os
704 encaminhamentos que a gente faz para a plenária é o entendimento que o modelo
705 existente das UIRCMAS, no que se refere a sua relação regional com a SEDESE, deve
706 permanecer. Bem como, a possibilidade das uniões serem divididas em microrregiões;
707 Elaborar um plano de apoio para as URCMAS, sobre forma de participar das reuniões e
708 calendário associado ao planejamento do CEAS; Convidar a diretora de capacitação da
709 SUBAS, e para a próxima reunião; Primeira teleconferência deve tratar do que é
710 URCMAS, participação, mobilização e representação; E por fim. Envolver as diretorias
711 regionais da SEDESE nesse assunto. Isso está relacionado também em relação ao ponto
712 seis. Com relação aos demais pontos oito e nove. Simplesmente tratamos do assunto
713 internamente. Não houve motivo para encaminhamento para deliberação em Assembleia.
714 Trata das atribuições da comissão de apoio que estamos examinando, estudando. E o
715 planejamento do CEAS 2016 apresentado à comissão, recebido em 18 de fevereiro desse
716 ano. São essas as observações. **VOZES AO FUNDO** O encaminhamento do tema seis.
717 **VOZES AO FUNDO** Assunto: Solicitação de capacitação. O secretário municipal de
718 desenvolvimento social de Nepomuceno para a equipe do CMAS. Foi mandado um ofício
719 pra lá. O gerente da secretaria de ação social de Extrema, também com a mesma
720 devolutiva, do mesmo assunto. E a secretária municipal de assistência social de Rio
721 Casca, na região de Juiz de Fora, para o CMAS. Eles oferecem custeio de transporte,
722 alimentação e hospedagem. A proposta seria repassar a aula de Márcia Pinheiro;
723 Agendar atendimento no CEAS; E associar as regiões das URCMAS. Essas são as
724 propostas a serem repassadas aqui para a Assembleia. **VOZES AO FUNDO** Os
725 encaminhamento são: Repassar a aula de Márcia Pinheiro depois da capacitação.
726 Proposta aos conselheiros. Data prevista: 17 de março, de 09 às 12 horas. A) A
727 apresentação da aula de Márcia Pinheiro seguida de atividade em grupo e debates; B)
728 Facilitadora: Convidar a Márcia Pinheiro. Se ele não puder, convidar outra pessoa como
729 facilitadora. Local: CDH; C) Manter plantão de atendimento no CEAS de 08 às 18 horas,
730 com escala entre os conselheiros; D) Viagem ao interior por partes dos conselheiros
731 estaduais. Esses são os encaminhamentos do ponto seis. **VOZES AO FUNDO** Você pode
732 complementar, por gentileza. **SOYLIA:** A ideia do plantão foi sugerida até pela
733 Consolação. A ideia foi muito boa. A ideia seria os conselheiros da própria comissão
734 mesmo está fazendo regime de plantão. Provavelmente um dia antes das nossas
735 reuniões de comissão. Um dia todo, das 08 às 18 horas. Um conselheiro se
736 responsabilizaria de estar aqui atendendo em forma de agendamento os CMAS. Foi uma

737 ideia bem legal, já que tem esse demanda. Muitos CMAS, gestores, querem estar tendo
738 um diálogo aberto com os conselheiros. Ainda mais que a gente está como apoio aos
739 CMAS. **PÁSCOA:** A ideia da Consolação foi ótima. Eu ontem na reunião da comissão
740 esclareci um tanto de dúvida gente. A gente pensa que paridade de Conselho é uma
741 coisa simples, e não é. A gente queria que os Conselheiros Municipais, os presidentes de
742 Conselhos, até mesmo os gestores, tivessem a oportunidade de vir aqui, conhecer e
743 aprender, igual à gente tem. É isso o que a gente está pensando. **SIMONE:** Mais alguém?
744 **PÁSCOA:** A Consolação podia complementar. Não? **SIMONE:** Então foram aprovados os
745 relatos das comissões. Eu agradeço e parablenizo á todos os conselheiros. Acho que tem
746 sido cada dia melhor o trabalho das nossas comissões e seus relatos também. Antes do
747 almoço nós vamos discutir agora a minuta da resolução nº 547/2016. Todo mundo está
748 com ela em mãos? Deixa eu colocar aqui o debate que aconteceu na mesa diretora, que
749 é ela que está trazendo essa minuta de resolução. No ano passado quando o Conselho
750 Estadual discutiu a sua conferência estadual, houve sempre a preocupação dos
751 conselheiros de que a gente pudesse tratar as conferências de forma mais adequada pelo
752 Conselho Estadual. Em consequência, tendo reflexo também nos Conselhos Municipais,
753 por dois motivos. O primeiro é porque normalmente o Conselho preocupa com a
754 conferência só no ano da realização da conferência. As avaliações, os estudos, as
755 análises, sobre deliberação de conferência demonstram que tem se repetido muito as
756 deliberações de conferência. Então nesse sentido, e já cumprindo a deliberação da
757 conferência, isso também é importante, saiu a deliberação de que deve haver um
758 monitoramento. A mesa diretora já traz imediatamente para o pleno uma proposta de
759 como devemos fazer esse acompanhamento, esse monitoramento das deliberações.
760 Portanto, eu vou pedir ajuda aqui da nossa secretária executiva. Não. Eu vou fazer o
761 seguinte, se vocês me permitem. Eu vou pedir ao Ronaldo e o Hermellis, um lê e o outro
762 anota as observações. Quem pode ler a proposta da resolução? Então o Ronaldo vai ler e
763 o Hermellis vai anotar. As pessoas que quiserem fazer destaque levantem a mão ou
764 então pega o microfone e diga: “Destaque no art. 1º”. O Hermellis vai anotar, por favor, os
765 destaques. E aí a gente volta nos destaques. Ficou claro o método? Então vamos lá.
766 Podemos ir? Ou vocês querem esclarecimentos? Podemos ir direto né? Por favor,
767 Ronaldo. **RONALDO:** Minuta Resolução nº 547/2016 CEAS – MG. “Dispõe sobre a
768 criação da comissão de monitoramento das deliberações das conferências estaduais de
769 assistência social, e regulamenta o seu funcionamento”. O Conselho Estadual de
770 Assistência Social de Minas Gerais – CEAS/MG, no uso das atribuições legais conferidas
771 pela lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993, pela lei estadual nº 12.262 de 23 de julho
772 de 1996, pela resolução do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, nº 33 de 12
773 de dezembro de 2012 – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência
774 Social – NOB/SUAS, e conforme deliberação da 208ª plenária ordinária, ocorrida no dia
775 19 de fevereiro de 2016, resolve: Art. 1º Fica criada a comissão de monitoramento das
776 deliberações das conferências estaduais de assistência social. § 1º A comissão de
777 monitoramento da conferência será composta por: I – Um conselheiro da comissão de
778 apoio aos CMAS; II – Um conselheiro da comissão de normas; III – Um conselheiro da
779 comissão de orçamento e financiamento; IV – Um conselheiro da comissão de política de
780 assistência social. § 2º A comissão de monitoramento da conferência será coordenada
781 por um de seus membros eleito entre si. § 3º As comissões temáticas do CEAS poderão
782 contribuir com a comissão de monitoramento, caso seja necessário, de acordo com o

783 tema afeto a cada uma. Art. 2º A comissão de monitoramento da conferência terá o seu
784 funcionamento regulamentado pelo disposto nesta resolução. Art. 3º A comissão de
785 monitoramento da conferência se reunirá conforme calendário definido em sua primeira
786 reunião pelos seus membros, e/ou convocação do presidente do CEAS semestralmente
787 ou de forma extraordinária. Art. 4º Ao coordenador da comissão compete: I – Presidir e
788 coordenar os trabalhos da comissão; II – Exercer o direito do voto de qualidade; III –
789 Elaborar e divulgar aos demais integrantes a pauta das reuniões da comissão; IV –
790 Assinar as memórias, notas, pareceres e recomendações, elaboradas pela comissão, e
791 relatá-las em plenária; V – Convidar gestores, técnicos, especialistas e outros, de acordo
792 com a necessidade de temas a serem tratados. Parágrafo único: Na ausência do
793 coordenador os demais membros decidem entre si quem coordena a reunião. Art. 5º A
794 comissão de monitoramento da conferência possui as seguintes competências: I – Propor
795 metodologias para ser utilizadas em cada conferência estadual de assistência social, com
796 estratégia fundamental para o acompanhamento e monitoramento continuado das
797 deliberações; II – Desenvolver avaliação e o monitoramento das deliberações das
798 conferências estaduais de assistência social, a partir da 11ª conferência estadual de
799 assistência social; III – Recomendar aos CMAS orientações e instrumental de
800 monitoramento e avaliação das deliberações das conferências municipais de assistência
801 social; IV – Monitorar e avaliar as metas do Plano Decenal, considerando as deliberações;
802 V – Desempenhar outras atividades que lhes sejam designadas pela plenária do CEAS.
803 Art. 6º Para o acompanhamento e monitoramento das deliberações, a comissão de
804 monitoramento da conferência poderá adotar seguintes estratégias: I – Promover estudo
805 de análises das deliberações implementadas, em andamento e não implementadas,
806 elaborando uma síntese a ser submetida à plenária do CEAS semestralmente; II – Propor
807 grupos de trabalhos, consultorias, pesquisas, debates e outras iniciativas inerentes a
808 assuntos de sua competência; III – Levantar normativas pertinentes as deliberações; IV –
809 Utilizar dados do Censo SUAS, bem como outros indicadores pertinentes as deliberações;
810 V – Divulgar informações sobre o processo de acompanhamento e monitoramento; VI –
811 Propor ações conjuntas e parcerias com outros Conselhos, órgãos públicos ou entidades.
812 Art. 7º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. Belo Horizonte, fevereiro
813 de 2016, Maria Alves de Souza, Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social.
814 **SIMONE:** Vamos aos destaques. Qual que é o primeiro Hermellis? Senhor Walter.
815 **WALTER:** Com relação ao nome da comissão. Uma hora fala: “Monitoramento da
816 conferência”. Outra hora: “Das conferências”. No § 3º do art. 1º eu sugeriria suprimir “caso
817 seja necessário”. Pelo texto já seria suficiente eliminar isso aí. **SIMONE:** Está certo. E o
818 conselheiro está só aprendendo em gente! No dia que ele souber, nós estamos lascados
819 aqui, viu? **RISOS** Muito obrigada conselheiro. Próximo. **MARTA SILVA:** É um destaque no
820 § 2º. Incorporando o que o conselheiro já colocou. Tem alguns momentos que diz:
821 “deliberação da conferência”, ou “monitoramento das deliberações”, o que é diferente. Eu
822 acho que esse “eleito entre si” é dispensável, porque a comissão a comissão vai ser
823 coordenada por um de seus membros. É dispensável “ser eleitos entre si”. Se nós
824 estamos criando uma comissão, ela vai passar a ser uma comissão permanente correto?
825 E aí eu acho que a gente tem que fazer uma menção, de que estamos modificando o
826 regimento interno, porque estamos criando uma nova comissão permanente deste
827 Conselho. Então ao final, temos que acrescentar um artigo que diga isso. Que faça
828 menção ao regimento interno, porque estamos criando uma nova comissão. Tenho outro

829 destaque, mas quando for o momento, eu falo. **SIMONE:** Agora é a secretária executiva,
830 Consolação. **CONSOLAÇÃO:** Bom dia. No art. 5º, no II tem uma interrogação ai, por
831 quê? Essa resolução proposta inicialmente pela secretaria executiva do CEAS, a gente
832 discutiu e tomamos como base a resolução do Conselho Nacional. Lá está muito clara.
833 Então não precisamos ficar inventando. Realmente copiamos quase a totalidade dessa
834 resolução. Como a comissão deles foi criada em 2013, eles remetem há uma conferência
835 anterior. Só que depois dessa conferência, que a gente fez o Plano Decenal, e demos
836 toda a devolutiva do Plano de dez anos, eu entendi que seria a partir de agora. Se a gente
837 prestou conta do Plano Decenal anterior, e eu estou iniciando um novo Plano, seria dessa
838 conferência pra frente. Mas eu coloquei interrogação pra gente abrir aqui o debate. E eu
839 vou fazer também aqui a redação. Daqui a pouco eu volto porque estou fazendo a
840 redação que a Marta pediu. **SIMONE:** Nós temos aqui um destaque que foi feito. Pelo o
841 que eu entendi, houve discordância entre os conselheiros. É o destaque feito no § 2º. “A
842 comissão de monitoramento da conferência será coordenada por um de seus membros,
843 eleitos entre si”. Tem conselheiro que acha que pode ser de outra forma se a gente não
844 deixar claro aqui. Pode ser pela indicação do presidente, pode ser de outra forma. Então
845 nos vamos voltar nesse tópico aqui. Também tem a questão que a Consolação colocou.
846 Sé o monitoramento dará a partir de quais deliberações. Se a gente vai passar a
847 monitorar as deliberações a partir da última conferência nacional. Essa também é uma
848 discussão que a gente vai retornar a ela. Agora a Marta quer fazer mais um destaque.
849 **MARTA SILVA:** É no parágrafo único, do art. 4º. Fala: “Que na ausência do coordenador,
850 os demais membros decidem entre si quem coordena a reunião”. Os moldes das outras
851 comissões permanentes, a gente já elege um coordenador adjunto, conforme previsto no
852 regimento interno. Então quem sabe a redação se alinharia ao regimento interno?
853 Considerando as outras comissões. **SIMONE:** Então nós temos dois assuntos aqui de
854 temos que decidir. A conselheira Marta sugeriu que a gente retira-se do § 2º o termo:
855 “eleitos entre si”. Tem algum conselheiro que quer defender a permanência do texto como
856 está? **ROSILENE:** É realmente pensando no futuro né? É realmente garantir que seja
857 quem está na comissão. Que não seja indicado alguém de fora para participar daquele
858 momento. Então é importante que seja mantido como está. **SIMONE:** Eu estou
859 entendendo que vamos votar né? Certo conselheira Marta? A senhora mantém a sua
860 posição? **MARTA SILVA:** Mantenho fazendo referência ao regimento interno das
861 comissões permanentes que diz que “o coordenador das comissões ele é eleito entre os
862 seus membros”. Então não precisa constar na resolução, já que a gente vai fazer
863 referência ao regimento. **SIMONE:** Agora eu observei uma coisa. Essa resolução não tem
864 nenhum considerando. Tem que considerar não é? A lei, o regimento. Porque ai fica mais
865 claro que está no âmbito dessas legislações. A outra questão tem haver com o art. 5º, inc.
866 II. “A comissão de monitoramento da conferência possui as seguintes competências: II –
867 Desenvolver avaliação e monitoramento das deliberações das conferências estaduais, a
868 partir de 11ª conferência estadual”. Eu vou dar a minha opinião. Eu acho que a gente não
869 deve colocar: “a partir de”. Por quê? Porque tudo depende do método. Se nós quisermos
870 fazer uma avaliação do Plano Decenal? Então não tem jeito de fazer avaliação só a partir
871 da 11ª conferência. Você vai ter que comparar. Com certeza nós vamos cumprir muita
872 coisa do Plano Decenal, mas muitas coisas nós vamos ter que colocar na pauta política e
873 deliberativa. Você quer falar Consolação? **CONSOLAÇÃO:** É só uma inclusão em relação
874 à fala da conselheira Marta. Eu estou propondo mais um artigo, que vai dizer: O

875 regimento interno do CEAS fica alterado, a não ser o art. 25, inc. VII, que dispõe sobre as
876 comissões temáticas, com a inclusão da comissão criada por essa resolução. Ok? Ai já
877 fica aqui alterado. Nós temos quórum para alteração de regimento, porque regimento é
878 quórum qualificado, mas nós o temos aqui. Então a gente pode fazer tudo. **SIMONE:**
879 Então eu vou fazer a pergunta diferente de deliberação. Os conselheiros titulares, ou os
880 que estão na titularidade, que concordam que a gente mude o regimento interno do
881 Conselho, e crie a comissão de monitoramento das deliberações das conferências
882 estaduais de assistência social, por favor, se manifestem levantando a mão. **WALTER:**
883 São duas resoluções distintas. Uma é alterar o regimento, e a outra é criar a comissão.
884 **SIMONE:** Mais uma vez “o aprendiz de conselheiro” está corretíssimo. Eu o agradeço
885 muito. Vamos fazer o seguinte. Nós vamos preparar o novo texto pra trazer aqui pra
886 vocês, porque a gente precisa de dois textos de deliberação para mudança do regimento.
887 **RONALDO:** Por estar criando uma comissão permanente, outra comissão, está sendo
888 sugerido aqui conselheiro das outras comissões. Não seria o caso de trazer e colocar em
889 aberto pra conselheiros compor essa nova comissão temática? Conforme está previsto no
890 regimento. **SIMONE:** Nós estamos no debate de quem deve compor essa comissão. Isso
891 é uma concepção. Ou ela será composta por conselheiros que integram as outras
892 comissões. E é lógico, ao propor isso, o Conselho Nacional ele tinha um intuito. Como se
893 trata de deliberação que passa por todas as comissões, essa é a ideia. E também, é uma
894 comissão permanente, mas que não se reúne todo mês. Isso também está colocado aqui
895 na resolução. Ela se reúne de seis em seis meses. Quando isso acontecer, é claro, vai
896 dar o problema que dá lá no Conselho Nacional. Nós vamos ter que convocar essa
897 comissão em horário alternado. Isso vai acontecer mesmo. Mas aqui tem uma concepção,
898 não tem importância. Se vocês acham que a concepção deve ser outra, nós estamos aqui
899 para discutir. Mas quando foi pensado, foi pensado nesse rumo. **RONALDO:** Diante da
900 explicação e do modelo que vem já do Conselho Nacional, eu até entendo por ser mais
901 qualificada quem já está nas discussões das demais comissões temáticas. Estou
902 contemplado. Concordo da forma como está. **SIMONE:** Mais alguém? Então eu vou
903 convocá-los a todos conselheiros para que nós possamos almoçar, e voltarmos
904 exatamente 13 horas. Muito obrigada a todos. Até de tarde. **PARTE 3 SIMONE:** A
905 alteração da resolução que cria a comissão de monitoramento das deliberações das
906 conferências. Então, por favor, Consolação. **CONSOLAÇÃO:** Boa tarde. Aqui é a
907 alteração. Lê tudo de novo? Ou só posso mostrar onde foi alterado? Só onde foi alterado.
908 Após a ementa, vocês podem ver que eu incluí os considerandos. Considerando que foi
909 utilizado para fazer esta resolução, a resolução do Conselho Nacional, mais o regimento
910 interno e termina na nossa plenária. As leis foram citadas já acima, falando das
911 competências. Em todos os artigos, vocês podem observar que já foi colocado o nome da
912 comissão todo: “Comissão de monitoramento das deliberações das conferências
913 estaduais”. Não é isso que foi solicitado? A questão da coordenação da comissão, eu tirei
914 “eleitos”. Ficou: “Será coordenada por um de seus membros”. § 2º art. 1º. E no inc. II, do
915 art. 5º: “Desenvolver a avaliação e monitoramento das deliberações das conferências
916 estaduais”. Então tirou aquela coisa que era: “a partir de”. Está certo? Então foram essas
917 as alterações dessa resolução. Ok? **SIMONE:** Vocês compreenderam gente? Está todo
918 mundo ciente pra votar? Então, os conselheiros que concordam com a resolução como
919 ela está, por favor, permaneçam sentados. Contrários? Abstenções? Então foi aprovada.
920 **CONSOLAÇÃO:** A outra resolução por orientação da mudança do regimento, então essa

921 eu vou ler. Proposta de resolução nº 548 de CEAS. “Dispõe sobre alteração do regimento
922 interno do Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais”. O Conselho
923 Estadual no uso de suas atribuições, ai repete aqui a LOAS a lei estadual e a NOB. Esse
924 primeiro considerando eu peço que vocês alterem ai. A Marta já verificou que teve dois
925 erros. A resolução do CEAS é nº 547, que é a resolução que nós acabamos de aprovar.
926 Que regulamenta o funcionamento da comissão de monitoramento das deliberações das
927 conferências estaduais. Ficou “nacionais” ai. E a deliberação dessa plenária. Então,
928 resolve: Fica acrescido o inc. V ao § 7º, do art. 25 do regimento interno do Conselho
929 Estadual de Assistência Social, com a seguinte redação. Então o art. 25 fala: “As
930 comissões temáticas de caráter permanente e os grupos de trabalhos de caráter eventual
931 integram a estrutura do CEAS”. § 7º: “As comissões temáticas são”. Ai vem a inclusão
932 deste inc. V: “Comissão de monitoramento das deliberações das conferências estaduais
933 de assistência social com a atribuição de”. Ai são as atribuições que nós acabamos de
934 aprovar. Essa resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação. Seria isso.
935 **SIMONE:** Em discussão. Não havendo quem queria discutir, eu vou pedir a nossa
936 secretária executiva que faça o chamamento dos conselheiros titulares aptos a votar,
937 tendo em vista que a gente tem que ter 2/3 dos votos para essa matéria. **CONSOLAÇÃO:**
938 Agora é chamamento pra votar a aprovação da resolução que a gente acabou de ler que
939 altera o regimento interno. **GESIANE:**Pela aprovação. **CONSOLAÇÃO:** Soyliá. **SOYLIA:**
940 Aprovado. **CONSOLAÇÃO:** Luiz George. **LUIZ GEORGE:** Pela aprovação.
941 **CONSOLAÇÃO:** Rodrigo. **RODRIGO:** Pela aprovação. **CONSOLAÇÃO:** Maria da
942 Páscoa. **PÁSCOA:** Pela aprovação. **CONSOLAÇÃO:** Josiane. **JOSIANE:** Pela
943 aprovação. **CONSOLAÇÃO:** Volney. **VOLNEY:** Pela aprovação. **CONSOLAÇÃO:**
944 Rosilene. **ROSILENE:** Pela aprovação. **CONSOLAÇÃO:** Wilson. **WILSON:** Pela
945 aprovação. **CONSOLAÇÃO:** Maira. **MAIRA:** Pela aprovação. **CONSOLAÇÃO:** Leonardo.
946 **LEONARDO:** Pela aprovação. **CONSOLAÇÃO:** Hermellis. **HERMELLIS:** Pela aprovação.
947 **CONSOLAÇÃO:** Ronaldo. **RONALDO:** Pela aprovação. **CONSOLAÇÃO:** Simone:
948 **SIMONE:** Pela aprovação. Quero agradecer tanto a nossa secretária executiva, quanto
949 aos conselheiros. E imediatamente passar para o outro ponto de pauta, que é a
950 apresentação do planejamento do Conselho Estadual de Assistência Social, prioridade
951 para 2016. Quem vai apresentar? Eu vou passar para Consolação. **CONSOLAÇÃO:**
952 Alguns conselheiros tiveram já um contato com essa proposta de planejamento. Ontem na
953 reunião das comissões, de apoio e política eu acredito, mostraram o que a secretaria
954 executiva neste momento está propondo. Nem todas as ações do Conselho estão nesse
955 planejamento. Nós fizemos uma priorização. Logicamente, tem muito mais ações, que
956 inclusive, são cotidianas e não estão expostas aqui. É como se prioriza. Esse formato é
957 um formato utilizado no planejamento da SEDSE. Nós utilizamos porque ele nos dá a
958 possibilidade de um acompanhamento mais detalhado. É uma planilha desenvolvida lá, e
959 ai tem como você acompanhar, ver os dias que faltam. É muito mais fácil a gente
960 visualizar essa planilha. Eu estou falando isso porque não fui eu quem fez. Está copiado,
961 porque ela é muito boa e fácil da gente visualizar. Em termos de atividade, tem a proposta
962 que a secretaria executiva está apresentando. O monitoramento das deliberações da
963 conferência nós temos como três ações: Criar a comissão de monitoramento. Tem um
964 prazo e nós já fizemos hoje; Publicar a resolução criando a comissão, estabelecendo
965 competências; Dar a devolutiva pública do monitoramento dos delegados para os
966 Conselhos Municipais, por meio de correspondência e site do CEAS e um encontro. Esse

967 encontro seria pessoal, da gente organizar um encontro. O prazo para essas ações estão
968 até 01 de outubro de 2017. As duas de publicar terminam em março de 2016. A gente vai
969 cumprir esse prazo, porque a proposta da próxima conferência é no ano que vem. Então a
970 gente tem que dar uma devolutiva, temos que concluir isso para a próxima conferência. A
971 responsabilidade é da comissão de monitoramento e da secretaria executiva. Posso ler
972 tudo e ai depois faz os destaques? Confecção dos anais da conferência estadual. Nós
973 estamos fazendo a instrução de processo de compra. Já se iniciou também inclusive;
974 Processo de compra de serviço de desgravação, elaboração, revisão, diagramação e
975 finalização. O prazo seria até agosto de 2016. Está aqui o CEAS como um todo, porque
976 logicamente, esse esqueleto vai ser apresentado na plenária. Então vai ser feito pela
977 secretaria executiva e todos os conselheiros. A proposta em vez de ser um livro
978 publicado, estamos propondo em CDs. Seriam mil unidades em CDs, porque é mais fácil
979 a distribuição, da gente encaminhar isso, e também de acesso para as pessoas. A gente
980 achou que o custo cai bastante quando você faz em cd. É uma proposta; Ação três:
981 Aprovação, monitoramento do Plano Decenal de Minas Gerais; Analisar e aprovar o Plano
982 Decenal que será elaborado pela SUBAS/SEDESE, mediante orientação do Conselho
983 Nacional. Nós estamos esperando. Eles estão discutindo e pensando em alguma coisa
984 pra repassar para os Conselhos. Mas ainda não foi encaminhado. Essa ação a gente fez
985 aqui um período até agosto, mas a gente não sabe se vai ter um calendário nacional,
986 alguma coisa. Então isso pode ser que sofra alguma alteração; Acompanhar o seu
987 cumprimento junto às prestações de contas trimestrais; Emitir a resolução de aprovação.
988 Até está invertido, primeiro a gente emite a resolução de aprovação, depois acompanha o
989 seu cumprimento. Essas ações são até dezembro deste ano. O produto que está ai do
990 lado é o Plano realmente aprovado, em iniciação do acompanhamento. No item quatro
991 nós temos: Apreciação e deliberação do Plano Plurianual de Assistência Social; Analisar
992 Plano encaminhado pela SUBAS/SEDESE. Primeiro para a secretaria executiva e depois
993 para a comissão temática; Emitir a resolução de aprovação. Aqui a gente internamente
994 abriu uma discussão se seriam dois instrumentos distintos, ou se a gente entenderia o
995 Plano Plurianual como um extrato do decenal. Então abriu-se essa discussão, se a gente
996 teria como ação separada ou se seria conjunta. A gente colocou, mas teve essa
997 discussão. No ponto cinco: Apoio ao Fórum Estadual de Usuários; Contribuir com a
998 organização inicial, mediante o modelo do Fórum; Marcação de reunião; Reserva de local;
999 Expedição de convite; Eleição de coordenação; Garantir a participação dos usuários
1000 convidados na primeira reunião por meio de custeio de despesa. Aqui a Maria pediu pra
1001 colocar que a primeira reunião seria a questão de algumas entidades que
1002 coordenariam o Fórum. Ela está levantando isso. La falou que deve ser um grupo de sete
1003 pessoas, de sete movimentos que eles estão fazendo na discussão. E seria o custeio da
1004 vinda desse grupo, até porque tem que definir como que vai ser o Fórum e tudo; Orientar
1005 os Conselhos Municipais com relação à criação dos Fóruns Municipais. Ai os
1006 conselheiros, a comissão de apoio, entram aqui, com uma participação maior na
1007 orientação dos Conselhos Municipais. Teríamos assim o Fórum em funcionamento e
1008 apoiado; Apoio ao Fórum Estadual dos Trabalhadores. Seria a divulgação do Fórum, de
1009 suas reuniões; Orientar os Conselhos Municipais em relação à criação de Fóruns
1010 Regionais e Municipais. Com uma meta, a gente estava discutindo se poderiam ter
1011 cinquenta Fóruns Municipais dos Trabalhadores criados até o final do ano. Eu não sei
1012 também se isso seria muito, e três Fóruns Regionais. Apoio a criação do Fórum Estadual

1013 de Entidade. Nós temos três ações: Identificar as entidades aptas a participarem do
1014 Fórum; Divulgar para que essas entidades possam habilitar; Apoiar, facilitar a realização
1015 dessa primeira reunião. Seriam os conselheiros que representantes de entidades junto
1016 com a secretaria executiva. **VOZES AO FUNDO** A gente põe entidade aptas a
1017 participarem do Fórum porque tem que ser de assistência social. **VOZES AO FUNDO**
1018 Ação oito: Criação e fortalecimento das URCMAS. Analisar o modelo existente das
1019 URCMAS; Verificar a sua relação com as divisões regionais. A comissão de apoio já fez
1020 essa análise; Motivar para criação das URCMAS nas regiões faltantes, encaminhando
1021 correspondência solicitando participação nas primeiras reuniões; Realizar reuniões com
1022 os presidentes de URCMAS. Essas reuniões seriam aqui em Belo Horizonte; Propor
1023 capacitação para as uniões de controle, á principio a de controle social. Isso aqui vai
1024 somar também como o que foi deliberado na comissão de apoio. A gente tem a pretensão
1025 de ter pelo menos dezessete URCMAS. Não é a totalidade. Se a gente for considerar as
1026 regiões, mas pelo menos, dezessete URCMAS criadas em funcionamento. Ação nove:
1027 Analise e aprovação da prestação de contas apresentada trimestralmente; Analisar a
1028 prestação de conta encaminhada pela SUBAS, pela secretaria executiva e pela comissão
1029 temática; Encaminhar o arquivo para todos os conselheiros; Emitir resolução. Geralmente
1030 a gente sempre faz isso trimestralmente. Como é uma ação que determina com resolução
1031 e tudo, a gente coloca aqui como prioritária também. Analise e aprovação de critérios de
1032 partilha. Duas ações: Analisar os critérios encaminhados pela SUBAS/SEDESE, primeiro
1033 para a secretaria executiva e depois para a comissão temática; Emitir resolução. A
1034 comissão de orçamento que entra nessas ações. Apreciação e aprovação da proposta
1035 orçamentária relativa aos recursos destinados a assistência social alocados no FEAS;
1036 Analisar a proposta orçamentária de 2017 encaminhada pela SUBAS/SEDESE, primeiro
1037 pela secretaria executiva e depois pela comissão temática; Emitir resolução. A gente põe
1038 aqui uma comissão responsável. Não significa que a discussão não seja ampliada com
1039 todo mundo. Ela é responsável no final para emitir um parecer e fazer um
1040 encaminhamento. Ação doze: Apreciação e aprovação do relatório de gestão relativo a
1041 2015; Analisar o relatório encaminhado pela SUBAS/SEDESE, primeiro pela secretaria
1042 executiva, depois pela comissão temática; Emitir relatório de aprovação. Depois tem;
1043 Assessoramento aos Conselhos Municipais; Atender as demandas que chegam ao CEAS,
1044 e-mail, correspondência. Isso é uma rotina, mas como o assessoramento é uma das
1045 principais atribuições dos Conselhos Estudais. Então a gente colocou isso aqui; Orientar
1046 sobre os assuntos importantes em cada período do Conselho Municipal, observando os
1047 prazos e especificidade dos temas. Qualquer tema a gente passa e faz essa orientação;
1048 Orientar o Conselho Municipal em relação a LOAS. Como vai ser elaborado um material
1049 pela secretaria, talvez a gente possa utilizar para está orientando os Conselhos
1050 Municipais, até para eles poderem fazer o controle. Podemos incluir aqui também o que
1051 saiu deliberado da comissão de apoio sobre os assessoramentos, essas capacitações. A
1052 gente pode estar incluindo aqui. Ação quatorze: Estabelecimento de mecanismo de
1053 articulação permanente com os demais Conselhos de políticas públicas e de defesa de
1054 garantia de direito. Aqui é uma discussão que sempre fala do papel da assistência social
1055 como articuladora das outras políticas, e a gente não conseguia pensar uma ação para
1056 isso. Então foi proposto identificar pautas que possuem interface com outros Conselhos, e
1057 convida-los para reuniões temáticas que trataram sobre esse assunto. Nós até pensamos
1058 em plenária, mas que se isso avançar em plenária, será uma coisa que terá que se

1059 discutir mais, aprofundar e amadurecer a ideia. Mas em comissões, chamar outros
1060 Conselhos para discutir aquilo. Achou-se que é possível; Emitir correspondência para os
1061 Conselhos de políticas públicas e de defesa de garantia de direito, dizendo a importância
1062 dessa intersetorialidade e dessa proposta; Buscar ouvir outros Conselhos quando da
1063 deliberação desses assuntos que forem afetos a eles. A meta é conseguir quatro reuniões
1064 de comissões no ano com presença de Conselhos para inovar. Isso seria uma coisa boa;
1065 Realização de plenária ampliada descentralizada. Duas no ano, uma por semestre. Na
1066 comissão de apoio ontem a gente discutiu pensando que duas talvez nesse ano seja
1067 complicado, porque é um ano eleitoral . A gente talvez não consiga reunir. Temos que
1068 talvez reduzir a meta pra uma. É discutir a possibilidade de realização da plenária, definir
1069 a região e a pauta. E ai realizar uma ou duas. No caso a gente vai ter que discutir isso.
1070 Talvez seja uma, porque a comissão de apoio ontem já atentou para essa questão.
1071 Fortalecimento do controle social e municipal para fins de acompanhamento da utilização
1072 do recurso do Fundo Municipal de Assistência Social: Orientar os 287 CMAS dos
1073 municípios prioritários para utilização os recursos, aceite do Plano de Apoio, e execução
1074 do recurso do Fundo Municipal. Ai é durante o ano que temos que acompanhar esse. O
1075 que não impede de acompanhar também os demais, logicamente. Aqui está uma ação
1076 como prioridade, mas pra gente desenvolver essa orientação sobre o controle social dos
1077 Conselhos em relação à execução orçamentária dos recursos do Fundo. Ação dezessete:
1078 Melhorar a forma de divulgação das ações do CEAS; Modernizar o sitedo Conselho,
1079 alterando a sua formatação, tornando mais interativo. Nós estamos fazendo já uma
1080 proposta. Nós vamos discutir isso junto á assessoria de comunicação da secretaria. Com
1081 um profissional que vai nos orientar de qual a melhor maneira de fazer e o que é
1082 necessário; Criar um boletim informativo para o Conselho. Nós falamos que não basta a
1083 gente ter uma matéria e colocar do jeito da gente, pode sair de forma equivocada, a gente
1084 não traduzir o que se espera; Transmitir as plenárias do CEAS simultaneamente no site
1085 do Conselho. Isso foi até uma sugestão que a Simone já falou. Então nós pegamos isso,
1086 porque seria muito interessante. Se a gente não conseguisse fazer isso, gravá-la. Ter a
1087 transmissão pelo menos das deliberações. Então fazer essa análise. Seria isso, obrigada.
1088 **SIMONE:** Bem, só pra gente combinar aqui como vamos fazer essa discussão. Nós
1089 anotamos aqui as pessoas que fizeram o destaque. Nós vamos fazer uma discussão
1090 ampla. A nossa discussão vai servir de direção para as comissões. Então fiquem
1091 tranquilos. Nós teremos as próximas plenárias pra gente discutir. Hoje é mais pra gente
1092 achar o rumo para o debate das comissões. Então vamos começar. E já começa comigo.
1093 Eu fiz um destaque na cinco, seis e na sete. Todo o planejamento foi pensado de acordo
1094 com as deliberações da conferência, e com as competências do Conselho com relação às
1095 deliberações das conferências. Todos se lembram de que nós discutimos em todas as
1096 regiões a criação dos Fóruns Regionais dos trabalhadores, dos usuários e das entidades.
1097 Eu fiz os destaques por dois motivos. Nós vamos ter que quebrar a cabeça,
1098 principalmente o Fórum dos Trabalhadores. O quê que o Conselho pode colaborar com
1099 essa organização? É uma deliberação. Tem uma decisão da conferência de que nós
1100 vamos melhorar a representação e a representatividade no CEAS e no CMAS. Eu quero
1101 lembrar alguns aspectos que apareceram muito nos debates da conferência. Primeiro
1102 aspecto é o documento feito pelos trabalhadores. A gente não pode esquecer aquele
1103 documento que foi tese guia da nossa discussão. O que diz aquele documento de
1104 importante, do ponto de vista da organização? Como é difícil para os trabalhadores terem

1105 representação nos Conselhos Municipais. Isso foi uma coisa muito presente em várias
1106 conferências regionais que nós participamos. Talvez fomentar a participação regional dos
1107 trabalhadores seja uma boa estratégia para os Fóruns Regionais, até para os
1108 trabalhadores nos municípios que ficam completamente sozinhos. Eu diria até que os
1109 mais aguerridos são os mais perseguidos. Essa é uma questão. Tem que uma frase que
1110 saiu na conferência estadual, até pela nossa querida Débora Ackerman, de que
1111 “trabalhador sai do armário do gestor”. É uma confusão grande ainda nas demandas dos
1112 trabalhadores com as demandas dos gestores, enfim. Eu acho que nós temos que discutir
1113 a fundo mesmo como que nós podemos colaborar para a organização dos trabalhadores.
1114 Essa é uma questão fundamental. A outra questão tem haver com a organização os
1115 usuários. Não tenho dúvida de que essa conferência deu um salto de qualidade da
1116 representação dos usuários fantástica. Isso é sem dúvida nenhuma uma coisa que
1117 merece de nós toda a consideração. Também é no sentido de como o Conselho vai poder
1118 colaborar com a organização dos usuários. Foi feito o Fórum deles, eles tiveram
1119 representação na conferência estadual. Tem uma comissão provisória já. Talvez essa
1120 comissão em um diálogo com o Conselho pode-se dizer qual que é a nossa melhor forma.
1121 Mas têm duas coisas que é muito importante, eu diria. Os usuários ditos não organizados,
1122 e o preconceito com relação a eles. Eu acho que o Conselho tem que agir muito
1123 fortemente na questão do preconceito. A gente não pode mais admitir que o tratamento
1124 com os usuários seja dado na forma como é. E por fim, a questão das entidades. O
1125 debate das entidades mostra que o Conselho Estadual tem que ter uma responsabilidade
1126 de trabalho conjunto com as entidades, porque foi a menor representação na conferência.
1127 Impressionante esta constatação. Enquanto no Brasil inteiro é a maior representação, foi
1128 muito frágil aqui em Minas. Foi muito frágil na conferência e a maior vacância no
1129 Conselho Estadual. Então tem uma contradição. As entidades estão precisando voltar.
1130 Temos que ter um projeto específico para elas. Outra coisa. Me chamou bastante atenção
1131 a comissão que nós colocamos aqui para fazer esse debate. Nós colocamos a comissão
1132 de acompanhamento dos Conselhos Municipais. Eu trago pra gente discutir se não é mais
1133 adequado na comissão de política, dependendo do rumo que a gente quer dar nessa
1134 discussão. Me parece muito mais no âmbito da política, do que do âmbito do apoio aos
1135 Conselhos Municipais. Desculpa. Eu me alonguei demais no debate, mas eu queria fazer
1136 essas observações. Quem é o próximo? Volney vez destaque no item
1137 seis. **VOLNEY:** Simone quando você coloca a questão de quebrar esse preconceito com
1138 relação ao Fórum dos usuários, eu acho que nós precisamos pensar na questão da
1139 comunicação. Nós precisamos alinhar essa quebra com um plano de comunicação. Um
1140 plano de comunicação eu acho que é possível fazer estabelecer esse rompimento de
1141 preconceitos. Essa é a observação. Agora, com relação ao Fórum dos Trabalhadores. A
1142 gente vem reunindo, e estamos sentindo a falta da presença de um representante dos
1143 trabalhadores da SEDESE no Fórum. Pra gente é muito importante um representante dos
1144 trabalhadores no nosso Fórum. Outra dificuldade que a gente vem percebendo, eu queria
1145 que o coletivo me ajuda-se a pensar, é liberação desses trabalhadores que estão vindo
1146 das cidades do interior e o seu financiamento. Por exemplo. Nós temos pessoas que
1147 estão vindo de Uberaba. Gente! As pessoas não tem dinheiro pra se deslocar até Belo
1148 Horizonte, dormir aqui em Belo Horizonte, pagar as suas passagens. Então nós
1149 precisamos pensar em uma forma de financiamento para esses trabalhadores que vem
1150 para o Fórum Estadual dos Trabalhadores. Eu queria colocar essas observações pra

1151 gente poder amadurecer, pra que possa ter avanços para os trabalhadores do SUAS.
1152 **MARTA ELISABETE:** Eu acho que foi tocado um ponto aqui, que a Simone tocou, muito
1153 caro. Esse Fórum dos Usuários ele é fundamental para dar um salto na assistência social.
1154 Uma voz mais presente dos usuários na assistência social. A gente tem que abrir o
1155 espaço para essa voz aparecer. Ela não está aparecendo porque a gente está impedindo.
1156 Eu acho que eles são os legítimos protagonistas, até um dia, digamos assim, eles
1157 tomarem completamente os Conselhos. Estou falando enquanto controle social. Eu vou
1158 falar isso aqui, se estiver falando bobagem vocês me corrijam. Porque que o Conselho
1159 não pensa em fazer um encontro estadual dos usuários da assistência social? A gente
1160 podia até fazer uma parceria com o Conselho de Saúde, talvez. Fazer um encontro
1161 estadual. Eu não sei se existe está experiência em outros locais, mas os usuários mesmo,
1162 com aquela população que frequenta diretamente as instituições, os CRAS, os CREAS.
1163 Eu fiquei pensando. Eu acho que tem que fazer todo um trabalho de preparação com os
1164 que estão institucionalizados, com os que tenham condições. É o que eu queria propor.
1165 **ROSILENE:** É como o Volney falou e a Simone colocou. É um desafio a questão do
1166 financiamento, mas também desses trabalhadores para participarem dos Fóruns
1167 Regionais. Eles têm que sair dos seus municípios para participar. A gente tem que saber
1168 como trabalhar isso. E talvez Marta, seguindo o que você falou, deve ter encontros
1169 regionais para os usuários também. Ai você teria a possibilidade de mais usuários
1170 participarem, do que fazer um grande encontro estadual. É um grande desafio que a
1171 gente tem pela frente essa questão de financiamento para os Fóruns. A gente tem que
1172 pensar como garantir. **RONALDO:** Com relação aos usuários, eu até comungo em parte.
1173 Eu acho que não há o que se discutir o protagonismo da política. O foco tem que ser o
1174 usuário. Deve ser iniciada através dos Fóruns Regionais também. Isso no ano passado já
1175 foi proposta desse pleno, e proposta aqui do Estado também, o fortalecimento de
1176 participação do trabalhador e do usuário na política de assistência social. Nós precisamos
1177 refletir o quanto nós estamos sendo porta-vozes desse usuário da assistência social.
1178 Outra coisa que está preconizado na LOAS é que o usuário participe da elaboração,
1179 inclusive dos planos das entidades de assistência social. E a gente sabe que não
1180 acontece isso. De forma geral devemos atingir o coletivo de forma individual, porque cada
1181 um tem uma necessidade. Em Juiz de Fora, no ano passado, tivemos uma reunião com a
1182 comissão de apoio e a comissão de política, onde eu citei um exemplo. Nós temos os
1183 COREAS – Conselhos Regionais de Assistência Social. Eles são representados. Eles
1184 eram eleitos através do CRAS de forma territorializada. E ai sendo capacitados, eram
1185 ouvidos, tirando entre eles o representante para assento no Conselho de Assistência
1186 Social. Nós temos hoje, me parece, oito á dez usuários com assento de conselheiro
1187 municipal de assistência social. Então ele participa da construção da política. São todos
1188 os territórios, onde tem os CRAS, acontecem as reuniões onde são capacitados para
1189 estarem conselheiros. Para minha surpresa, chegou um usuário ontem totalmente
1190 politizado. Ele deu uma aula do SUAS enquanto usuário da assistência social. E ele levou
1191 a necessidade do usuário. Ele conhece da política. A gente sabe que as ferramentas hoje
1192 estão mais fáceis. A gente pode incrementar isso e trazer o usuário pra ser ouvido na
1193 nossa política de assistência social. **SIMONE:** Nesse ponto tem mais alguém que se
1194 inscreve? **SANDRA:** Obrigada pela possibilidade da fala. Ontem na comissão de
1195 orçamento eu falava como está difícil os trabalhadores está participando das
1196 Assembleias, no que se diz respeito a Belo Horizonte. Estamos no Fórum Municipal e

1197 Estadual dos Trabalhadores. Nessa última plenária, teve um encontro que teve oitenta
1198 poucos trabalhadores, e teve setenta e dois da secretaria. O nosso secretário liberou os
1199 trabalhadores para participarem, e uma vez por mês eles participam dos nossos
1200 encontros. Tínhamos oito da sociedade civil, e eu era uma das oito. Então nós fizemos
1201 uma reflexão de como que está. Lá no SINTIBREF eu perguntei para o Geraldo: “Não tem
1202 como colocar isso na convenção não? Pelo amor de Deus!”. Ele disse: “Sandra. A gente
1203 pode orientar e sugerir para as próximas convenções. Podemos pedir para o gestor
1204 sensibilizar e liberar esse trabalhador para participar”. Esse foi um sintoma gravíssimo
1205 aqui em Belo Horizonte. A gente conseguiu, graças a Deus, um avanço com o secretário.
1206 Mas a gente ainda tem que caminhar muito nesse outro. Está sendo um arraso no âmbito
1207 municipal a questão da participação do trabalhador nesses Fóruns. **LUIZ GEORGE:** Boa
1208 tarde. Eu sou da classe dos usuários. O usuário nem sempre quer ser protagonista. Lá
1209 em Lagoa Santa um usuário chegou todo “bonitinho” para a reunião do Bolsa Família. Na
1210 segunda ele não foi porque tinha arrumado emprego. Conseguimos uma segunda
1211 usuária. Ela falou que não foi na reunião porque não tinha condições de ir. Nós deixamos
1212 um carro para ela, ela não foi. É difícil. Na conferência, eu fui me credenciar, a moça
1213 colocou trabalhador da área. Eu disse: “Você está enganada. Eu sou usuário”. Ela olhou e
1214 falou que podia deixar como trabalhadora da área mesmo. Ela não quis me colocar como
1215 usuário. Às vezes as pessoas não querem falar que é usuários. Talvez por vergonha por
1216 sofrer preconceito. Uma mãe de três filhos vai querer ir à reunião de usuário às 10 horas
1217 da manhã? Não tem condição. É difícil. Obrigado. **SOYLIA:** É importante ressaltar o
1218 pluralismo. Minas Gerais são muitas né? Eu costumo falar que Minas são Gerais mesmo.
1219 Nesse sentido eu acho que vale ressaltar mesmo a importância de garantir, não sei de
1220 que forma, estamos aqui pra pensar juntos, de garantir a participação das regiões. A
1221 questão do financiamento é muito importante. Realmente, se não tiver financiamento, vai
1222 dar só Belo Horizonte. Ninguém vai sair lá de Paracatu para vir aqui não. Eu digo
1223 Paracatu porque é muito longe, né meu povo? Temos que garantir estratégias pra trazer
1224 essas regiões pra cá, pra esse Fórum. E desta forma, estimular os municípios para
1225 criação desses Fóruns, o fortalecimento e a participação dos usuários. Eu sei por que,
1226 dentro do CMAS de Paracatu hoje eu não consigo colocar usuário. Não consigo trazer o
1227 usuário pra dentro do Conselho. É uma reclamação do noroeste de Minas inteiro. Todas
1228 as cidades que pertencem as URCMAS, as trinta cidades, todas reclamam que não
1229 conseguem ter usuário participando das reuniões do CMAS. Eu acredito que não são as
1230 trinta cidades do noroeste de Minas Gerais. Eu espero que vocês pensem nisso também.
1231 **LUIZ GEORGE:** Eu sou da URCMAS há cinco anos. Nós somos trinta e quatro
1232 municípios. É muita gente não é? É difícil. **MARTA ELISABETE:** Eu acho que isso não é
1233 atoa. Essa não presença que o nosso colega colocou, eu entendo. O quê que significa
1234 isso? Eu acho que isso é um papel dos trabalhadores do CRAS, do CREAS, de pensar
1235 isso né? É muito difícil a gente generalizar e dá a resposta. Ela falou que tem uma
1236 pluralidade muito grande da população que demanda esse serviço, tem muita
1237 especificidade. Eu vou arriscar aqui, dando uma de analista de Bagé, credo, que horror! O
1238 CRAS e o CREAS vieram pra romper com a lógica do assistencialismo, e para construir
1239 cidadãos. Isso ainda está em processo. Isso pra mim, tá gente? Eu fico pensando que
1240 essa grande tarefa do CRAS e do CREAS, que eu sei que eles estão perseguindo, ela
1241 deve pensar sempre em mais estratégias. Quando ele fala: “eles não querem participar”,
1242 eu acredito. Mas porque será? Eu vou dar só um exemplo pra vocês. Às vezes tem uma

1243 pessoa que tem um transtorno mental grave, e aí vira pra gente e fala assim: “ô dona! Pra
1244 que a senhora está olhando pra mim? Eu sou ótimo! Eu não tenho problema de saúde
1245 mental nenhum. Estou maravilhoso. A senhora que é doida e tem problema de cabeça!”
1246 Vocês acreditam que existe profissional que vira e fala assim: “tá vendo? Ele não quer se
1247 tratar. Logo eu não tenho o que fazer”. Aí a pergunta que a gente tem que fazer é: “a sua
1248 existência é para perguntar o que eu tenho que fazer pra ele vir tratar?”. **SIMONE:** Muito
1249 bem conselheira. **JOSIANE:** Vale também observar onde é que são o CREAS e o CRAS.
1250 O campo é um dos espaços que menos tem esse contato com CREAS e o CRAS. De que
1251 participação é essa que a gente está falando? Eu acho que é bom a gente pensar nessa
1252 situação. **CRISTIANE:** Boa tarde gente. Encima dessa questão da participação do
1253 usuário. Renato Janini uma vez ele fez uma palestra aqui em Belo Horizonte com o tema:
1254 “você é idiota?” Idiota vem de uma origem grega, não sei. Ele diz que: “idiota é aquele que
1255 não participa da vida comunitária, da sua vida política, enfim”. E aí eu fiz uma pergunta
1256 pra ele, exatamente na época em que eu trabalhava no CRAS e tinha a questão das
1257 comissões locais de assistência social. Como desperta o interesse da participação? Ou
1258 despertar o desejo de participar? O que fazer pra quem não vir tratar? Ele falou que essa
1259 era uma pergunta de um milhão de dólares. Eu acho que continua sendo. Eu acho que é
1260 traduzir isso em palavras concretas. É ter um técnico a mais para te atender, é reduzir o
1261 tempo que você está sentado na espera, é melhorar esse programa. É você mostrar o
1262 resultado da participação de uma maneira concreta. Eu acho que essa comissão das
1263 deliberações da conferência precisa dessa conexão com o usuário. É importante
1264 apresentar para o usuário lá no Fórum os resultados de uma conferência que ele
1265 participou. Essa conexão nós temos a responsabilidade da apresentação do resultado,
1266 pra que esses usuários que participaram desse última conferência sintam-se desejosos
1267 de participar de outra. Isso é em relação aos usuários. Eu quero fazer uma pontuação
1268 encima do que a Simone colocou, do número baixo de participação das entidades no
1269 Estado de Minas Gerais. A conselheira falou que Minas Gerais são muitas, é realmente,
1270 são mesmo. Eu falo enquanto entidade que executa o assessoramento, Nós estamos já
1271 ao longo de doze anos. Nós já atendemos mais de trezentas instituições no Estado de
1272 Minas e até fora do Estado. Tem instituição de tudo qualquer jeito, em tudo qualquer
1273 lugar. Tem entidade demais nesse Estado, meu Deus! Eu fico impressionada. E aí eu
1274 acho Simone, de verdade, que o número baixo de participação está ligado um pouco não
1275 só na questão da comunicação. É até a questão da informação que nós estávamos
1276 dizendo ontem da dificuldade que os Conselhos têm. É informação demais que chegam o
1277 tempo todo. Está ligada também a questão de ser parte. Às vezes entendo que as
1278 instituições em algum momento, em alguns Conselhos, elas não se sentem muito parte
1279 dessa política, de um todo. E aí eu fico muito feliz com a nossa conversa mais cedo. A
1280 gente começa a perceber que tem uma mudança nesse horizonte, em um canal de
1281 informação com a rede pública. Como a participação do trabalhador da rede privada é
1282 pequena no Fórum de Trabalhador da Assistência Social. É porque também não nos
1283 sentimos partes. Eu falo como trabalhadora, como gestora. A gente também não se sente
1284 parte. As pautas em alguns momentos nos contemplam, o público, o usuário é o mesmo.
1285 Mas o sentimento enquanto trabalhador eu não sinto que às vezes seja o mesmo. Eu falo
1286 enquanto trabalhadora. É um sentimento. É isso. A coisa de fazer parte, pra isso eu acho
1287 que pode aumentar o número de participação das entidades. **SIMONE:** Da um orgulho da
1288 gente ter um debate desses. Eu concordo plenamente com as análises que foram feitas.

1289 Esse debate com as entidades é um problema nacional, essa coisa de pertencimento ao
1290 SUAS. Eu acho que ficou muito tempo discutindo que o SUAS é estatal. Mas no fundo no
1291 fundo a grande rede do SUAS, principalmente a rede de alta complexidade, é das
1292 entidades sem fins lucrativos. Essa que é a grande realidade. Quando a gente pensa no
1293 cenário estadual, uma rede sucateada, abandonada e sem identidade. A gente tem que
1294 encarar as coisas de frente. Eu acho que esse vai ser um debate muito importante esse
1295 ano aqui. Nós da SEDESE estamos discutindo isso. Não dá pra pensar em fortalecer a
1296 proteção especial sem pensar também em fortalecer a nossa rede privada, trazê-la para o
1297 SUAS. Isso é fundamental. Eu acho que aqui tem três rumos que eu consegui perceber.
1298 Pelo menos três, vamos dizer assim. Nós temos um problema sério com relação aos
1299 trabalhadores, que é das condições dele participar, liberação, financiamento,
1300 convencimento dos gestores, das entidades. As entidades também tem a maior
1301 dificuldade em liberar os trabalhadores. Então nós vamos ter que discutir isso. Na questão
1302 dos usuários apareceu bem forte a importância de abrir os espaços. Não adianta achar
1303 que esse modelo de participação é o modelo que, eu vou te falar uma coisa viu! Claro,
1304 você tem que ter experiência grande, ter capacidade, interlocução. Nós vamos ter que
1305 inventar um pouco a forma de participação. Nós ajudamos na organização das pessoas
1306 com deficiência, ajudamos na organização dos idosos, ajudamos na organização dos
1307 jovens e das crianças, ajudamos na organização da população em situação de rua. Não
1308 dá pra falar que não somos bons nisso, porque nós somos muito bons nesse negócio.
1309 Com relação às entidades. Eu acho que você foi perfeita na análise. A gente tem feito
1310 essa análise também. Temos que criar um sentimento de pertencimento. Mais do que
1311 pertencimento, concretude de pertencimento. A gente da impressão para as entidades de
1312 que nós estamos cá na frente, e vocês estão lá atrás. Esse é o sentimento que as
1313 entidades têm. Nós temos que pensar estratégias pra mudar isso. Eu acho que esse
1314 ponto de pauta nós já conseguimos dar direção para a comissão discutir. O próximo ponto
1315 é a Isabela no nono. **ISABELA:** O nove fala da análise da aprovação das prestações de
1316 contas. A gente discutiu ontem na comissão de orçamento e financiamento que, seria
1317 importante fazer algumas adequações. Fazer uma revisão do instrumental de prestação
1318 de conta que a SEDESE usa hoje. É um instrumental difícil para os conselheiros
1319 analisarem. Ele tem uma linguagem difícil. Ele tem algumas questões, por exemplo, é
1320 dividido em trimestre? Sim. Mas ele não traz a informação acumulada do trimestre
1321 anterior. Então ele dificulta também para o conselheiro ter uma visualização do orçamento
1322 como um todo. A Cristiane fez uma proposta de fazer tipo um glossário, alguma coisa que
1323 traga alguns conceitos básicos, como fonte 56, suplementação. Um glossário com esses
1324 termos que vem acompanhando a prestação, e que fique a mão do conselheiro. No
1325 momento da apresentação, da discussão, o conselheiro tem ali esses conceitos mais a
1326 mão para facilitar o debate. E também da gente pensar no modelo que seja visualmente
1327 mais agradável e mais compreensivo. Que as informações que são importantes estejam
1328 ali de forma mais clara. Talvez gráficos que ajudem na evolução, no acompanhamento
1329 das metas físicas. A gente está sugerindo a inclusão de uma ação aqui no orçamento.
1330 Seria a revisão do instrumento de prestação de contas. A comissão faria uma proposta
1331 para a reunião de abril, de a gente fazer na nossa reunião da comissão uma proposta e
1332 apresentar aqui na plenária para os conselheiros um novo modelo. **RONALDO:** É só um
1333 comentário. Primeiro eu gostaria de parabenizar ao que já vem sendo apresentado, até
1334 porque a gente tem visto em vários Conselhos que vem de forma muito técnica. Na

1335 verdade, o conselheiro discute a política. Ele não é um técnico. Não tem que
1336 necessariamente ter que estar aqui um advogado, um contador, um conhecedor de
1337 ciências contábeis, pra poder entender. E nada melhor do que uma planilha simples do
1338 Excel. Já vem sendo bem apresentado dessa forma. Mas gostaria de parabenizar vocês
1339 da comissão e também da gestão. Temos que tentar melhorar e aprimorar ainda mais o
1340 entendimento dessa plenária, para aprovação das contas do Estado. **SIMONE:** Tem mais
1341 alguém inscrito? Isabela de novo na dezesseis. **ISABELA:** Na dezesseis é:
1342 “Fortalecimento do controle social municipal, para fins de acompanhamento da utilização
1343 dos recursos do Fundo Municipal”. Nesse ponto aqui também, eu trago duas propostas de
1344 planejamento que a gente discutiu na comissão de orçamento e financiamento. A gente
1345 tentou pensar em ações que vão estar ligadas com a proposta do Qualifica SUAS, que é o
1346 que está um pouco colocado na orientação, duzentos e oitenta e sete municípios
1347 prioritários para a utilização dos recursos. A gente sabe que o Conselho já fez um e-mail
1348 com esclarecimentos para os Conselhos Municipais e encaminhou, falando da
1349 importância da reprogramação de saldos. Mas a gente pensou duas coisas para
1350 acrescentar. Uma seria a realização de uma aula telepresencial. Nós não definimos se
1351 seria ao vivo, ou se seria só uma gravação voltada para o controle social da gestão
1352 orçamentária e financeira. Já tiveram várias aulas sobre esse conteúdo no telepresencial,
1353 mas muito com o caráter de gestão. Eu acho que devemos pensar em uma voltada para o
1354 controle social mesmo, com uma linguagem que vai de encontro com o controle social e
1355 que ressalte os pontos que são mais importantes. Então é uma aula específica para esse
1356 conteúdo. A outra ideia, e aí eu vou pedir a ajuda da Cristiane pra explicar, mas que a
1357 gente achou bem legal. Seria de tentar pensar formas de comunicação mais simples e
1358 ágeis para divulgar essas idéias. Um exemplo. Da reprogramação de saldo a gente queria
1359 ver se é possível fazer um vídeo que chama: “Animação por facilitação gráfica”. É tipo
1360 aqueles desenhos que tem umas “mãozinhas”. Elas vão explicando o conteúdo e vão
1361 desenhando. Então fica o conteúdo mais claro. **PARTE 4- ISABELA:** Sendo aprovado
1362 aqui, a gente poderia conversar isso lá na escola satélite se seria possível. A Cristiane é
1363 pessoa que tem experiência, eles já mexeram um pouco com isso. Contrata o profissional
1364 que faz os desenhos, e o resto é uma câmara e depois a edição. Então não é uma coisa
1365 difícil. Pode ser um desenho gráfico que vai uma pessoa desenhando a estrutura da
1366 gravação. Talvez a gente pudesse usar o contrato com a escola satélite. Foi uma ideia
1367 que surgiu. Pensando na contratação desse profissional para fazer, a gente desenvolveria
1368 o conteúdo, mas ele mesmo faz o roteiro e bola os desenhos. A gente tem que pegar a
1369 parte do conteúdo que a gente acha legal e daríamos para esse profissional desenvolver.
1370 Foi uma ideia. **CRISTIANE:** A proposta que discutimos ontem é de facilitar mesmo. Esse
1371 tipo de comunicação é rápida, ela é didática e ela traz muita informação de uma maneira
1372 rápida. Hoje temos que pensar porque comunicamos com a palma da mão. Todo mundo
1373 se comunica na palma da mão. São coisas que tanto chegam ao usuário, quanto vai
1374 chegar ao gestor. A proposta é de comunicação rápida. E aí até com a Isabela, eu
1375 comentei que acho incrível as vídeos aulas. As do MDS eu assisto. Em algum momento
1376 eu faço isso nas férias, porque a vida é tão corrida. Uma hora e quarenta e cinco de vídeo
1377 aula é muito tempo. Não são uma aula e quarenta e cinco, tem conceitos ali que você vai
1378 ter que parar e ir no “papai e mamãe Google” pra tentar entender. Então quando está na
1379 palma da mão e traz informações mais práticas de como fazer, aonde ir, é mais fácil. A
1380 gente comunica tanto com o adolescente, até com uma criança com esse tipo de

1381 informação. **SIMONE:** Eu gostei desse negócio da palma da mão. **RISOS** Eu acho muito
1382 importante. A gente fez alguns acordos de que gostaria de lembra-los, porque foi no ano
1383 passado e muitos conselheiros não estavam aqui. Como a gente lançou o programa
1384 Qualifica SUAS, um dos nossos compromissos da SEDESE foi que a gente vai fazer
1385 conteúdos mais práticos. Para os conselheiros nós vamos ter que construir o conteúdo
1386 pratico do curso. Nós estamos construindo o conteúdo prático dos primeiros cursos. Os
1387 primeiros cursos deste ano são da gestão financeira e da proteção básica. Mas nós ainda
1388 não começamos a discussão dos conteúdos práticos específicos do governo do Estado
1389 de Minas Gerais para os outros cursos. Então está na hora exata. Não tem nada melhor
1390 do que construir curso de conselheiro do que construir com o próprio conselho. Então
1391 mais uma vez eu reitero a necessidade de chamar rapidamente a diretoria de capacitação
1392 aqui, pra gente já começar a discutir esse assunto. Terminamos? **PÁSCOA:** Eu queria só
1393 falar dessa questão da comunicação rápida. Eu achei muito legal aquele que a Tereza
1394 Campello mandou de combate a dengue. Eu teria que fazer uma reunião para falar com
1395 os meus funcionários. Quando eu recebi do COGEMAS, o Júlio diretor regional de
1396 Divinópolis, também me mandou. Então não tive que fazer reunião. Eu mandei parta
1397 todos os meus funcionários, e tudo mundo respondeu que estava legal. Então, assim,
1398 esse negócio é tudo de bom. **CRISTIANE:** A comunicação rápida é fantástica mesmo.
1399 Ontem a gente tinha discutido até já pensando na mudança da gestão municipal agora.
1400 Esse conteúdo a gente imaginou que poderia ser utilizado para os próximos anos, para os
1401 próximos gestores. A proposta é de pensar também, tanto em uma capacitação para o
1402 conselheiro, porque tem a pauta de reprogramação, que já é para o conselheiro
1403 municipal. Porem tem toda uma equipe nova de gestão municipal para o ano que vem
1404 para os municípios mineiros. A Simone está colocando que é o momento exato, que está
1405 na hora e tudo. A gente pensou no prazo para o ano que vem. A gente já pode começar a
1406 pensar nisso “ontem”. **SIMONE:** Vamos ver aqui Consolação se a gente consegue junto
1407 com a nossa secretaria executiva, tirar só o conteúdo dessa gravação. Só desse debate.
1408 Vamos ver se a gente consegue elaborar um texto. Todo mundo ajuda. Você tira da parte
1409 da desgravação. Vamos transformar em um roteirinho para o debate das comissões. Ai
1410 retoma já com um acúmulo de debate para o planejamento nosso do mês que vem. Está
1411 bom? Bem, mais uma vez, muito obrigada a nossa secretaria executiva pelo trabalho.
1412 Chegou aqui agora, mas desde que terminou a conferência que eles estão discutindo e
1413 preparando uma proposta baseada nas deliberações das conferências pra gente discutir.
1414 Agora eu vou passar para a nossa conselheira Geisiane, que fará a relatoria do processo
1415 PCH Mata Velha. Geisiane, por favor, a palavra está com você. **GEISIANE:** Obrigada. Eu
1416 vou apresentar a relatoria do processo no qual eu fui designada como relatora. O
1417 processo é da PCH Mata Velha. O empreendedor é o CPFL Engenharia Renováveis. E os
1418 municípios envolvidos na construção dessa barragem, são os municípios de Unaí e
1419 Cabeceira Grande. O tipo do processo que estamos avaliando aqui é para a comprovação
1420 de implementação do PAS/Barragem. A data do recebimento do processo é 18 de
1421 dezembro de 2015, e a data de entrega é hoje. É a apresentação da minha relatoria. Nós
1422 fizemos aqui um quadro ilustrativo pra gente entender um pouco das datas, dos
1423 protocolos. Isso vai simplificar um pouco esse entendimento. Eu acho importante partilhar.
1424 São datas e protocolos das documentações e das ações, que vão ao encontro da
1425 resolução nº 318/2010 desse Conselho. A resolução 318/2010, no seu art. 4º, ficam
1426 estabelecidos os seguintes procedimentos de análise e deliberação relativa ao

1427 PAS/Barragem. No inc. II – “O técnico em sessenta dias prorrogáveis por igual período
1428 contado da data de protocolo do último documento apresentado, analisa o PAS/Barragem
1429 e emite parecer que fará parte dos processos. III – O Conselho repassa o processo
1430 devidamente instruído a um conselheiro relator, no caso eu, conforme lista prevista no
1431 parágrafo único do art. 3º; IV – O Conselheiro relator analisará todo o processo no CEAS,
1432 podendo retirar e em cópia somente o parecer técnico; V – O relator fundamentado
1433 apenas em documentos de fatos constantes no processo e à luz da resolução do CEAS
1434 analisa o processo, podendo baixar em diligência para complementação das informações,
1435 devendo estar sendo cumprida no prazo de trinta dias. A) Os pedidos de diligência em
1436 suas respectivas respostas serão anexadas ao processo, passando a integra-lo. B) A
1437 diligência não atendida, ou atendida em parte, motivará nova solicitação, com prazo para
1438 atendimento. VII – O relator apresenta em plenária o processo. No art.12 diz o seguinte: O
1439 relatório conclusivo deverá comprovar a melhoria ou a manutenção da situação
1440 socioeconômica dos atingidos. Paragrafo único: A aprovação da implantação do
1441 PAS/Barragem põe o disposto no caput”. A gente trouxe aqui um ilustrativo das datas
1442 desses protocolos pra gente entender um pouco desse histórico, e também avaliar um
1443 pouco do histórico dessa PCH. O início da construção da barragem da Mata Velha se deu
1444 em janeiro de 2014. A visita técnica do CEAS para avaliação da atualização do
1445 diagnóstico do PAS, aconteceu de 1º a 4 de julho de 2014. Nessa visita, no dia 02,
1446 aconteceu uma reunião entre os representantes dos Conselhos Municipais de Unai e de
1447 Cabeceira Grande, de representantes do empreendimento e também da técnica da
1448 secretaria executiva. O protocolo do relatório final aconteceu em agosto de 2015. Houve
1449 complementação de informações em novembro de 2015. Uma nova visita técnica da
1450 secretaria executiva, representada por sua técnica para avaliação do relatório final, foi de
1451 03 a 06 de novembro de 2015. Houve complementação de informação ainda em
1452 novembro de 2015. A distribuição do processo aconteceu na plenária de dezembro de
1453 2015, onde fui sorteada para essa análise. Houve diligência de complementação de
1454 informação, que foi protocolada em 26 de janeiro de 2016. E houve também visita in loco
1455 nos dias 03 a 05 de fevereiro. Eu visitei o empreendimento na companhia da técnica da
1456 Rosalice Tassar, técnica da secretaria executiva. E também houve ainda diligência de
1457 complementação de informações, que foi protocolada nesse Conselho em 11 de fevereiro
1458 de 2016. Eu acho importante esse resumo rápido pra gente entender todo esse processo,
1459 já que se trata de um processo de avaliação da implementação do PAS. Nós já vimos
1460 aqui nesse Conselho aprovações de Planos. Essa é uma aprovação de relatoria final.
1461 Como eu disse, houve diligencia, não só de visita como está dito ai, mas também de
1462 complementação de informação. A justificativa da solicitação de diligência de visita é:
1463 Cumprindo as atribuições de relatora do processo, embasada pelo direito da diligência
1464 para complementação de informações relativas ao mesmo, conforme o disposto na
1465 resolução nº 318/2010 que dispõe sobre o processo de análise e os procedimentos
1466 relativos ao PAS para as populações de áreas inundadas por reservatórios, cumprindo
1467 ainda regimentais estabelecidos para tal, realizei visita a área ser atingida, acompanhada
1468 pela técnica da secretaria executiva do Conselho, nos dias 03, 04 e 05 de fevereiro de
1469 2016. A diligência foi no objetivo de verificar in loco a situação das famílias que passaram
1470 pelo processo de negociação. A contextualização desse plano. O Plano de Assistência
1471 Social da PCH Mata Velha foi protocolado no CEAS em 29 de maio de 2003, pelo
1472 empreendedor a época CIPLAN – Cimento Planalto S/A. Após a análise do CEAS, foi

1473 publicada a resolução nº 28 de 2003, de 20 de agosto de 2003, que aprovou o Plano de
1474 Assistência Social da PCH Mata Velha. A construção da obra se iniciou somente em
1475 janeiro de 2014, com previsão de duração de 02 anos. Devido ao espaço entre a
1476 aprovação do Plano e o início da sua implementação, o CEAS solicitou adaptação do
1477 documento ao disposto na resolução 317/2010, com a atualização do diagnóstico de
1478 todas as propriedades e famílias atingidas. A avaliação da atualização foi realizada por
1479 meio de análise técnica documental, visitas nos municípios de Unaí e Cabeceira Grande
1480 nos períodos de 01 a 04 de julho, e em reunião com os Conselhos no mês sete de 2014.
1481 Os conselheiros de assistência social dos municípios de Unaí e Cabeceira Grande
1482 acompanharam o desenvolvimento das ações propostas no PAS/Barragem. Destaca-se
1483 que o Conselho de Unaí montou uma comissão de acompanhamento das ações de
1484 barragem, e esse grupo realiza periodicamente visita as comunidades e avaliação das
1485 ações do PAS. Sobre os programas propostos no PAS/Barragem, os atingidos
1486 manifestaram sobre a execução do programa de assistência técnica, programa de
1487 mobilização de mão de obra e o posto de atendimento social. A análise da visita que eu
1488 realizei no mês de fevereiro teve o objetivo de verificar in loco a situação das famílias que
1489 passaram pelo processo de negociação. Para as visitas houve a seleção seguindo o
1490 critério de áreas com os trabalhadores e residentes. Foram selecionadas seis
1491 propriedades para essa visita no mês de fevereiro, sendo uma a margem esquerda e
1492 cinco a margem direita do rio preto. Foi possível durante esse período de visita conhecer
1493 três propriedades. Na verdade conheci mais de três, mas entrevistar pessoas foi em três
1494 propriedades. As demais houve a tentativa, mas houve vários motivos. Um a família
1495 estava em viagem, outro a família mudou-se de propriedade, e outro não havia passagem
1496 na estrada. Os entrevistados também foram visitados anteriormente pela técnica do CEAS
1497 em novembro de 2015 para emissão do parecer. Assim a gente conseguiu fazer algumas
1498 comparações e constatar algumas questões. Na margem direita da propriedade do Sr.
1499 Délcio Queiroz, reside uma família de trabalhador composta por três pessoas, o Sr. João
1500 Batista de Almeida, trabalhador de trinta anos, a Sra. Fabiana Barbosa, esposa do
1501 trabalhador, de vinte e cinco anos, gestante de três meses, e João Victor Almeida dos
1502 Santos, filho do trabalhador, de oito anos. Durante a visita de novembro realizada pela
1503 técnica do CEAS, o proprietário havia afirmado que a família continuaria trabalhando no
1504 local, e sua casa seria realocada para outra parte da propriedade. Porém essa situação foi
1505 alterada, conforme verificado durante a visita de fevereiro. Segundo informações do
1506 trabalhador João Batista e sua esposa Fabiana, o proprietário decidiu não mais investir na
1507 área remanescente da propriedade, considerando a dificuldade de administrar a fazenda,
1508 uma vez que mora em Patos de Minas. Também avaliou que não valeria a pena o
1509 investimento depois que vendeu parte da propriedade. A área total é de quatrocentos e
1510 oitenta e seis hectares. A área negociada foi de cento e oitenta e cinco hectares,
1511 equivalente a 29% da propriedade. Ao constatar essa situação, foi solicitado pro nós ao
1512 empreendimento um plano de negociação para a família de trabalhadores ali visitada, que
1513 passem então para a condição de atingidos direto pela construção da barragem. Essa foi
1514 a situação que a gente verificou e fizemos a solicitação, uma vez que o relato é que dono
1515 do terreno não investiria mais no local. Eles passariam ficariam desempregados. Em
1516 resposta a solicitação feita ao empreendimento, datada em 10 de fevereiro de 2016, por
1517 meio da carta 037 de 2016, o empreendedor se compromete a buscar contato com o
1518 proprietário, Sr. Délcio de Queiroz. Caso seja a decisão final de demissão do Sr. João

1519 Batista, a PCH Mata Velha passa considerar essa família como atingida direta do
1520 empreendimento, sendo, portanto passível do benefício social. Nesse caso, o
1521 empreendedor será responsável por indenização e realocação, com garantia de moradia
1522 e sobrevivência para a família do Sr. João Batista, com o direito de receber um imóvel
1523 rural no tamanho mínimo de três hectares e que tenha boas condições de habitação e
1524 para produção agrícola. Devido à complexidade do caso, sendo necessário o
1525 acompanhamento dessas pessoas, negociação de terra, aquisição e regularização
1526 fundiária, a PCH Mata Velha solicita um prazo de seis meses para disponibilizar a área e
1527 realizar a mudança da família. **VOLNEY:** Eu gostaria de pedir vistas no processo, porque
1528 a resolução é muito clara. No caso do atingido direto, ele já precisa ter a garantia desse
1529 imóvel para ser realocado. Com muito respeito a sua visita ao local, eu gostaria de fazer
1530 uma visita a essa família juntamente com a técnica. Ontem segundo relatos da nossa
1531 presidente, e você mesma relatou na comissão, houve inúmeros telefonemas do
1532 empreendedor em telefones particulares, tanto no seu, quanto da presidenta. Eu acho que
1533 a comunicação tem que ser com a instituição CEAS. Então eu peço vistas nesse
1534 processo, e gostaria que esse plenário aprova-se a minha visita com a técnica a essa
1535 família atingida. Rosa, você tem como mostrar pra gente na resolução a garantia da
1536 realocação da terra, por favor? **SIMONE:** Conselheiro Volney. É questão de ordem.
1537 Vamos esperar o relato da conselheira. Na hora do debate todos os conselheiros que
1538 quiserem se posicionar, nós vamos abrir como de costume. Caro, o conselheiro Volney
1539 tem todo o direito regimental de se posicionar. Mas eu espero que todos os conselheiros
1540 tenham calma e tranquilidade pra que a nossa conselheira possa terminar o seu relato.
1541 **GEISIANE:** Sim. Quero ressaltar que a análise desse plano foi amplamente discutida na
1542 comissão de normas aqui desse Conselho, que também fortalece os conselheiros que
1543 fazem esse acompanhamento os Planos de Assistência Social. O conselheiro tem todo o
1544 direito de fazer vista do processo. Essa foi uma situação inusitada. A Rosa já tinha feito a
1545 visita, de fato é uma situação preocupante. A gente tem a resposta do empreendimento
1546 dizendo que vai ser atendido, mas o nosso papel enquanto CEAS no que tange a
1547 avaliação dos PAS é exatamente essa, garantir que as famílias sejam atendidas. Se não
1548 é do sentimento de contemplação a resposta, tem todo o direito de pedir avaliação.
1549 Discutimos na comissão de normas a respeito das normativas, de tudo que regulariza, de
1550 tudo que é obrigação do empreendimento. O empreendimento será totalmente notificado
1551 e informado de todas as questões legais. Então a gente tem a resolução 317, 318, 498. Já
1552 estou até sabendo das resoluções gente. Eu li algumas. São várias resoluções que a
1553 gente se baseou com a ajuda da equipe técnica. Também discutimos na comissão de
1554 normas e conselheiro fique a vontade. Vou fazer à apresentação do relato das outras
1555 visitas, e aí a gente abre para o debate já com o pedido do conselheiro. Então essa foi a
1556 resposta do empreendimento com essa carta, garantindo o benefício social a essa família.
1557 Claro, hoje considerada como família atingida reconhecida por eles. Na margem direita,
1558 na propriedade oito, visitamos a propriedade do Sr. Alírio Miguel Alves. O proprietário
1559 reside em outra propriedade. O filho Wagner Alves, de trinta e três anos, trabalhou na
1560 obra como vigia, e manifestou durante a entrevista realizada em novembro o interesse de
1561 continuar trabalhando na barragem depois que iniciar a geração de energia. Explicou que
1562 a empresa que estará contratando vigia para após a obra, mas exigiu que o trabalhador
1563 tivesse o curso para a realização da função. Durante a entrevista, a equipe do posto se
1564 comprometeu em providenciar o curso para o Wagner. Durante a visita de fevereiro foi

1565 constada que o Wagner recebeu a oportunidade através do empreendimento de fazer o
1566 curso, porém o não concluiu por questões pessoais. Mas já foi chamado pelo
1567 empreendimento para exercer outra função de serviços gerais na empresa após a obra.
1568 Na margem à esquerda, o proprietário Wilson Amanso, de sessenta e nove anos, reside
1569 na propriedade com a esposa Dionará de Oliveira. Durante as duas visitas técnicas após
1570 a negociação de julho e novembro, o Sr. Wilson manifestou interesse irreduzível em
1571 continuar em sua propriedade, independente do tamanho que sobrar após negociação
1572 devido o vínculo que possui com o local. A sua prioridade tem área total de vinte e oito
1573 hectares. Foram negociados 19,36 hectares, 69% da área total. A entrevista foi realizada
1574 com o proprietário e com o seu genro. Os entrevistados questionaram sobre a qualidade
1575 da água para o consumo, se seria mantida após a conclusão da obra. Por meio da carta
1576 20 de 2016, protocolado em janeiro de 2016, o empreendimento apresentou o laudo
1577 técnico sobre a continuidade da captação da água do rio pela população após o
1578 enchimento do reservatório da PCH Mata Velha, bem como sobre a qualidade da água.
1579 Dentre outros aspectos, constou que por operar sem utilização do reservatório da vazão,
1580 ou seja, a vazão que chega ao reservatório é a mesma que é restituída na casa de força.
1581 Bem como, por não fazer o uso hídrico, a PCH Mata Velha não irá interferir de forma
1582 significativa na qualidade e quantidade da água durante a sua operação. Ainda por meio
1583 da carta 36 de 2016, o empreendedor afirma que será mantida a qualidade da água, e
1584 acrescenta que através dos estudos feitos ao longo do período de implantação do
1585 empreendimento, a qualidade da água do rio preto se mantém de boa a excelente na
1586 maior parte do ano, após o enchimento e durante toda a fase de operação. Caso
1587 aconteça alteração na qualidade da água, o empreendedor se compromete a buscar
1588 alternativas de abastecimento para o consumo, tendo a possibilidade de instalar um
1589 sistema de tratamento adequado na capacitação dessa água, ou até mesmo a
1590 implantação de um poço artesiano. O proprietário também questionou sobre a
1591 possibilidade do COPAM exigir uma faixa de área de preservação permanente ser de cem
1592 metros. Durante a entrevista foi solicitado aos representantes do empreendimento
1593 propostas de ações, caso ocorra aumento do impacto dessa área de preservação. E por
1594 meio da carta de nº 151 de novembro de 2015, o empreendedor apresentou três
1595 alternativas para que o proprietário faça a opção caso essa área de preservação
1596 permanente, ela se estenda. A primeira alternativa seria a aquisição parcial da
1597 propriedade, reconstruindo a infraestrutura na área restante, adquirindo área restrita ao
1598 remanescente para reposição da área atingida. Uma segunda alternativa seria a aquisição
1599 total da propriedade, e compra de outra área na mesma localidade, equivalente ao
1600 tamanho atual da propriedade para realocação do proprietário com reconstrução de toda
1601 infraestrutura. A terceira e última alternativa, seria a aquisição total da propriedade,
1602 oferecendo ao proprietário uma carta de crédito para aquisição de outra área de sua livre
1603 escolha. Em fevereiro durante a entrevista conversamos com o Sr. Wilson, e ele declarou
1604 optar pela primeira alternativa, que seria a aquisição parcial da propriedade, pois ele quer
1605 continuar no seu território, no seu local já de costume. Então é isso. Das visitas que a
1606 gente fez, a situação inusitada encontrada foi essa mudança de realidade, de uma
1607 propriedade, de um trabalhador que passa agora ser atingido e reconhecido pela
1608 empresa. Nós vamos comparar as legislações, essa carta de fato. Eu creio que o pedido
1609 de vista vai analisar se essa carta contempla dentro das nossas resoluções o aparato, e
1610 com certeza, vai dar a resposta. Está aberto para o debate. Outros que queiram dialogar,

1611 a gente faz as complementações. **SIMONE:** Primeiro eu quero apresentar e nomear a
1612 conselheira Gabriela Anair Figueiredo, suplente da Secretaria de Planejamento. Nesse
1613 pleno, ela assume a titularidade. Muito bem vida. Conselheiros, por favor, uma salva de
1614 palmas para a conselheira. Muito obrigada pela presença. **APLAUSOS.** E também quero
1615 consultar ao pleno e pedir autorização pra que nós possamos ouvir o Sr. Diego, que é o
1616 representante da PCH Mata Velha, que solicitou ao pleno que ele pudesse utilizar da
1617 palavra. Então eu consulto aos conselheiros. Os conselheiros que concordam, por favor,
1618 permaneçam como estão. Contrários? Abstenção? Então, por favor, Sr. Diego. **DIEGO:**
1619 Primeiramente, boa tarde. Eu sou funcionário da empresa CPFL Renováveis, trabalho na
1620 área de meio ambiente e social da empresa, que a gente chama de socioambiental.
1621 Agradeço pela oportunidade de estar falando aqui e esclarecendo esse assunto. Em
1622 relação a esse fato novo do processo lá na propriedade do Sr. Délcio, que a própria
1623 conselheira mesmo pontuou que é uma situação nova. Durante todo o monitoramento
1624 socioeconômico realizado pelo empreendedor através da nossa consultoria, que está aqui
1625 presente também, em hora nenhuma apareceu essa situação do proprietário desistir do
1626 uso da propriedade. A decisão do proprietário sempre foi de manter a produção nesse
1627 estabelecimento, e manter o funcionário João Batista como campeiro lá da propriedade.
1628 Ele cuida do gado e tira o leite. Na última vistoria que foi depois do nosso último
1629 monitoramento, até então a situação era igual. Essa última vistoria de diligência do CEAS,
1630 da conselheira e mais da técnica Rosalice, o funcionário que nos trouxe essa situação.
1631 Segundo ele, o proprietário teria decidido não mais continuar a produção na propriedade, e
1632 seria feita a demissão desse funcionário. Lembrando que ele é um funcionário com
1633 carteira assinada, tem todos os direitos dele assegurado, recebe seu salário direitinho.
1634 Como essa situação é muito recente a gente ainda não tinha notícia. Não conseguimos
1635 fazer contato com o proprietário. A gente ainda vai conseguir fazer esse contato, porque
1636 até então a gente só tem a versão da história do funcionário. Eu acredito eu seja
1637 verdadeira também, ele não tem motivos pra estar mentindo sobre isso. Devido essa
1638 situação, a gente conversou. Eu conversei com a conselheira e como técnica do CEAS
1639 sobre quais seriam as possibilidades que a gente tinha pra resolver esse caso a princípio.
1640 Foi nos orientado a emitir um documento garantindo a situação de realocação desse
1641 funcionário, garantindo ele como atingido pelo empreendimento, porque até então não
1642 era. Ele era um funcionário da propriedade que manteria seu emprego, só mudaria a sua
1643 casa de local. Devido à situação de ele ter que sair, a empresa assumiu através de um
1644 documento dizendo que é de nossa total responsabilidade a relocação dessa família.
1645 Quando a gente fala em realocação, nesse caso de benefício social, a gente garante a ele
1646 condições de moradia própria e condições de subsistência, podendo ele optar trabalhar
1647 em outra propriedade ou não. É um critério dele. A princípio, a gente vai comprar um
1648 terreno com moradia, se não tiver moradia, a gente constrói a moradia. Se for ruim, a
1649 gente reforma. O importante é que essa moradia tenha todas as condições para essa família
1650 se estabelecer. Na compra desse terreno, a princípio, vamos fazer doações de sementes,
1651 mudas, pra ele começar a produção dele e conseguir ter a sua subsistência. É isso. Esse
1652 caso ainda não foi resolvido com a relocação efetuada porque apareceu agora, no mês
1653 passado, esse processo. Mas a empresa assume a responsabilidade sobre essa situação,
1654 conforme já está documentado. A gente pediu um prazo de seis meses porque é uma
1655 questão complexa, depende da gente procurar um terreno que tenha condições
1656 documentais de ser adquirido, que tenha condições de ser transferido para o nome do Sr.

1657 João Batista, sendo feita toda a negociação de compra, aquisição, regularização,
1658 transferência, de reforma de casas. Por isso que a gente pede um prazo de seis meses
1659 para regularizar a situação. Não da pra fazer imediatamente. Eu posso passar a palavra
1660 para a minha consultoria? **VIRGÍNIA:** Boa tarde á todos. Obrigada pela possibilidade de
1661 manifestação. Meu nome é Virgínia Campos, e eu sou responsável técnica pela empresa
1662 LINEAR Ambiental. É uma empresa de consultoria que deu esse suporte para
1663 implementação da PCH Mata Velha. Eu só quero complementar a explanação do Diego,
1664 no sentido de deixar a tranquilidade. Onde o funcionário João Batista está morando não é
1665 uma área atingida pela água do reservatório. Ele está em uma área de APP – Área de
1666 Preservação Permanente. Em função de ter sido exigida durante o processo de
1667 licenciamento, a realocação dessas casas para que a área de APP foi destinada para
1668 preservação permanente em torno do reservatório. Essa condição de seis meses para
1669 essa regularização, inclusive de questões cartoriais sejam equacionada, ele estará
1670 mantido em sua própria residência. Portanto não há um desconforto adicional ao
1671 funcionário, até que essa condição definitiva seja resolvida. Isso só não foi resolvido
1672 anteriormente por se tratar de um fato novo. A empresa também se deparou com essa
1673 necessidade de implementar essa condição agora muito recentemente, tanto que o prazo
1674 de seis meses, eu entendo ser um prazo razoável para que possa dar um solução
1675 adequada e definitiva para esse funcionário. Obrigada. **DIEGO:** Esses seis meses são
1676 importantes. A gente se esqueceu de falar que o Sr. João Batista é quem vai escolher a
1677 área. A gente vai apresentar algumas opções dentro de áreas que a gente consiga
1678 comprar, por questão de documento. Ele vai escolher a melhor área, de acordo com a
1679 dele. A residência onde ele mora hoje ela já pertence à empresa PCH Mata Velha. Então
1680 ele não tem pressa para sair dessa residência. Na hora que a outra estiver toda resolvida,
1681 ele já sai da casa dele pra casa nova. Era só isso pra finalizar. **SOYLIA:** Eu só quero tirar
1682 uma dúvida. Tudo bem. É APP a área que ele está né? Já foi adquirida a área, assim que
1683 for dado o aceite aqui pelo Conselho já começa o empreendimento, não é isso? Tá bom.
1684 Já se inicia ou não? **SIMONE:** Conselheira Soyliã, faça a pergunta pra nossa relatora.
1685 **SOYLIA:** O prazo é seis meses para eles resolverem a questão do senhor em questão
1686 né? Tudo bem. Se for dado o aceite agora, nesse momento, essa família que se retirar
1687 dessa área. A partir daí, a firma tem seis meses para resolver essa situação dele. E
1688 nesses seis meses, onde a família vai morar? Ela vai aguardar isso? **GEISIANE:** O
1689 entendimento das resoluções diz que se é uma área de preservação, com o início das
1690 operações, na área de preservação não pode ter ninguém. Imagino eu que o
1691 empreendimento dentro dessas resoluções vai ter que apressar esse processo. A área já
1692 é da empresa, mas é de preservação. Isso também é das consultas que eu fiz com a
1693 técnica aqui do CEAS. Se ela quiser complementar por ter mais experiência. Mas enfim, o
1694 empreendimento diz que a área é dele, mas a análise nossa enquanto CEAS é entender.
1695 Pelas leituras que eu fiz, se é área de preservação, eles tem que sair. Tem mais
1696 inscrições? **SIMONE:** Conselheiro Rodrigo. **RODRIGO:** Eu quero me dirigir ao Diego.
1697 Faltou esclarecer os telefonemas, viu Diego? Esse espaço aqui é um espaço muito
1698 respeitoso. A gente está no território de Minas Gerais representados por usuários,
1699 entidades, nosso governo. Eu queria um esclarecimento dos telefonemas para a nossa
1700 presidente, para a nossa relatora, ou pra qualquer um que seja aqui. É isso que eu
1701 gostaria de saber, por que dos telefonemas? Obrigado. **SIMONE:** Conselheiros vejam só.
1702 Eu peço os conselheiros que se atenham no relato da conselheira Geise. Está bom?

1703 Quero pedir os conselheiros que dirigem as perguntas para a conselheira Geisiane. O
1704 Diego já pediu pra falar. Eu vou perguntar para os senhores se vocês dão direito de falar,
1705 pra gente seguir o rito direito. A próxima é a Maira. **MAIRA:** Geisiane, no documento que
1706 a empresa encaminhou em relação à situação do Sr. João Batista, eles colocam uma
1707 condicionante de atendimento ao Sr. João Batista? Caso o proprietário confirme a
1708 intenção de demitir o trabalhador, ele será atendido e considerado atingido. E a partir
1709 disso, ira receber os benefícios que estão considerados. Na minha percepção, isso é uma
1710 condição frágil pra se garantir o direito desse trabalhador. Não se estabelece o tempo,
1711 vamos dizer assim. Pode ser que ele ligue em um dia e o proprietário fala que tem
1712 interesse em continuar investindo na propriedade, de continuar com esse trabalhador. E ai
1713 uma semana depois, pode ser que o proprietário mude de ideia, pode ser que aconteça
1714 qualquer coisa. A outra questão é que o representante do empreendedor coloca aqui que
1715 não conseguiu contato ainda com o Sr. Délcio, que é o proprietário. Mas coloca todo um
1716 processo de negociação já iniciado com Sr. João Batista. Então isso fica com certa
1717 inconsistência em relação a essas garantias. A minha sugestão pra dirimir essa situação é
1718 que a empresa assuma formalmente através de uma correspondência, documentalmente
1719 falando, assuma a condição de atingido do Sr. João Batista, pra que a gente solucione a
1720 situação. Já que eles estão dando os encaminhamentos e as negociações pelo relato
1721 informal, apesar de que aqui é gravado, não é tão informal assim. Mas apesar de já ter
1722 iniciado esse processo de negociação, então que a gente parta desse pressuposto, pra
1723 gente continuar, ter garantia disso e que a gente consiga votar em relação ao relatório.
1724 Obrigada. **SIMONE:** A Geise quer responder. Depois a gente continua. **GEISIANE:** Até
1725 como relatora, eu queria dar sentidos de encaminhamentos pra esse nosso processo.
1726 Surgiram muitas dúvidas. Eu quero fazer a pergunta de novo para o conselheiro se o
1727 pedido de vista mantém? Se mantiver Maira, nós nem vamos para a votação. A minha
1728 sugestão de relatoria é que se for de fato pedido de vistas, assim é regimental, se foi
1729 pedido de vistas que o conselheiro pediu, ele que vai fazer a diligência. E ai a gente
1730 encerra a discussão e inicia-se de novo uma nova avaliação. **SIMONE:** Só uma questão
1731 de ordem. O Ronaldo quer trazer uma questão. **RONALDO:** Não me ficou claro o parecer
1732 da relatora ou sugestão. É óbvio que a soberania e votação cabe ao colegiado. Agora a
1733 pouco a conselheira trouxe algo sobre a área de preservação. Então assim, qual seria
1734 esse parecer? Até pra votação de pedido de vistas ou não. Eu fiquei sem entender na
1735 verdade. **GEISIANE:** É por isso que eu estou dizendo do encaminhamento da questão
1736 regimental. Se ele pediu vistas, ele que vai fazer o processo. **SIMONE:** Geisiane. Você
1737 fez o seu relatório, certo? Agora as pessoas estão fazendo perguntas sobre o seu
1738 relatório. Você vai esclarecer e tal. A Maira fez uma pergunta. Agora a ultima pergunta vai
1739 ser do Wilson. Eu vou voltar pra você, você vai ler o seu relatório final. E ai eu vou
1740 perguntar ao Volney se ele mantém a posição de vistas dele, está bom? Por favor,
1741 Wilson. **WILSON:** Eu queria perguntar em relação à carta. As pessoas que assinaram a
1742 carta tem legitimidade legal para fazer esse tipo de acordo? Foi conferido através do
1743 contrato social se são diretores que realmente tem essa legitimidade? Os representantes
1744 aqui presentes tem legitimidade para estar apresentando um acordo para que esse essa
1745 gravação sirva como algum ampara jurídico para essa família? Essa é a minha pergunta.
1746 **GEISIANE:** Eu acho que a resposta vai vir também do relatório final da apresentação do
1747 parecer. O parecer foi possível a partir da ampla discussão que a gente fez na comissão
1748 de normas, onde a gente consultou de novo as normas, abrimos de novo as resoluções

1749 que eu estou até sabendo de cor. Isso também dá certo esclarecimento para todos. O
1750 documento enviado pelo empreendimento pela diligência que fiz enquanto conselheira
1751 após a visita identificando essa situação, foi por meio dessa carta. Ao chegar aqui, discuti
1752 amplamente com a comissão de normas, foi que a gente foi avaliar e abrir as resoluções,
1753 pra ver se de fato essa correspondência teria esse valor, que é a pergunta do Wilson, ou
1754 se a gente teria que ter outro documento de acordo com o nosso regimento e resoluções.
1755 A Rosa está pedindo a palavra. Eu posso ler então né? **SIMONE:** Não, por favor.
1756 **GEISIANE:** Gente! Todo mundo pede palavra. Então eu vou ler o parecer. **SIMONE:** Ler o
1757 parecer. Se precisar, eu vou abrir de novo. Mas lê o parecer. **GEISIANE:** Poxa vida! O
1758 meu parecer enquanto relatora. De acordo com a resolução 318 de 2010 do CEAS, o art.
1759 2º diz: “O Plano de Assistência Social é um instrumento de planejamento estratégico, que
1760 organiza, regula e norteia a execução de ação de proteção social voltada a garantia de
1761 direito de condições dignas devida para a população direta ou indiretamente atingida pela
1762 construção de barragem. Nesse sentido, tem o Conselho a prerrogativa de aprova-lo e
1763 monitora-lo”. Ainda em seu art. 12º “O relatório conclusivo deverá comprovar a melhoria
1764 ou manutenção da situação socioeconômica dos atingidos”. Parágrafo único diz: “A
1765 implantação da aprovação do PAS/Barragem pressupõe e disposto no caput”. A partir da
1766 discussão realizada na comissão de normas, constatou-se que a resolução do CEAS nº
1767 498 de 2014 dispõe no seu art. 7º, inc. II, que: “O empreendedor deverá apresentar
1768 documento original que faça constar a negociação das terras e benfeitorias evidenciando:
1769 A) A garantia de reposição dos bens expropriados em espécie ou em bens equivalentes;
1770 B) O reassentamento por opção dos atingidos, considerando a localização preferencial
1771 dos mesmos, incluindo-se aqueles que se dedicam a agricultura familiar, mesmo quando
1772 exercida em territórios de terceiros”. Diante de todo o exposto, a relatoria indica a não
1773 aprovação temporária do relatório final de execução do PAS/Barragem da PCH Mata
1774 Velha. E que este Conselho aguarde a comprovação da conclusão do reassentamento da
1775 família de trabalhadores, cumprindo assim o artigo citado acima da resolução nº 498. Por
1776 isso que eu disse. O pedido de vistas foi antes da minha relatoria. Eu entendi que se teve
1777 um pedido de vista, transfere o processo. Não deixaram a minha conclusão. Agora gente
1778 vê se é pedido de vista ou não é. **SIMONE:** Eu vou perguntar ao conselheiro Volney se
1779 ele mantém o pedido de vista diante do relato feito pela conselheira Geisiane.
1780 **VOLNEY:**Eu só gostaria de perguntar ao empreendedor o que não nos foi respondido
1781 ainda. Porque de tamanha insistência nos telefonemas particulares da nossa conselheira
1782 e da presidente do CEAS? Eu estou aqui há dois mandatos. É a primeira vez que eu vejo
1783 isso. Isso me assustou bastante. **SIMONE:** Conselheiro Volney, faça o favor de me
1784 responder. O senhor mantém ou não o seu pedido de vista? **VOLNEY:** Eu mantenho, com
1785 visita in loco à família. **SIMONE:** Sendo assim, encerrada então a discussão né? Muito
1786 obrigada a todos. Eu vou passar para o outro ponto de pauta, que é a discussão da
1787 vacância de suplências para o Conselho Estadual de Assistência Social. Eu vou passar
1788 para a nossa secretária executiva. **CONSOLAÇÃO:** Depois do processo que vencemos
1789 na conferência para composição do Conselho, nós não tivemos entidades para essas
1790 representações, que constas inclusive na pauta de vocês. Ou seja, dois para
1791 representante de usuários. É só suplência. Nós cumprimos todos os titulares, e algumas
1792 suplências. Essas ficaram ainda por fazer. Quatro para entidades de assistência social. E
1793 um para representação de Conselho Municipal, da sociedade civil. No regulamento nós
1794 determinamos que uma vaga fosse para trabalhador, outra para o usuário. Então a

1795 suplência de usuário, representante da sociedade civil de Conselhos, também ficou vaga.
1796 Nós não tivemos candidatos, que fique bem claro. Todo mundo que candidatou foi eleito e
1797 preencheu a titularidade. Nesse aspecto, a secretaria executiva uma possibilidade para
1798 ser discutida, ou outras como os conselheiros desejarem. É de a gente poder fazer um
1799 novo processo de recomposição. Como a gente teve a resolução do Conselho que
1800 regulamentou esse processo, nós teríamos que fazer um novo processo baseado nessa
1801 mesma resolução. Eu não posso agora pegar um critério diferente daquele utilizado para
1802 essa composição. Então seria pegar aqueles critérios, a gente faria uma nova resolução
1803 do Conselho, com prazo. Seria um novo processo de escolha para compor essas sete
1804 vagas. Um questionamento que a gente faz é se poderíamos fazer um evento, marcar na
1805 resolução, porque tem um prazo para divulgar, no mínimo trinta dias. Tem todo um rito pra
1806 isso. Se a gente faria um dia especial para vacância, ou se a gente marcaria junto com
1807 uma plenária de conselho. Fazia uma plenária maior, ocorrendo essa eleição. Então essa
1808 é a proposta da gente fazer o processo. A gente faria a minuta baseada naquilo, já
1809 marcaria trinta dias para divulgação, daria um prazo maior pra gente habilitar essas
1810 entidades. Também tem que ser definido aqui se a gente vai ter entidade que vai ser
1811 eleitora candidata. Então eu vou ter que abrir um campo de votantes. Ou se os votantes
1812 venceriam os conselheiros. Seria isso. Aqui a gente está trazendo essa discussão. Eu
1813 estou a disposição. **SIMONE:** Espera ai, porque deu um nó na minha cabeça.
1814 **CRISTIANE:** O regimento já não tem descrito como fazer essa eleição para vacância?
1815 Tem uma diferença de ter uma vacância titular e uma vacância suplente? Se a vacância é
1816 de titular, não tem conselheiro votante, certo? Não teria o número de conselheiros
1817 votantes, entendeu? Se somos nós mesmos que vamos votar. Se vacância fosse de
1818 titular, não teria paridade, representatividade para uma eleição enquanto votante. Como é
1819 suplente, aqui estão todos os titulares. O regimento nos autoriza a sermos votantes?
1820 Entendeu a pergunta? **SIMONE:** Eu também tenho uma pergunta pra fazer. Nós não
1821 temos que formar aqui uma comissão eleitoral? É uai. É outro processo eleitoral. Se é
1822 outro processo, nós temos que ter uma comissão, tirar aqui os integrantes dele. Ele vai
1823 fazer uma proposta da eleição da vacância, vai trazer para o pleno e nós vamos deliberar.
1824 Não é isso não? **CONSOLAÇÃO:** Sim. É um novo processo. A gente pode fazer uma
1825 comissão eleitoral pra isso, ou seria tudo em plenária mesmo. **VOZES AO FUNDO** Nós
1826 vamos fazer a minuta de resolução. Estou trazendo pra plenária porque na mesa diretora
1827 eu coloquei isso. A gente não elaborou ainda, logicamente. É pra ver como que vamos
1828 fazer o processo, e ai sim, eu vou fazer a minuta da resolução. É pra ter todas as
1829 diretrizes para que eu possa está providenciando. Eu acho que a questão do GT é muito
1830 importante. Se tiver um GT ele vai ser específico para essas reuniões. Logicamente, eu
1831 acredito que seja uma melhor opção. Em relação a quem vota, é isso o que estamos
1832 discutindo aqui. Se a gente vai fazer um novo processo, teria que habilitar de novo
1833 entidades como votantes. É isso o que eu estou trazendo entendeu? Por ser já
1834 conselheiro, quem é governo não votaria na representação da sociedade civil, como já foi
1835 na conferência. A legislação da conferência que a gente teve foi por categoria, usuário
1836 vota em usuário. O que eu falei dos conselheiros votarem é porque eles já estão
1837 habilitados. Quem representa entidade aqui já se habilitou, já está com todas as
1838 características, cumpriram todo o pré-requisito. É por isso que eles estão aqui, naquela
1839 categoria de votação. **SIMONE:** Eu vou consultar os conselheiros. Nós fizemos essa
1840 discussão no ano passado. Para mim que conduz eleição de sociedade civil é a

1841 sociedade civil. Se é sociedade civil, então não pode ser governamental. Claro, a
1842 sociedade civil vai se reunir, tirar aqui pessoas que vão pensar como que vai ser esse
1843 processo. O Conselho vai aprovar uma resolução que deverá ser conduzida pela sociedade
1844 civil. Imagino eu assim. Se for assim, eu sugiro que componham essa comissão eleitoral
1845 representante de entidade, usuário e CMAS da sociedade civil. **VOZES AO FUNDO**
1846 Trabalhador tem vacância? Tem não. O que não impede dos trabalhadores estarem
1847 presentes por serem da sociedade civil. É até bom. Então se todo mundo está
1848 concordando, a gente podia ver aqui quatro representantes. Eles vão baseados no
1849 regimento interno e na última resolução do Conselho Estadual propor uma nova eleição
1850 pra gente cobrir a vacância existente na sociedade civil. Podemos encaminhar assim? A
1851 sociedade civil quer dizer quem são os seus representantes de uma vez? **VOZES AO**
1852 **FUNDO** Pronto? Então, por favor, Consolação. **CONSOLAÇÃO:** Representando o
1853 usuário: Josiane; Entidades: Rodrigo; CMAS sociedade civil: Luiz George; Trabalhador:
1854 Rosilene. Vamos ver se na próxima a gente convoca, viu Consola? Olha com eles a data
1855 pra ver se a gente já traz alguma coisa no próximo pleno. Então eu vou liberar a nossa
1856 secretária executiva, Consolação. Agradecê-la e libera-la. Eu vou pedir a Adelmira, por
1857 favor, para me auxiliar aqui. E passar para as Rosalice, para que ela possa então trazer o
1858 último ponto que nós vamos debater aqui no Conselho, que é o Plano de Assistência
1859 Social. Espera aí gente. Eu acho que estou bastante cansada aqui. É o Plano de
1860 Assistência Social/Barragem SUAS. **VOZES AO FUNDO** Só um minuto porque a Marta
1861 quer fazer uma solicitação. **MARTA ELISABETE:** Eu gostaria de solicitar que na próxima
1862 reunião do Conselho, se for possível, um espaço para eu apresentar a política de saúde
1863 mental do Estado de Minas Gerais. Trazer aqui para o Conselho todo o endereço
1864 atualizado da rede de saúde mental do Estado para disponibilizar aqui para o Conselho,
1865 se for possível. **VOLNEY:** Simone eu vou ter que sair um pouco mais cedo para a
1866 organização do nosso evento na próxima sexta-feira. O ponto de pauta que eu queria que
1867 esse Conselho delibera-se, é o Estado trazer para este Conselho quais foram as ações
1868 desenvolvidas com os atingidos de Bento Rodrigues, e as cidades que tiveram essa
1869 repercussão na mídia. Quais foram as demandas desses municípios? E quais foram as
1870 ações que o Estado fez para esses municípios? Se você puder trazer isso na próxima
1871 plenária pra gente, eu acho que seria muito interessante. É pertinente. **SIMONE:** Na área
1872 da assistência, não é Volney? **VOLNEY:** Na área da assistência, é claro. **SIMONE:** Ainda
1873 bem que vocês são assim. Nós somos “tão burros”, que a gente faz um tanto de coisa e
1874 apresenta nada pra ninguém, nem pra vocês. Agradeço a oportunidade. Pode deixar que
1875 a gente vai trazer. Então Rosalice, por favor. **SOYLIA:** Olá! Eu também queria apresentar
1876 para a próxima reunião um ponto de pauta, sobre a lei 2012 de 20 de janeiro de 2010, que
1877 fala do desconto da conta de luz para as comunidades quilombolas. Eu gostaria que
1878 pautasse esse assunto na próxima reunião. **SIMONE:** Eu estou achando que nós vamos
1879 ter... Não tem importância não gente. Nós vamos acolher todas as sugestões, e vamos
1880 pensar entre nós da presidência ampliada uma forma da gente dar conta da pauta. Está
1881 bom? Isso mostra o interesse de todos os conselheiros aqui. Vamos lá Rosa.
1882 **ROSALICE:** Boa tarde. Para os conselheiros novos, eu sou a Rosa. Eu sou assistente
1883 social, técnica da comissão de normas do CEAS, e técnica responsável pelo
1884 acompanhamento e avaliação dos Planos de Assistência Social aqui no CEAS. Essa
1885 apresentação foi um trabalho conjunto de todos os técnicos da secretaria executiva. Nós
1886 fizemos uma junção de vários trabalhos que a gente vem realizando. Na verdade é uma

1887 apresentação, e não uma capacitação. Nós vamos está demonstrando desde a
1888 constituição federal, até a lei de barragem, como que surgiu esse trabalho, esse controle
1889 de vocês aqui no CEAS. O primeiro nós vamos falar sobre a constituição federal. Nós
1890 fizemos um comparativo entre o art.203 que “dispõe sobre a assistência social, que será
1891 prestada para quem dela necessita independente de contribuição e seguridade social”.
1892 Em comparação nós pegamos a nossa constituição do Estado de 89 que “dispõe que a
1893 assistência social será prestada pelo Estado a quem dela necessitar, independente de
1894 contribuição sem prejuízo de assegurado no art. 203 da constituição”. A nossa
1895 constituição ainda, no art. 194 fala das ações do Estado. Vale ressaltar que o nosso
1896 Estado é o único da federação que tem uma ação voltada para a população atingida por
1897 barragem, e isso já está na nossa constituição, no paragrafo único fala: “que o Estado
1898 promoverá Plano de Assistência Social as populações de área atingidas por
1899 reservatórios”. É o que difere das outras constituições, é o que acrescenta uma ação para
1900 o Estado. Esse art. 193, ai nós fomos para a constituição. **PARTE 5- ROSALICE:** E isso
1901 atinge vários segmentos sociais, que é o nosso público do PAS/Barragem. Nós trouxemos
1902 as constituições exatamente por isso, pra mostrar que o nosso público de barragem está
1903 inserido nesse público de vulnerabilidade que a nossa constituição fala, que a LOAS fala,
1904 que a política fala, que é uma população mais ampla. Nós trouxemos os objetivos da
1905 LOAS. Quando se pensa na assistência social para essa população atingida por
1906 barragem com a característica diversificada, tanto pode ser rural, tanto pode ser urbana,
1907 nós pensamos se esse plano está atingindo também os objetivos da assistência social
1908 que está disposto na LOAS. A proteção social visa a garantia da vida, da redução de
1909 danos, a prevenção incidência de riscos, proteção a família, maternidade, infância, o
1910 adolescente, a prevenção da integração ao mercado de trabalho, a habilitação e
1911 reabilitação das pessoas com deficiência. Nós também buscamos a vigilância
1912 socioassistencial, que visa realizar territorialmente a capacidade protetiva das famílias em
1913 ocorrência’ de vulnerabilidade, de ameaças, vitimas das ações e danos. E principalmente,
1914 a defesa de direito. O plano busca isso, a defesa de direito que visa a garantia de seus
1915 direitos no conjunto das provisões socioassistenciais. O CEAS está próximo daquilo que
1916 vem falando a lei estadual sobre a política de assistência social. Nessas questões de
1917 barragens a gente sempre busca o Conselho Municipal de Assistência Social, mas a
1918 gente não acrescenta nenhuma atribuição para ele. A nossa lei de barragem ela dá a
1919 atribuição de avaliar, acompanhar e comprovar o CEAS. O Conselho Municipal ele é
1920 trazido como um parceiro mesmo, considerando ele como órgão de controle social local.
1921 A gente busca o Conselho Municipal para consultas, para verificar in loco o que está
1922 ocorrendo. Se houver algum problema com essa população atingida, é na assistência
1923 social local que eles vão buscar assistência mesmo. Então isso não pode acontecer. A
1924 gente tem o Conselho Municipal como parceiro. Todo plano de assistência social que
1925 chega o primeiro passo, vocês vão ver na resolução 498, é fazer reunião com o Conselho
1926 Municipal. É buscar informar o Conselho Municipal o que está acontecendo na sua área.
1927 O CEAS em momento nenhum coloca mais atribuições que o Conselho Municipal já tem.
1928 O CEAS trabalha com aproveitamento econômico. Na lei federal 9.433 dispõe sobre a
1929 política nacional de recursos hídricos. Ela fala que: “A água é um recurso natural ilimitado
1930 dotado de valor econômico”. Essa água utilizada tem um aproveitamento econômico
1931 diversificado para a irrigação de terras agrícolas, porque é um fim econômico isso;
1932 Abastecimento de água para as áreas urbanas e rurais. A COPASA apresenta os seus

1933 planos de assistência social para nós. Toda vez que ela vai criar uma barragem para
1934 abastecimento de uma cidade, ela apresenta pra nós os seus planos abastecimento e
1935 produção de energia elétrica. Até navegação é considerado fins econômico. A água tem
1936 essa utilidade. Quais os tipos de barragens que o CEAS trabalha? Quais os tipos de PAS
1937 de barragem de chegam aqui pra nós? A barragem de uso múltiplo, que são
1938 empreendimentos para irrigação, para abastecimento de água, para geração de energia.
1939 São os usos múltiplos. E aquelas para geração de energias elétricas. As barragens são
1940 divididas em três categorias: CGH –Central Geradora hidrelétrica. São aquelas pequenas
1941 hidrelétricas, que geralmente são barragens que fazendas tinham. A CEMIG tinha uma
1942 pequena que gerava um mega watts, mas fechou quase todas. Hoje os empreendedores
1943 estão comprando esses empreendimentos que geram a mesma quantidade de energia de
1944 um grande empreendimento. Então ela só gera até três mega watts. Ela não tem esses
1945 impactos que as demais tem. A PCH – Pequena Central Hidrelétrica é toda usina de
1946 pequeno porte, cuja capacidade instalada seja superior a 3 mega watts até 30 mega
1947 watts. É o caso do empreendimento que a Geisiane apresentou hoje. Os reservatórios
1948 tem que ser menores de que 3 km². A UHE são barragens imensas, tipo Três Marias,
1949 Candonga. São todas as que geram mais de 30 mega watts. Quem determina essa
1950 categoria é o pessoal da área de meio ambiente. Não somos nós. Chega é o PAS aqui.
1951 Quem são esses atingidos? Os atingidos são as populações afetadas de uma maneira ou
1952 outra afetada por uma construção de barragem. São reconhecidos no Brasil sobre o termo
1953 de “atingidos”. Os atingidos são uma população complexa e heterogênea, em
1954 consequência da própria definição do termo que engloba situações diversas. Nós
1955 trouxemos que são os atingidos diretos. É uma discussão muito complexa definir isso, o
1956 nível de vulnerabilidade que aquela pessoa pode se encontrar naquela situação. Então
1957 ela não está só presa àquela pessoa que negociou terras. A gente sempre pensa que o
1958 atingido é aquele que negociou terras, não é. É aquele que sofreu um impacto direto na
1959 sua vida, na sua rotina, no seu trabalho, na sua moradia. Os atingidos diretos são os
1960 desapropriados urbanos e rurais com possíveis perdas do seu meio de produção, e/ou
1961 que são removidos compulsoriamente de suas moradias e/ou terras para dar lugar para
1962 construção das grandes obras. Assim esses atingidos são formados por pessoas de
1963 diferentes capacidades econômicas e classes sociais, sendo que em sua maioria são
1964 pequenos agricultores que vivem no sistema de agricultura familiar. Na nossa lei, no art.
1965 1º, “Todos aqueles que habitam em imóvel rural ou urbano, desapropriado, bem como
1966 neles exerçam qualquer atividade econômico, incluindo os comerciantes, posseiros,
1967 assalariados, parceiros, arrendatários, meeiros eassegurados.” A gente pode acrescentar
1968 vários outros tipos de grupos, como, por exemplo, os que exploração pedra sabão.
1969 Dependendo da situação que ele se encontra, da área que inserção do empreendimento,
1970 ele se torna um atingido. Vocês viram hoje. Era uma família de trabalhadores que até
1971 então não seriam atingidos, e de repente, eles passam a ser atingidos diretos do
1972 empreendimento porque perderam moradia e trabalho. Ai vem os atingidos indiretos. O
1973 PAS não trabalha só com os diretos. São todos aqueles que sofrem um impacto, mesmo
1974 sendo indireto, eles estão considerados dentro do PAS também como atingidos. Eles são
1975 tocados de diversas maneiras, que é pela perda da clientela, pela perda da família, da
1976 vizinhança, um fim de sindicato rural ou uma associação. Deveram também absorver
1977 temporariamente os efeitos da construção da barragem e do lago, aumento populacional,
1978 obras de duplicação das estradas, mudança de ambiente. Tem uma parte no PAS que

1979 pergunta quais foram os impactos e as ações que são desenvolvidas para minimizar ou
1980 potencializar os impactos? Tem pessoas que tinham um comércio em uma comunidade
1981 rural. Muitas pessoas que utilizavam desse comércio podem sofrer reassentamento. A
1982 comunidade está vazia, mas o comércio ficou aí. Ele perdeu a clientela. O quê que o PAS
1983 vai garantir para essa pessoa ou não? A estrada por causa do empreendimento teve que
1984 mudar o rumo dele. Essa estrada atingiu uma comunidade que está longe, mas a estrada
1985 mudou. O quê que o empreendedor vai ter que fazer em relação a essa questão de
1986 estrada, para que essas pessoas tenham o mesmo acesso que elas tinham? Outro caso,
1987 mas esse é de atingido direto. Uma comunidade pequena tinha cinco mil habitantes. De
1988 repente com o empreendimento chegou a mais quatro mil pessoas lá. O empreendedor
1989 tem que responsabilizar por essas quatro mil. “Ah, mas está a tantos quilômetros da
1990 cidade, mas tem que responsabilizar”. Os serviços dos municípios estão sendo
1991 acarretados, aumentando a demanda do serviço, e o município não foi preparado pra
1992 isso. Quando acontece rachadura na casa: “Mas a casa está longe”. Porém, os
1993 caminhões que passam por ali estão rachando essa casa. A questão de exploração de
1994 crianças, envolvimento de adolescente, o que o empreendedor vai ter que fazer? O
1995 empreendedor tem que se responsabilizar mesmo por esses impactos indiretos. Quando
1996 vocês pegarem a resolução 498 pra ler, lá fala que eles têm que apontar os impactos
1997 positivos ou negativos para gente. Tem municípios com muitas pessoas desempregadas.
1998 Chega um empreendimento desse contrata essa mão de obra. A nossa resolução pede
1999 para priorizar a mão de obra local, utilizando ainda os meios que o município tem,
2000 cadastrando essa mão de obra para ser capacitados também. A nossa resolução já
2001 dispõe isso. Entrando as resoluções. Nós temos duas resoluções que regulam esse
2002 trabalho do PAS. Uma é a 498/2014 que alterou a 317. E a resolução 318. Essa resolução
2003 318 é que fala dos procedimentos, porque tudo no PAS tem prazo, tem um procedimento.
2004 Fala até como é que tem que ser. Eu tenho que ir ao município, eu tenho que fazer uma
2005 reunião com município. Então tudo vem descrevendo nessa resolução 318. No art., 2º
2006 dessa resolução define o que é um PAS. “É um instrumento de planejamento de gestão,
2007 que tem como finalidade organizar, regular, nortear, monitorar e avaliar, a execução das
2008 ações de proteção social voltadas para garantia de direitos e condições dignas de vida à
2009 população direta ou indiretamente atingida em razão da construção da barragem. Ele se
2010 constitui em um guia da ação de garantia de direito dos atingidos. A elaboração e
2011 execução do PAS são obrigações do empreendedor, e a sua aprovação é prerrogativa do
2012 CEAS”. Aí tem as competências do empreendedor nessa resolução, que é “Elaborar e
2013 executar o PAS; Apresentar o PAS/Barragem para população atingida em audiência
2014 pública específica”. Não tinha isso antes de 2014 gente. Isso foi um ganho pra nós, não é
2015 Isabela? A grande dificuldade dos atingidos era a relação da audiência pública. O Sr. Luiz
2016 George que já está aqui há mais tempo sabe. Eles entravam na audiência pública que era
2017 específica para construção, para apresentar os impactos, os relatórios de estudos
2018 ambientais. Eles saíam sem entender nada. Não entendiam sobre os seus direitos. Hoje
2019 não. O CEAS exige uma audiência pública específica. Essa audiência pública tem que ser
2020 comprovada por lista de presença, foto, ata. Quando eu estou visitando as famílias, eu
2021 verifico quem participou da audiência e converso com eles explicando como que foi essa
2022 audiência pública. Hoje muitos já sabem que é o CEAS, onde eles podem estar buscando
2023 informações sobre o processo, e que tem um órgão que acompanha esse processo todo
2024 junto com ele. É onde eles podem estar denunciando as questões de irregularidade, de

2025 desrespeito de seus direitos. Hoje as pessoas tem esse aceso. A gente pede ainda que
2026 essa audiência pública seja com um técnico da área social, que não sejam técnicos da
2027 área de engenharia ou de outras áreas que não sejam afetos da área social. Uma das
2028 obrigações do empreendimento é o posto de atendimento social. Ele tem que instituir
2029 esse posto em um lugar acessível à comunidade a ser atingida. Esse posto tem que ter
2030 no mínimo um assistente social, um psicólogo. Se o CEAS avaliar a necessidade de outro
2031 profissional, ele pode incluir. Ou que tenha mais de um posto de atendimento social,
2032 dependendo do número de atingidos que possa ter naquele empreendimento. Tem
2033 empreendimento que atinge dois, três, municípios. Então é determinado um posto de
2034 atendimento social. Todas as ações desenvolvidas em um, é desenvolvido no outro. Ele
2035 tem que ter uma estrutura própria, independente do número de atingidos; Apresentar
2036 localização acessível, ser mobiliado, ter corpo técnico composto da equipe social e de
2037 psicologia. O trabalho dessa equipe não é ficar só no posto. A gente fala que ele é
2038 referência, mas o trabalho da equipe é fazer visitas constantes aos atingidos, monitorar o
2039 trabalho que está sendo realizado, realizar projetos junto com essa comunidade, de
2040 acordo com as fases. Eles acompanham até a negociação. Eles não fazem negociação. O
2041 PAS ele garante direito. Ele não determina valores para a negociação. Ele garante uma
2042 negociação onde tem que ter opções para o atingido definir o que ele quer. Ele não pode
2043 falar que o PAS vai ter só indenização. Ele tem que ter indenização, realocação, várias
2044 opções para que o atingido faça a sua escolha. Nenhum negociador pode impor. Isso tem
2045 que está garantindo no PAS. O relatório a gente confere com o atingido se houve essa
2046 possibilidade de negociação, e o que ele sabe dessa negociação. A equipe do posto
2047 acompanha esse processo também. É uma forma da equipe do posto esclarecer. A gente
2048 sabe que o negociador já chega com o valor determinado, manda a pessoa já ir
2049 assinando o documento. A equipe do posto é orientada a orientar, explicar ao atingido. Ai
2050 a gente verifica isso em campo, se vem ocorrendo, se não vem ocorrendo. Quando foi
2051 criado o grupo de trabalho de Jequitaiá, que a Geisiane faz parte também, foi essa a
2052 questão. A alta de esclarecimento para as pessoas, os direitos deles e como está sendo o
2053 processo de negociação. Não há esse esclarecimento, então estamos acompanhando
2054 esse processo. Ai vem o fluxo do PAS e análise técnica. O empreendedor protocola o
2055 PAS e o relatório final. Depois que ele apresenta o PAS, e aprovado, tem os relatórios
2056 semestrais, bimestrais, trimestrais, que é de acordo com o tempo previsto para a
2057 construção e que o CEAS determina. Se a construção durar três anos, ele tem que
2058 apresentar um relatório semestral, bimestral, dependendo da complexidade que é a
2059 situação. Ai vem a análise técnica, a visita técnica, e a emissão do parecer. Passa para o
2060 conselheiro relator. É facultado para ele visita ao local. Igual agora, a Geisiane fez uso da
2061 visita local. O Volney também já falou que vai fazer o uso a este direito de visita local.
2062 Depois vem a emissão, a plenária e a emissão de uma resolução. Essa resolução é que
2063 eles apresentam ao COPAM. A denúncia. Quando chega a denúncia? Nós temos uma
2064 resolução nº 363/22011 que fala sobre todos os procedimentos de denúncia aqui no
2065 CEAS. A denúncia tem que passar pela mesa diretora do CEAS. A mesa diretora que fala
2066 se é denúncia, ou não. Se for denúncia, ela instaura o processo e, é passado para a
2067 análise técnica. Nós, os técnicos, buscamos todas as informações possíveis para antes
2068 de chegar ao conselheiro relator. Buscamos todas as possibilidades, toda a
2069 documentação. Buscamos informações junto ao Conselho, aos atingidos, ao
2070 empreendedor, as associações, que ai passa para o conselheiro relator. Ele pode ou não

2071 fazer visita. Geralmente, até hoje, todos os conselheiros que receberam denúncia, foram
2072 aos locais. Não houve ainda aqui neste Conselho nenhum conselheiro que não foi ao
2073 local verificar a denúncia. Então isso é interessante, a vistoria in loco que o conselheiro
2074 faz. E sempre acompanhado por um técnico. Ai vem, a plenária delibera e continua o
2075 monitoramento. Nós também fizemos um paralelo de qual que é o papel técnico e papel
2076 do conselheiro. O técnico dá suporte operacional ao CEAS, com vista de subsidiar as
2077 reuniões do colegiado; Levanta e sistematiza as informações; E emite parecer. Tem um
2078 procedimento todo da análise. O conselheiro analisa o processo, considerando o parecer
2079 técnico, incluindo o caráter político que zela pela efetivação do SUAS onde se inclui a
2080 garantia de direito socioassistenciais; O conselheiro responde pela sua atuação, de
2081 acordo com código de ética do servidor público, e resolução sobre ética do CEAS; Deve
2082 manter-se atualizado sobre a inclusão social, sua origem estrutural e operacional, para
2083 poder contribuir com a construção da cidadania e combate de pobreza e desigualdade
2084 social. A aqui é aquele fluxo da resolução 318. Vocês lembram em dezembro, quando
2085 vocês tomaram posse, que teve um sorteio? Esse é o sorteio. Você lembra né Simone?
2086 Pois é! Depois a gente tem que por o Léo lá, porque a secretaria dele já foi sorteada.
2087 Todo mundo aqui já foi sorteado. Qual que é a ordem do sorteio? Foi sorteado pelo nome
2088 e secretaria. Aqueles que não tinham tomado posse ainda, igual o Léo que não foi. A
2089 secretaria dele foi sorteada. Então já existe uma lista. Em dezembro mesmo eu repassei
2090 para todos os conselheiros essa lista. A Geisiane foi a primeira a ser sorteada, bonitinha!
2091 Nesse sorteio, toda vez que tem um processo, eu monto todo o processo, com todos os
2092 documentos. Tem uma caixa com os relatórios e todos os outros documentos também
2093 que são volumes. O conselheiro tem que vir aqui pra analisar o relatório. Eu para adiantar
2094 para o conselheiro, eu repasso toda a minha avaliação, toda a minha análise, todo o meu
2095 parecer, por e-mail. Mas a documentação, segundo a nossa legislação, não pode sair do
2096 CEAS. Então o conselheiro tem que vir aqui e analisar a documentação. A parte técnica
2097 eu posso está repassando. Isso está na nossa resolução. Ele pode realizar diligência por
2098 meio de correspondência, ou reunião em visita in loco. A diligência não atendida em parte,
2099 motivará nova solicitação com prazo para atendimento. O relator encaminha á secretaria
2100 executiva o seu relatório, com assinatura e especificação do seu voto. É o termo de
2101 relatoria. É aquele documento que a Geisiane apresentou. Ele é padrão, então todo
2102 mundo tem que seguir o que já está aprovado em plenárias anteriores. Não impede de
2103 está alterando, modificando, aprimorando, aquele relatório. A plenária aprecia o processo,
2104 recebe-se esclarecimento necessário, podendo pedir vistas. Quando retirado de pauta, é
2105 inserido no tema da próxima plenária. Bom, gente. Eu fiz um levantamento aqui de
2106 quantos PAS nós já temos aqui no CEAS. Nós temos aprovados quarenta e oito PAS (em
2107 LI) em implementação; Dois de uso múltiplos; Oito CGHS, Trinta e sete PCHS; E uma
2108 UHE. **VOZES AO FUNDO** UHE – Usina Hidrelétrica de Grande Porte. É acima de 30
2109 mega watts. **VOZES AO FUNDO**CGH - Central Gerado Hidrelétrica. **VOZES AO**
2110 **FUNDO**É claro. Isso ai demora mesmo. PCH – Pequena Central Hidrelétrica e UHE –
2111 Usina Hidrelétrica. UHE é a de maior porte. Isso realmente é aos poucos. **VOZES AO**
2112 **FUNDO**.**GABRIELA:**Uma dúvida que eu fiquei. As barragens anteriores a essa
2113 legislação, elas tem que fazer o plano também, ou não? Mesmo que elas tenham ainda
2114 algum tipo de impacto em relação aos atingidos. **ROSALICE:**Nós até já consultamos em
2115 relação a isso. Não há essa obrigatoriedade. A lei é a partir de 98. Todo empreendimento
2116 que a partir de 98, que vai ser construído, está em processo de licença de instalação, ele

2117 é obrigatório. Já teve caso de empreendimento que recebeu a licença de instalação uma
2118 semana antes da aprovação dessa lei, e não foi necessário. Então é só a partir daqueles
2119 empreendimentos de 1998. Mesmo que ele recebeu a licença de instalação uma semana
2120 antes, e não construiu nada, ele não tem a obrigação de apresentar esse PAS. E nem na
2121 renovação. A gente estava um dia desses discutindo que toda a licença de operação tem
2122 um prazo de validade. Mesmo quando vence esse prazo de validade, eles não
2123 apresentam o PAS pra gente. Não são obrigados. A legislação não obriga, é a partir de 98
2124 mesmo. Ai nós temos aqui de licença de operação, que houve a comprovação do PAS,
2125 nós temos cinquenta e dois. Treze CGHS; Trinta e dois PCHS; E sete UHS. Esses
2126 empreendimentos eles estão nos nossos arquivos, eles não saem do nosso processo,
2127 porque caso acontecer algum caso de denúncias ou consulta, o Conselho tem ainda essa
2128 atribuição de dar informações, de averiguar, essas situações. PAS suspensos por
2129 paralização da obra, nós temos sete. Houve a aprovação, tudo direitinho. Mas o
2130 empreendedor fala assim: "Não é viável mais. A gente parou a obra". Eles mandam uma
2131 correspondência solicitando a suspensão do PAS. Ai o PAS é retirado, mas ele continua.
2132 Nós temos um arquivo que informa o que aconteceu com esse PAS. Se caso, algum dia,
2133 ele volta, a gente sabe que houve um PAS aprovado. E ai ele tem que partir do zero. Ele
2134 tem que pagar a taxa, fazer tudo de novo como se não tivesse existido. Sete PAS houve o
2135 protocolo aqui no CEAS. Eles foram avaliados com tanta pendência, foram solicitadas as
2136 complementações. Eles nem chegaram aqui pra plenária não. Eles nem apresentaram as
2137 complementações. São empreendimentos que nem estão sendo discutidos no órgão
2138 ambiental. E temos quatro que foram revogados. Chegaram denúncias aqui no CEAS,
2139 tentamos vários acordos. Não houve melhoria da situação. O CEAS por questões dessas
2140 denúncias revogou, e comunicou ao COPAM que aqueles empreendimentos não tinham
2141 mais a aprovação do CEAS do seu PAS. O PAS não estava sendo implementado da
2142 forma que deveria. Estava piorando a situação dos atingidos. E ai foram revogados quatro
2143 PAS. Nós temos dois empreendimentos que estão com o grupo de monitoramento
2144 específico, que é Candonga e Jequitaiá. Candonga já houve a comprovação do PAS. E
2145 Jequitaiá, houve a aprovação do PAS, mas ele parou as negociações. Não houve a
2146 finalização do processo. Então nós temos hoje cento e vinte processos aqui dentro do
2147 CEAS. Já está terminando, viu gente? Graças a Deus! Em 2010 houve aqui no Brasil uma
2148 comissão mundial de direitos humanos, que escolheu alguns empreendimentos no mundo
2149 inteiro de barragem de usinas hidrelétricas. Essas barragens estavam desrespeitando
2150 mais os direitos humanos. E três dos nossos empreendimentos, um aqui em Minas
2151 Gerais, foi escolhido como um dos exemplos. Eles elencaram vários direitos humanos que
2152 são desrespeitados com a construção de barragem. Quando um direito humano é
2153 desrespeitado, qual é o direito socioeconômico que é violado aqui com a gente também?
2154 Nós fizemos esse paralelo, uma análise técnica em 2010. Resolvemos voltar com isso
2155 para apresentar para vocês. Foi um trabalho legal. A PCH Fumaça que foi a escolhida
2156 aqui de Minas Gerais. Ela fica em Mariana e Diogo Vasconcelos. Foi o segundo PAS que
2157 foi protocolado aqui no CEAS. O primeiro foi Candonga, o segundo a PCH Fumaça.
2158 **VOZES AO FUNDO** Hoje é UHE Risoleta Neves. **VOZES AO FUNDO**. Quando a gente
2159 fala sobre os direitos relativo as barragens. O direito é a informação e a participação no
2160 processo de elaboração de políticas, planos e programas; Direito é um ambiente saudável
2161 a saúde; Direito a cultura, práticas e aos modos de vida tradicionais, assim como acesso,
2162 preservação de bens culturais e materiais; Direito de grupos vulneráveis proteção

2163 especial. Dentro dos direitos sociais a gente avaliou a igualdade do cidadão de acesso a
2164 rede socioassistencial; Ao controle social e defesa dos direitos socioassistenciais; A
2165 proteção social por meio da intersectorialidade das políticas públicas; E a cofinanciamento
2166 da proteção social não contributiva. Temos ainda outros direitos que fala do direito a
2167 liberdade de reunião, associação e expressão; Direito á equidade social e de
2168 manifestação pública; Direito de trabalho a um padrão digno de vida; Direito a renda;
2169 Direito a melhorias contínuas das condições de vida; Direito do usuário á acessibilidade e
2170 qualidade de continuidade ao atendimento; Direito de povos indígenas, quilombolas e
2171 comunidades tradicionais; Direito de equidade rural/urbana da produção social não
2172 contributiva; Direito de proteção à família; Direito a integridade, garantia de vivência
2173 familiar, comunitária e social. Os outros direitos são: Direito a moradia; Direito para
2174 educação; Direito para reparação das perdas; Direito a justa negociação, tratamento
2175 isonômico conforme critérios transparentes e coletivamente acordados; Direito de ir e vir;
2176 Direito de acesso a justiça e razoável duração do processo judicial; Direito a reparação
2177 por perdas passadas. Todos os direitos socioassistenciais quando são violados, estamos
2178 violando todos os direitos socioassistenciais da população atingida. **SIMONE:** Muito bem.
2179 Eu quero parabenizar a Rosalice, pelo belo esforço que ela fez no momento importante.
2180 Eu acho que ela dá uma contribuição para o Conselho no momento em que a gente está
2181 discutindo a política para atingidos por barragem. Eu vou abrir aqui a discussão. Está
2182 aberta pra quem quiser se inscrever. Temos o Léo Koury, a Marta, a Isabela e a Rose.
2183 **LEORNADO KOURY:** Eu acho que do segundo semestre de 2015 pra frente, a gente tem
2184 uma responsabilidade de reavaliar mesmo a importância de todos os espaços que a
2185 gente ocupa, seja ele no âmbito do controle social, inclusive no âmbito da gestão pública.
2186 Hoje saiu o relatório da EMATER de perdas agrícolas da safra 2015/2016 na região de
2187 Mariana, Bento Rodrigues, até Governador Valadares. Houve perdas que não estão
2188 contabilizadas ainda, mas que chega ao âmbito de safra há vinte e seis milhões de reais
2189 de pequenos empreendimentos da agricultura familiar. Isso equivaleria a uma média de
2190 mais de mil e oitocentas famílias que tiveram 100% da perda da safra. Não vou ter nem o
2191 que comer, nem o que vender. As suas propriedades estão em décadas condenadas por
2192 conta de um rompimento de uma barragem que, parcialmente era de contenção de
2193 rejeitos, mas ela também servia de contenção de água. É importante ressaltar isso.
2194 Apesar de não ser atribuição de ter um PAS, outras barragens como a de Fumaça se
2195 torna comprometidas a partir do momento do avanço desse processo de contenção
2196 hídrica. No ano passado houve uma audiência pública, o CEAS esteve presente. A Rural
2197 Minas não pôde participar. No caso de Jequitai, foi um PAS aprovado aqui no CEAS. A
2198 grande maioria da população discorda completamente dos dados que foram colocados no
2199 PAS, inclusive da existência mesmo de diálogo. O próprio Ministério Público publicou um
2200 documento que coloca essa discussão de Jequitai como complexa no âmbito inclusive de
2201 números, quem é atingido e quem não é. O governo do Estado na sua responsabilidade
2202 junto com o MAB, em acordo, topou fazer uma discussão. Assim como o PAS é avançado
2203 no Brasil, enquanto no âmbito federal, aí da está a limitação da questão do PNAB, no
2204 Estado já está na Assembleia Legislativa o PEA – Plano Estadual de Atingidos. Ele é bem
2205 avançado nessa concepção, porque além de definir atingido direto e atingido indireto, já é
2206 uma discussão nacional e internacional de que não há atingido direto. É equivocado, mas
2207 é interessante que sempre se discuta atingido direto, pra diminuir as indenizações, seja
2208 elas de equipamentos públicos que vão ter que ser reconduzidos aos outros espaços

2209 onde a população vai morar, mas especialmente de entender muita das vezes que quem
2210 não é dono de propriedade não tem direito a nada. Muita das vezes o dono de
2211 propriedade é atingido de várias outras formas de persuasão, que acaba tendo que sair
2212 da terra para aquele empreendimento que deveria gerar desenvolvimento. Muita das
2213 vezes só gera desenvolvimento para o dono do empreendimento. Quando a gente fala de
2214 PAS, a gente fala de SUAS. É tudo a ver. No âmbito da defesa de direitos, eu acho que
2215 foi um acerto em Minas Gerais ter o PAS, e esse PAS ser condicionado ao CEAS. Para
2216 gente ter uma noção, a Rosa falou isso no início, em todos os Estados a só um Estado e
2217 uma condicionante social, pra um problema que não é só ambiental, é também social né?
2218 E todas as outras condicionantes ambientais não se incorporam o ser humano dentro das
2219 suas condicionantes. Quando tem a parte de licenciamento de preservação de mata
2220 nativa, não se inclui os extrativistas, todos esses atores que dependem da natureza, e
2221 conservam a natureza. Outros tipos de licenças ambientais desconsideram as populações
2222 tradicionais, por exemplo. Os CRENAQUES dependem do rio. Se houve-se uma
2223 barragem naquela região, seria uma discussão infinita. Mas legalmente, eles não têm os
2224 direitos, e não estão cobertos por esses direitos. Eu acho que esse esforço do governo do
2225 Estado é muito importante, de reconhecer a sua responsabilidade. Para vocês terem uma
2226 ideia, eu vi ali de número aproximadamente duzentas já passaram por PAS. Uma média
2227 de quarenta ainda está em discussão. A gente tem outro grupo. Não é o grupo que
2228 participa o MAB, mas participa as estruturas que trabalham com barragens, conjunto com
2229 a SEPLAG e a SEGOV, aproximadamente mais quarenta empreendimentos que vão
2230 chegar entre 2016 e 2017. De fato, é muito trabalho. Há um entendimento no âmbito do
2231 governo de compreender que o Plano Estadual de Atingidos, e o fortalecimento do PAS, é
2232 uma estratégia de diminuir o que aconteceu e que vem acontecendo ainda com as
2233 famílias de Jequitaiá. Eu acredito que os movimentos sociais estão no espírito de se
2234 apropriarem melhor do território. Uma coisa também, antes não tinham as audiências
2235 públicas. O processo acabava correndo sem a participação das pessoas que de fato eram
2236 atingidas. Existia também muito pouca organização dos movimentos. Agora há um alento
2237 de que o PAS é responsável por essa organização dos movimentos nos territórios e das
2238 prefeituras. Pelo PAS trabalhar com barragem, e a maioria das barragens serem em mais
2239 de um município, há uma dificuldade mesmo dos municípios de se organizarem com o
2240 PAS. Há entendimento que esses municípios se organizam melhor. O controle social
2241 acaba revivendo. Há uma tarefa importante a ser cumprida. Eu acredito que a gente tem
2242 muito trabalho de 2016 e 2017 com essas quarenta barragens que vão vir. Que a gente
2243 possa estar fortalecendo o trabalho da Rosa. Eu acho que é uma pessoa muito
2244 competente. Eu já ouvia dela em outros espaços, antes inclusive de está no Estado, pra
2245 que a gente possa estar fortalecendo uma política de assistência social no âmbito da
2246 construção de direito dos atingidos. **SIMONE:** Obrigada Léo. Agora é a conselheira Marta.
2247 **MARTA ELISABETE:** Eu gostei muito da apresentação, achei superinteressante. Existe
2248 alguma barragem que o PAS não foi aprovado, e mesmo assim, a barragem aconteceu?
2249 Ela existe? Ela foi implementada? Como é que é isso? Você fala em algum momento da
2250 apresentação que, o acompanhamento fica a cargo do Conselho Municipal né?
2251 **ROSALICE:** Sobre a questão de barragem que foi construída sem a aprovação do CEAS,
2252 não chegou essa informação pra nós. Agora, o acompanhamento, ele é feito pelo CEAS.
2253 A gente informa ao Conselho Municipal o que está acontecendo, e apresenta pra ele os
2254 relatórios semestrais, bimestrais. E solicitamos informações se está acontecendo mesmo,

2255 se aquela ação que foi realizada no município junto com o CRAS. Então ele entra como
2256 parceiro, com um olhar mais no local pra gente. Ah, Léo. Sobre aquela reunião que a
2257 gente teve de Jequitaiá, foi criado o grupo de trabalho. O grupo já realizou visita in loco. Já
2258 tem uma emissão, uma ideia, e vai está trazendo para a plenária a sua conclusão em
2259 relação a aquelas denúncias. Nós visitamos várias propriedades. A gente foi
2260 acompanhado pelo MAB lá em Jequitaiá. Então nós já temos um encaminhamento que vai
2261 ser trazido aqui para a plenária. **SIMONE:** Isabela e depois a Rose. **ISABELA:** Eu queria
2262 só parabenizar a Rosa pela fala dela. Eu queria aproveitar, e parabenizar a Geisiane, pelo
2263 relatório. Eu achei que ficou muito bem construído, com argumento técnico, com análise
2264 dos dados. Eu fico satisfeita, porque e acho que foi todo um processo de
2265 amadurecimento. Não estou no Conselho desde o início, mas estou desde 2013. Estou
2266 passando para o meu 4º ano como conselheira. Esse trabalho do acompanhamento do
2267 PAS é uma responsabilidade muito grande. Tem um efeito direto na vida das pessoas.
2268 Tem uma função importantíssima na defesa, na garantia de direito dessas pessoas. O
2269 CEAS já caminhou muito, mas já errou muito. Eu acho que a gente tem aprimorado,
2270 caminhando para melhorar. Eu acho que a apresentação da resolução nova que saiu já é
2271 um bom caminho com procedimentos claros. Mas assim, as dúvidas vão continuar
2272 surgindo, fatos inesperados que acontece. Eu acho que somatório a gente tem ganhado
2273 muito. E aí eu vou fazer de novo menção a Rosa, que é muito dedicada, que tem um
2274 acúmulo, uma experiência muito importante nessa área, contribuindo muito para o
2275 trabalho aqui como conselheiro. Eu queria é deixar esse depoimento. **SIMONE:** Obrigada.
2276 Rose. **ROSILENE:** Eu estou mais ou menos como a Isabela. Quero parabenizar o CEAS
2277 pelo amadurecimento. A Rosa contribui muito com essa competência dela. Ela passa
2278 segurança para os conselheiros do que precisa. Eu não participei ainda, não fui sorteada.
2279 Quero parabenizar também a Geise. O Leonardo também falou da importância. Por isso é
2280 importante a gente ter essa segurança. Não é generalizado, mas é de alguns
2281 empreendedores não quererem realmente cumprir o que está sendo colocado. Se a gente
2282 não tem esse cuidado de conhecimento de tudo, de conhecer a comunidade, dessa
2283 questão se é direto ou indireto, o quê que isso impacta na vida das crianças. Então se
2284 gente não tem esse cuidado, esse conhecimento, realmente pra gente contribuir para
2285 garantia desses direitos sociais, nós temos que estudar muito. Os desafios estão postos.
2286 As informações são dinâmicas, as informações chegam. Nós conselheiros temos muita
2287 responsabilidade nessa e nas outras atividades do CEAS. Então é isso. Quero
2288 parabenizar mais uma vez, o CEAS e a Rosa. **SIMONE:** Obrigada Rose. Eu também me
2289 inscrevi. Eu só queria pontuar algumas coisas que foram consolidando na minha
2290 compreensão. É muito interessante, eu mesma não sabia, apesar de tantos anos
2291 militando nessa área, de que na constituição de Minas tem artigo que garante a
2292 assistência social para todos. Logo depois, vem um parágrafo único dizendo que “o
2293 Estado promoverá plena assistência social às populações de áreas inundadas por
2294 reservatório”. Então especificou como dever da assistência social. O mais engraçado não
2295 sei se é engraçado, é como esse dever foi traduzido. A discussão desse modelo também
2296 é muito importante ser feita por nós. Esse dever foi traduzido através do Plano de
2297 Assistência Social. A regulamentação compreendeu o Estado como governo do Estado, e
2298 não como prefeitura. Isso também é uma coisa interessante. Traduziu o dever não ao
2299 governo do Estado, mas ao Conselho Estadual para aprovar o Plano. E fez uma coisa que
2300 eu não conheço na história da assistência social brasileira, de transferir o dever de ofertar

2301 para a empresa privada. Eu não conheço nenhuma pratica desta. Para nós é um negócio
2302 bastante difícil discutir como é que se discute o direito da assistência social, que é um
2303 direito pela constituição não contributiva. É dever do governo do Estado. E só pode ser
2304 ofertado pelas entidades sem fins lucrativos. Tem uma exceção criada aqui pela
2305 constituição do Estado de Minas Gerais, que é uma exceção bastante complexa. Abriu
2306 uma brecha de transferir a responsabilidade do dever aos empreendedores. Ninguém
2307 aqui vai discutir pelo menos nesse momento esse direito que está na constituição. Mas
2308 cabe nesse momento a discussão do Plano de Assistência Social, e sua integração com o
2309 SUAS. Não pode de jeito nenhum, na minha opinião, você ter lá no município um gestor
2310 municipal, que é responsável pela gestão da politica de assistência social, que tem um
2311 Conselho Municipal. E ter um empreendedor que institui o posto de atendimento social
2312 que não tem regulamentação na política. Eu acho que nós temos que discutir muito. Eu
2313 não sei como está o projeto de lei que foi pra Assembleia Legislativa. Nós temos que
2314 conhecer urgente. Tem que ser encaminhado pra nós o projeto de lei que está na
2315 Assembleia Legislativa. **VOZES AO FUNDO** O Léo falou aqui que foi. É um projeto de lei
2316 ainda, está em discussão lá, em debate. Mas nós temos que conhecer e ver se muda
2317 alguma coisa, ou não. Diante disso, mesmo que tenha o projeto de lei, depois ele vai ser
2318 regulamentado. Ai sim nós temos que acumular pra essa regulamentação. Eu penso que
2319 nós devemos aprofundar essa discussão. Mesmo na regulamentação desse posto de
2320 atendimento social, é bastante genérico. Nós já temos acumulo suficiente pra gente poder
2321 discutir. Fica o pobre do Conselho Estadual tendo que normatizar tecnicamente uma
2322 função que não é dele. Não é uma função do Conselho Estadual normatizar o que é um
2323 posto de atendimento social. Isso não é uma função do Conselho. Essa é uma função da
2324 SEDESE que, até onde eu sei nunca se implicou com essa responsabilidade. Sempre
2325 discuti essa responsabilidade transferindo-a para o Conselho Estadual de Assistência
2326 Social. Esse debate percorreu o dia inteiro aqui, não é atoa. Não é atoa que isso foi
2327 colocado como direito na constituição do Estado de Minas. Já foi explicitado aqui por
2328 várias pessoas. Minas tem o Movimento de Atingidos por Barragens, forte. Eles são
2329 organizados, eles lutam pelo direito deles, com toda a razão, com toda legitimidade. E nós
2330 também devemos tratar esse assunto com essa dimensão, de quem tem uma
2331 especificidade na nossa constituição do Estado, do direito específico aos atingidos por
2332 barragens. Nesse sentido também, por fim, é interessante. A própria Rosa colocou ali,
2333 isso deve ficar explicitado na nossa politica estadual, que os atingidos por barragens são
2334 reconhecidos pela legislação estadual como população em situação de vulnerabilidade e
2335 risco social. Isso é importantíssimo pra que a gente compreenda o direito
2336 socioassistencial. **LEONARDO KOURY:** Acredito que essa discussão ainda vai voltar
2337 algumas vezes. A lei de atingidos por barragens basicamente tenta trabalhar o conceito
2338 de atingido, o conceito de barragem, o conceito de problemas gerados por barragens. Ai a
2339 gente coloca tanto o risco natural, que no Brasil nunca aconteceu né? Eu falo risco dos
2340 desastres como terremotos, uma inundação muito grande. Mas a questão mesmo dos
2341 desastres tecnológicos. Além do caso de Mariana, foram identificadas mais de cinquenta
2342 barragens no Estado com risco de desastres tecnológico, que é quando a barragem se
2343 rompe por falta de manutenção, por riscos provocados pelos seres humanos.
2344 Basicamente no processo tem duas instâncias que são importantes, uma é a de Fundo. O
2345 fundo que a gente propõe é um projeto para a Assembleia e vai ser bem polêmico, que é
2346 o recurso do FIDRO. O FIDRO é um recurso que trabalha com a questão ambiental

2347 hidrográfica. Ele é um Fundo muito rico e está em desuso. Não há uma movimentação. A
 2348 gente acha que trabalhar com os atingidos por barragens é dar respostas também
 2349 objetivas, mais do que as indenizações. É como a gente pode fazer para melhorar a
 2350 questão da produção no âmbito da agricultura. É trazer outras oportunidades para que as
 2351 pessoas não dependam só também dos empregos gerados pela barragem, e que
 2352 posteriormente fica desempregado e outros problemas. É importante também um comitê
 2353 de acompanhamento. Esse comitê de acompanhamento seria paritário. Uma parte seria
 2354 os movimentos sociais, outra parte seria o governo. Ele não substitui o CEAS. O CEAS
 2355 responde pelo PAS, que tem essa atribuição que é antiga, que sempre vem se
 2356 organizando. Mas ele tem uma atribuição importante, que é normatizar tanto o que é de
 2357 responsabilidade no âmbito ambiental, quanto social. E propõe inclusive novas
 2358 responsabilidades. A pesar de Minas Gerais parecer muito democrática no âmbito das
 2359 barragens, quando se comparado a outros países que vão construir obras do mesmo
 2360 porte, ainda o Brasil tem muito mais facilidade e precariedade no âmbito dessa
 2361 construção do que em outros lugares do mundo. Esse comitê como está na legislação
 2362 nacional, a gente resolver resguardar ele. Ele vai ser importante também, porque vai ser
 2363 um grande parceiro do CEAS, um grande possibilitador de discussões sobre o próprio
 2364 PAS. A gente não tem claro isso ainda porque a gente sabe que é uma legislação de
 2365 direitos muito polêmica, e que vai passar pela Assembleia Legislativa. Vai ter muita
 2366 polêmica. Os movimentos MAB e MST acabam muitas das vezes sendo atingidos. No
 2367 caso, por exemplo, de Jequitaiá. A construção da barragem de lá proporcionou um
 2368 problema gigante da reforma agrária porque, supervalorizou as terras do entorno. Os
 2369 movimentos sociais, acredito eu, vão estar bem presentes nessas movimentações da
 2370 Assembleia Legislativa. **SIMONE:** Não tem mais nenhum inscrito. Eu estou entendendo
 2371 que essa discussão mês que vem vai para o debate da comissão de política junto com a
 2372 comissão de normas, certo? Eu quero agradecer a todos. Dizer que nós cumprimos a
 2373 nossa agenda de hoje. Eu acho que o Conselho Estadual de Assistência Social começou
 2374 o ano de 2016 muito bem. Nós fizemos grandes debates aqui hoje. Acho que a qualidade
 2375 dos conselheiros já foi demonstrada nessa plenária de hoje. Eu tenho certeza absoluta de
 2376 que nesse país tão desigual, é um direito a assistência social. Até a próxima. Fim.

Cristiane Isabel Felipe	IMSNS	
Dayse Canesso Maciel	SEE	
Érika Andrade Rocha	CRP/MG	
Gabriela Nair Figueiredo	SEPLAG	
Hermellis Messias T. de Campos	CMAS/S.F. DE PAULA	
Isabela de Vasconcelos Teixeira	SEDESE	
Jesiane lima de soares	CÁRITAS BRAS./MG	
Josiany Vieira de Souza	ACONESQUITAC	
Leonardo Carvalho Ladeira	SEPLAG	
Leonardo Koury Martins	SEDA	

Luiz George M.da Trindade	CMAS/LS	
Maria da Páscoa Andrade	COGEMAS	
Marta Elizabete de Souza Aguiar	SES/MG	
Marta Maria de Castro Vieira Silva	SEDESE	
Mayra da Cunha Pinto Colares	SEDESE	
Rodrigo dos Santos França	ASSPROM	
Ronaldo Gonçalves de Oliveira	CMAS/JF	
Rosilene Aparecida Tavares	CRESS	
Simone Aparecida Albuquerque	SEDESE	
Soyla Rachel dos S. Pereira.	CMAS/PARACATU	
Vera Cristina C.de Souza	SEAPA	
Volney Lopes de Araújo Costa	PSIND	
Walter Figueredo Souza	FEAPAES	
Wilson de Sales Lana	SEF	

2377